n. 32 2020

SOUZA EAD
Revista Acadêmica Digital

Periodicidade - Mensal



INDICE

Editorial	**03**
O Turismo e a Carreira: Uma Análise. Silva, Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da. Págs. 4 – 15	**04**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente: A Sua Importância para o Município de Regeneração - PI. Sousa, Décio Silva de. Págs. 16– 28	**16**
As Políticas Públicas Educacionais no Aprendizado da Língua Portuguesa Para a Garantia dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais dos Refugiados Venezuelanos. Dias, Deniso Possamai. Págs. 29 – 45	**29**
As Contribuições do Desenho na Aprendizagem Infantil. Costa, Elenice Rabelo. Págs. 46– 55	**46**
Ensino da Arte e o Processo de Ensino-Aprendizagem. Cardoso, Elton Júnior da Silva. Págs. 56 - 65	**56**
Contação de História Como Recurso Artístico Inclusivo Para Crianças Cegas na Educação Infantil. Pinto, Juliana M. Págs. 66 – 76	**66**
O Lúdico e a Utilização do Desenho Para o Desenvolvimento Cognitivo Infantil. Miranda, Katia Fernanda Xavier de Albuquerque. Págs. 77 – 90	**77**
Planejamento e Gerenciamento de Obras. Vilhalba, Michelle da Silva; Bertola, Liliana Martino. Págs. 91 – 101	**91**
A Importância do Acompanhamento Psicológico no Pré-Operatório da Bariátrica. Silva, Romildo Pereira. Págs. 102 – 111	**102**
A Influência da Música no Trabalho Com Autistas e a Estimulação Precoce. Araujo, Thays Gabriela Gimenes de; Bertola, Liliana Martino. Págs. 112 – 125	**112**
O Abandono do Sistema de Esgotamento Sanitário de Jacuecanga – Angra dos Reis, A Lei do Novo Marco Legal do Saneamento Básico e o Serviço Autônomo de Água E Esgoto. Gomes, Iago Rodrigo. Págs. 126 – 133	**126**

Editorial

2020: UM ANO MARCADO POR DESAFIOS E APRENDIZADOS

O ano de 2020 foi marcado por desafios que jamais imaginaríamos enfrentar. Novos hábitos foram necessários, rotinas modificadas e a nossa vida como um todo mudou.

A Educação, sem sombra de dúvidas, foi uma das áreas mais afetadas durante a pandemia do Coronavírus. No ensino básico, por exemplo, pais que estavam acostumados a terem seus filhos dentro de uma sala de aula, na escola, se viram na condição de serem corresponsáveis em criar e manter o ambiente na própria residência. A atitude foi necessária para a constituição de uma nova rotina de estudos e para que a ausência física dos professores fosse amenizada.

O ensino superior, também, buscou novas alternativas para oportunizar aos estudantes a continuidade dos cursos. Contudo, mesmo diante esforços, algumas escolas foram fechadas devido à falta de recursos para seguir de portas abertas e professores tiveram contratos rescindidos. A adaptação foi a característica fundamental daqueles que permaneceram e precisaram atuar em home office e conciliar trabalho e casa no mesmo ambiente.

Ao findarmos esse ano, mesmo com todas as dificuldades impostas pela pandemia, é possível perceber que desafios foram vencidos e muito aprendizado foi adquirido até o momento. Não nos referimos apenas ao aprendizado profissional, mas também ao pessoal, que com toda certeza, foi alvo de grandes mudanças e principalmente, de crescimento.

O ano de 2020 termina com o sentimento de gratidão pelas lutas vencidas e com a esperança, presente em cada cidadão, da retomada breve de todos os setores. Desejamos que 2021 traga prosperidade, melhorias para todos e boas novas.

Marcos Alexandre Souza
Diretor Geral da Faculdade Souza

O TURISMÓLOGO E A CARREIRA: UMA ANÁLISE

Silva, Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da[1]

RESUMO

Este artigo é uma revisão de literatura acerca dos diferentes conceitos que envolvem o termo carreira com destaque para as percepções da mesma no âmbito do turismo. Buscou-se compreender as características de cada conceito bem como a evolução ao longo dos anos e a forma como o turismólogo em formação e egresso percebe a si mesmo, a instituição de ensino, carreira e o mercado de trabalho. Observa-se, pois, a existência de uma lacuna de informações, pesquisas e ensinamentos das possíveis maneiras, para além do tradicionalismo ainda tão inerente as mais diversas áreas do conhecimento, de se ampliar a visão desses sujeitos sobre carreira e trazer a luz os elementos que devem ser levado em conta para uma melhor compreensão e ação sobre carreira.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo**;** curso de Turismo; carreira; mercado de trabalho.

INTRODUÇÃO

Fenômeno de suma importância econômica e social, especialmente, o turismo vem nas últimas décadas se tornando assunto de relevantes debates dentro e fora do âmbito acadêmico. Com quase 50 anos da criação do primeiro curso de turismo no Brasil ainda existem inúmeros questionamentos envolvendo o ato de se fazer turismo, seus agentes a carreira do turismólogo.

Unindo-se ao estudo de carreiras no viés da Administração, e mais uma vez usando da interdisciplinaridade de ambos cursos para amparar e abarcar mais possibilidades de estudos, surge o debate de carreira da perspectiva sociopsicológica. Nesta visão, carreira é muito além do trabalho propriamente dito, é se não, a junção da via pessoal e profissional e suas experiências construindo a identidade dessa carreira.

Partindo dessa visão interdisciplinar o artigo segue na tentativa de analisar a carreira do turismólogo, expectativas e desafios correlacionando com um tipo de carreira organizacional multilinear denominada carreira proteana que apresenta limites tênues entre interesses pessoais e profissionsis. Um conceito original do final da

[1] Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Especialista em Metodologia para o Ensino Superior (Faculdade São Luís); Especialista em Turismo e Hotelaria (Cultus Instituto de Educação); Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global (Cultus Instituto de Educação). E-mail: beatrizflexar@hotmail.com

década de 70, mas do qual ainda há muito a aprender e aclarar trazendo assim, novas perspectivas de análises e estudos futuros.

O TURISMO

Falcão (2019) define turismo como complexo de eventos e organizações relacionados a viagem e estadias para fins recreativos, educacionais, negócios ou outros e faz-se necessário, também, entendermos os aspectos históricos que fazem parte turismo dentro e fora do mundo acadêmico. O início da história o turismo como conhecemos hoje, aceito pela grande massa acadêmica, vem com inglês Thomas Cook em 1841 com a primeira viagem organizada, e a posterior criação da primeira agência de viagens Thomas Cool and Son, neste mesmo tempo o suíço César Ritz, considerado pai da hotelaria moderna, melhorou todos os serviços, introduziu o banheiro nas unidades habitacionais (UHs), criando assim as suítes e revolucionando a administração hoteleira.

Após a Primeira Guerra Mundial, começa a fabricação em massa de ônibus e carros e nesta época as praias e os rios se convertem em centros de turismo na Europa, dando os primeiros passos do turismo de sol e praia que conhecemos hoje. Com a crise de 1929 há impactos negativos em todo o setor turístico limitando seu desenvolvimento até aproximadamente 1932 e sendo totalmente paralisado com a Segunda Guerra Mundial e esses efeitos são estendidos até o ano de 1949 quando ocorre o *boom* turístico. Este desenvolvimento é consequência da nova ordem internacional, a estabilidade social e o desenvolvimento da cultura do ócio no mundo ocidental, neste momento se começa a legislar sobre o setor.

Porém, com a recuperação econômica elevando o nível de setores mais importantes da população dos países ocidentais, surge a chamada sociedade do bem-estar que uma vez com as suas necessidades básicas atendidas passa a buscar o atendimento de novas necessidades, aparecendo neste momento a formação educacional e o interesse por viajar e conhecer outras culturas. Todos esses fatores encaminharam a era da estandardização e padronização dos serviços e produtos turísticos, entretanto essa etapa também se caracteriza pela falta de experiência, o que implica em falta de planejamento (se constrói sem fazer nenhuma previsão mínima da demanda ou dos impactos ambientais e sociais que se podem surgir com a chegada massiva de turistas) e o colonialismo turístico (existe uma grande dependência dos operadores estrangeiros estadunidenses, britânicos e alemães fundamentalmente).

Já na década de 1980 o nível de vida volta a elevar-se e, por conseguinte, o turismo se converte no motor econômico de muitos países e se produz uma internacionalização muito marcante das grandes empresas hoteleiras e das operadoras. A década seguinte, trata-se de uma etapa de amadurecimento do setor que seguiu crescendo, porém, de uma maneira mais moderada e controlada. Deste momento até os dias atuais, o turismo entra como parte

fundamental da agenda política de numerosos países que desenvolvendo políticas públicas focadas na promoção, no planejamento e na sua comercialização como uma peça chave do desenvolvimento econômico, e se torna um dos setores em maior crescimento e lucrativo.

No âmbito acadêmico, o curso de Turismo surge com o intuito de formar profissionais para trabalhar nas mais variadas áreas que o mercado oferece, porém Teixeira (2006) já observa que

> A classe média via no curso de turismo um curso de fácil ingresso e dessa forma teriam possibilidade de cursar uma faculdade e ter, além da profissionalização, todo o status que acompanham um diploma de curso superior (TEIXERA, 2006, p.6 apud. SCHERZOSKI, 2017)

Esse pensamento, mesmo que em decréscimo ainda se faz presente no imaginário de alguns dos que ingressam aos cursos tanto na esfera da educação pública quanto privada. Em âmbito nacional, historicamente, surge em 1971 o primeiro curso de turismo do Brasil na Faculdade, hoje denominada Universidade Anhembi Morumbi que segue ativo até a presente data com programa de graduação e pós-graduação com Mestrado em Hospitalidade. Importante retomar que o ensino superior de turismo no Brasil surgiu no momento em que o ensino superior passava por modificações, isto é, buscava-se dar à formação educacional caráter profissionalizante para atender às necessidades do mercado, o qual demandava por profissionais treinados para desempenhar funções de produção em série padronizada (MATIAS, 2005, p. 214). E Hallal et.all (2010) complementa afirmando que isso fez que o curso de Turismo, desde a sua criação, sofresse algumas críticas e preconceitos por parte de outras áreas do ensino acadêmico, que acreditavam que o graduado no curso superior de turismo seria apenas tarefeiro, sem nenhuma base de conhecimento para desenvolver qualquer trabalho reflexivo. Outra questão importante a ser apresentada é que a maior porcentagem dos estudantes dos cursos de turismo são mulheres e com idade abaixo dos 30, o que pode ser mais um ponto de marginalização, além dos aspectos de gênero e sexualidade que já envolvem por décadas e até mesmo séculos os lugares turísticos, porém, mesmo esse não sendo o enfoque do estudo aqui proposto não perde sua importância para possíveis discussões futuras.

Apesar de tais pensamentos, altos e baixos no decorrer dos anos com fechamento de inúmeros cursos em todo território nacional, os cursos em nível técnico, superior e de pós graduação em Turismo seguem formando profissionais para enfrentarem esse mercado tão deficitário e com tanta demanda quanto o atual. Scherzoski (2017, p.16) corrobora essa necessidade quando diz que nunca a educação foi tão associada ao trabalho quanto no século que estamos. Estar em constante processo de aprendizagem tornou-se condição obrigatória para inserir-se profissionalmente no mercado e nele permanecer.

Desta maneira, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) o Turismo continuará a crescendo em média 3 a 4% anualmente (Cooper et al., 2001), mesmo com esses números expressivos, Da Rosa et al. (2016) diz que a área carece de profissionais capacitados, os quais representam um dos componentes mais importantes no desenvolvimento turístico e no melhoramento dos serviços. Percebemos então, a necessidade do turismo como produto econômico, produto esse fruto das experiências humanas alimentadas em seus mais íntimos sonhos, e para que esse setor continue a crescer e seja fonte de renda de famílias e nações é preciso indivíduos capacitados para atender e fomentar as demandas, que só aumentam e se modificam constantemente, exigidas pelo e no mercado.

CARREIRA E SUAS VISÕES

Etimologicamente, carreira vem do latim *via carraria*, que significa estrada para carros, porém é importante também distinguir o conceito de carreira de outras nações ou expressões que lhe são relacionadas ou características, tais como trabalho, transição profissional, desenvolvimento de carreia[2] ressalta Gingras (2006), e a mesma continua:

> À partir des définitions rapportées, il s'avère également indispensable d'identifier certains éléments de base permettant de mieux circonscrire le concept de carrière dont, la capacité de composer avec l'incertitude, les nouveaux défis que pose le marché du travail, la contribution des différents rôles de vie et des relations qu'ils impliquent, les perspectives d'unicité et de continuité, la signification que les personnes accordent à leur carrière et la place que le travail rémunéré ou non rémunéré y occupe, les apprentissages qui y sont développés ainsi que les nombreux facteurs d'influence provenant de l'individu et de l'environnement. Gingras (p.421, 2006)[3]

No presente artigo usaremos o termo carreira como baseado no preceito de que "carreiras são sempre carreiras em contexto" (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007, p.215 apud CARVALHO, 2015). Essa afirmativa é crucial para compreensão da carreira como visão para além das 'paredes' organizacionais e tradicionalistas, carreira é uma somatória de vivencias, é a "interseção da histórica social e biografia individual" (Grandjean, 1981, p.1057).

---

[2] É também importante distinguir claramente o conceito de carreira de outros conceitos ou expressões que lhe estão relacionadas ou de características como trabalho, transição profissional, progressão na carreira. Tradução da autora

[3] Com base nas definições apresentadas, é também imprescindível identificar alguns elementos básicos que permitem definir melhor o conceito de carreira, incluindo a capacidade de lidar com as incertezas, os novos desafios colocados pelo mercado de trabalho, a contribuição dos diferentes papéis na vida e as relações que eles implicam, as perspectivas de singularidade e continuidade, o sentido que as pessoas dão às suas carreiras e o lugar que o trabalho remunerado ou não remunerado nela ocupa, a aprendizagem que aí ocorre são desenvolvidos, bem como os muitos fatores de influência provenientes do indivíduo e do ambiente. Tradução da autora

Historicamente, o sujeito é destituído de seu poder de ação e de produção de novas verdades ou conhecimentos (Tránton,1960). Aplicada ao campo da carreira, esta ideia sugere o "aprisionamento" do sujeito em roteiros pré-instituídos pelas organizações. Em contrapartida, quando assume postura ativa, o sujeito "desconstrói" esses discursos e propõe novas combinações de significados e novos arranjos para as estruturas sociais onde as carreiras estão encaixadas. Uma figura de suma importância para essa ruptura é Hughes, pois ele ocupa um único espaço dentro da teoria, sua posição teórica inicial, a partir da análise das estruturas das instituições que possui uma função reguladora e moral para os indivíduos. Isso proporciona uma fonte de identidade coletiva, e portanto, atenuando o potencial para anomia em áreas pós-estruturais. Hugues, estava preocupado com os potenciais do capitalismo para tratar o trabalho de uma maneira desumana, racionalizada. Moore (2007)

Advindo desse pensador e das correntes teóricas, houve a ruptura com o pensamento de carreira como somente o plano de cargos e trabalho até então conhecido. Esse termo leva novas dimensões, passa a ser também compreendido como profissão ou escolha ocupacional abrangendo vocação ou profissão formal. Bendassolli (2009), entendendo que carreira possui uma vasta gama de definições, que isso está diretamente relacionado com a produção discursiva e que carreira não é um fim por si só, e sim um meio para se investigar o trabalho e os fenômenos

Sobre as visões de carreira abordara-se aqui as duas apresentadas por Moore (2007) A primeira, engloba a perspectiva sociológica que foca nos aspectos sociais e de classe, predicados essenciais à carreira dando ênfase as carreiras imperiais. Além de considerar as diferenças individuais de preferência, focada ou predeterminada com as disposições estáticas que influenciam nas diferenças opções por carreiras. O desenvolvimento de perspectivas, focadas na dinâmica da compreensão dos estágios da carreira. E, da mesma forma, levam em consideração o ciclo de vida individual ligada a psicologia tentando entender os 'porquês' das carreiras, que são sempre carreiras em contexto.

Já a segunda, tem uma visão mais transdisciplinar, que de acordo com o dicionário tem por definição sendo algo capaz de produzir uma interação entre disciplinas que, não somente se restringindo ao conteúdo disciplinar, propõe um diálogo entre campos do saber, buscando alcançar e alterar a percepção, cognição ou comportamento do sujeito. Desse modo, sofre advindas da antropologia, economia, política social e a história das construções das carreiras, além dessas novas influências, mantêm-se a visão sociológica e psicológica relaciona às temáticas das carreiras.

Existem oito modelos emergentes de carreira que são apresentados por Blustein, Schultheiss e Flum, 2004 apud. Bendassolli, 2019. Iniciando pelo modelo da carreira sem fronteiras, aonde a carreira não está confinada às fronteiras de uma única organização; o segundo

modelo é o da carreira protiana sendo que carreira depende de versatilidade na dualidade da mudança e da permanência. Já no modelo de *craft career* o sujeito "constrói" sua carreira do ponto de vista físico, cognitivo e relacional; no viés das carreiras portfólio, temos a diversidade de atividades profissionais como definição e a flexibilidade como característica-chave do indivíduo que exerce esse modelo. O quinto modelo da carreira multidirecional tem-se o entender de que carreira não possui uma meta externa mantendo-a aberta a distintas e igualmente válidas direções e possibilidades.

Nos últimos três modelos temos a carreira transicional que sugerem a inter-relação entre os fatores individuais e estruturais. O penúltimo modelo nomeado de carreira narrativa, refere-se a uma organização dos eventos de trabalho de uma pessoa em uma história significativa para ela, aonde o indivíduo confronta seus mais íntimos desejos, valores e necessidades. A carreira construcionista como último modelo, nada mais é que um processo em permanente construção para o qual contribuem os discursos sociais, os processos de interação do indivíduo e um determinado contexto econômico

Entender que carreira como aponta Soares (2002) é:

> A escolha que o indivíduo deseja fazer sugere o reconhecimento do que ele foi até o momento e também a definição de um estilo de vida, pois o tipo de trabalho escolhido irá ou não possibilitar a realização das suas expectativas. Portanto, o processo de escolha envolve crescimento e reflexão pessoal, sendo algo que acontece em um determinado momento da vida do indivíduo e que leva a um melhor conhecimento das profissões e de como essas estão se inserindo no contexto social (Soares, 2002)

Partindo dessas definições de carreira podemos galgar estudos para outros campos de estudo, para o turismo que em seus estudos tem uma visão tradicionalista de carreira pode ser de suma importância trazer novos olhares com o intuito de novas produções acadêmicas e melhoria para os turismólogos nos níveis individuais e pessoais com a compreensão psicossocial e em contextos de carreira.

CARREIRA PARA O TURISMÓLOGO

Ante o exposto, faz-se necessário compreender como o estudante de turismo em geral tem a sua percepção de carreira, especialmente no mundo contemporâneo e tão competitivo na esfera laboral como bem assinala Avila (1978) dizendo que

> La dinámica de la sociedad muestra la complejidad de un mundo que avanza aceleradamente exigiendo cada vez más de la educación superior la formación de hombres cuya participación se sustente en la base de la superación humana, através de sus mejores manifestaciones como lo son la capacidad y vocación al servicio de las constantes exigências de la misma (Avila, 1978 apud. LUNAR et Al., 2007).[4]

[4] A dinâmica da sociedade mostra a complexidade de um mundo que avança aceleradamente exigindo cada vez mais da educação superiora formação de homens cuja participação se sustente na base da superação humana, através de suas melhores manifestações como são a capacidade e vocação ao serviço das constantes exigências do mesmo. Tradução da autora

Com a indústria turística crescendo de maneira exponencial nos últimos anos, a internacionalização, dinamicidade, competitividade e exigência do mercado as pessoas voltam à buscar os cursos de ensino superior em turismo no intuito de se melhorarem e obterem mais chances, como corrobora Márcio (2005):

> O bacharel em turismo precisa de algumas habilidades fundamentais para se tornar um profissional qualificado e realizado individualmente e socialmente. Há desde o impacto vocacional até outros pontos como iniciativa, determinação, criatividade persistência, autoconfiança conhecimentos técnicos e o sentido de profissionalismo, que é mais do que encarar a profissão como uma simples ocupação destinada a garantir sua sobrevivência. Os futuros profissionais, durante a graduação, devem ter acesso a uma visão abrangente e completa do que a profissão e o mercado turístico representam. (MÁRCIO, 2005, p.4).

O autor supracitado menciona características pontuais para se definir um bom profissional para o setor turístico, sendo mais uma visão contrária à psicosociologia abordada outrora neste presente artigo. Outro aspecto que é inerente em especial aos ingressantes do curso é a definição de trabalhar-se com e no turismo, e adentrando essa nova etapa na vida acadêmica o discente que já possui prévias suas expectativas pessoais para durante e após o término do curso com relação à trabalho, ponto esse que para o setor turístico merece um olhar especial, posto que a carga horária geralmente maior e em escalas, dias e condições adversas da grande massa assalariada, e ele se depara com algo recorrente em quase predominância nos cursos de turismo é ouvir-se tanto de docentes quanto de discentes que "trabalhamos enquanto as pessoas descansam e só para servir", bem como "se você trabalha com turismo pode esquecer família, férias, casamento dos amigos e fins de semana em casa".

Há, então, uma ideia pré-concebida desde o ingresso na academia de que ao escolher trabalhar no setor você deverá abdicar ou escolher entre vida pessoal ou profissional caminhando dessa maneira em oposição ao pensamento de carreira proteana aonde ambos não se dissociam e de que carreira está justamente na intercessão destes dois aspectos. Sobre isso, Scherzoski (2017, p.32) constata que tendo em vista que o equilíbrio profissional e pessoal tão debatido na carreira proteana acaba não sendo levado tanto em consideração nos planos de carreira dos egressos. Eles acabam vislumbrando mais o crescimento profissional, conteúdo mais abordado na carreira tradicional. Insegurança e pensamento esse que se estende antes e depois da graduação.

Em seus estudos, Lunar et al. (2007) observou que

> La mayoria de los estudiantes con conocimientos supérfluos sobre la carrera denotan deficiencia en su preparación preuniversitaria e indecisón en sus objetivos personales y académicos, no perciben las oportunidades que le oferece la carrera en el ámbito laboral, lo que demuestra que estudian la

> carrera sin tener conocimiento alguno de la misma. (Lunar et Al.; p. 23, 2007)[5]

Aqui há entendimento que essas visões pré-concebidas sobre o trabalho em turismo e suas circunstancias advém do período pré-universitário em que o indivíduo não têm informação suficiente para entender esses aspectos, ponto esse que faz um paralelo com o problema já apresentado que se prolonga de algumas décadas quanto ao ingresso no curso ser atrelado a facilidade de obter-se o diploma de ensino superior e não necessariamente à um real desejo de fazer ou seguir nessa carreira.

Por outro ângulo, existe também a responsabilidade da instituição de ensino, uma vez que a prosperidade contínua do turismo depende, em grande medida, do emprego de pessoas bem educadas, motivadas e comprometidas, que estejam satisfeitas com o seu emprego, é importante proporcionar aos estudantes de turismo qualificados uma atitude positiva em relação ao trabalho na indústria do turismo. (AKIŞ RONEY, 2007)[6], e o autor segue:

> It is known that high career expectations, when they are not made, can create disappointment and consequently, less job satisfaction and high staff turnover. Therefore if students who are Strong-minded about attending a four-year programme of tourism are given the chance to do so, there will probably be less frustration in terms of their career prospects. (AKIŞ RONEY, p. 13. 2007) [7]

Outro ponto analisado entre o turismólogo e a carreira é a internacionalização do mercado, uma vez que cerca de 6,62 milhões de turistas estrangeiros visitaram o Brasil somente no ano de 2018[8] e por conseguinte a demanda por profissionais bilíngues ou poliglotas e que obtivessem as qualificações necessárias para atender esse público aumentou. A vinda dos estrangeiros aumentou, bem como as possibilidades do discente imigrar ou ter uma experiência internacional, Ladkin (2002) exemplifica:

---

[5] A maioria dos estudantes com conhecimentos supérfluos sobre a carreira demonstram deficiência na sua preparação pré-universitária e indecisão em seus objetivos pessoas e acadêmicos, não percebem as oportunidades que lhe oferece a carreira em um âmbito laboral, o que demonstra que estudam a carreira sem conhecimento nenhum da mesma. Tradução da autora.

[6] Visto que a continuidade da prosperidade do turismo depende, em grande medida, do emprego de pessoas bem educadas, motivadas e comprometidas, que estejam satisfeitas com o seu emprego, é importante proporcionar aos estudantes de turismo qualificados uma atitude positiva em relação ao trabalho na indústria do turismo.(AKIŞ RONEY, 2007) Tradução da autora

[7] Sabe-se que expectativas elevadas de carreira, quando não concretizadas, podem gerar decepção e, consequentemente, menor satisfação no trabalho e alta rotatividade de pessoal. Portanto, se os alunos que estão decididos a frequentar um programa de turismo de quatro anos tiverem a chance de fazê-lo, provavelmente haverá menos frustração em termos de suas perspectivas de carreira. Tradução da autora.

[8] Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-06/numero-de-turistas-estrangeiros-fica-estagnado-mas-satisfacao-ealta#:~:text=Cerca%20de%206%2C62%20milh%C3%B5es,59%20milh%C3%B5es%20de%20visitas%20registradas. Acessado em 02 de setembro de 2020

> Traditionally, training to become a managing diretor of a major hotel chain or airline includes long periods of expatriation, if not na entire career. Despite this, the inclusion of the international dimension in studies of educational issues in tourism has been fairly limited, and we have no solid knowledge about the extent and patterns of the phenomenon oro f atitudes towards it. (Ladkin, p.383 2002)[9]

Nesse processo de expatriação para adquirir conhecimento e melhorar-se pessoal e profissionalmente, ao melhor estilo proteano, o indivíduo -discente ou egresso- enfrenta as inseguranças na repatriação tanto para uma universidade após intercambio quanto para uma organização. Em um outro contexto, porém sobre a mesma temática Gallon. Schieffer; Bitencourt (2013) perceberam que essa ampliação de seus conhecimentos atrelada à desvalorização percebida- devido à redução de responsabilidade e desafios- causa grande frustração. Na prática, porém, embora uma grande proporção de estudantes afirme querer uma carreira internacional, a maioria deles espera permanecer na região de origem ou retornar após um período no exterior. (HJALAGER; p.34, 2003)[10].

Retoma-se aqui mais uma vez, que mesmo não sendo ponto central de estudo deste artigo, sobre o tema da expatriação e desejo de galgar redirecionar suas carreiras para terras internacionais (Jordan,1997) pontua sobre a questão de gênero:

> The survey shows that prospective careers and atitudes to working life are highly influenced by traditional gender patterns. Female students tend to be less adventurous, being less keen to work in the largest enterprises, a choice that might have quite far-reaching implications for them individually, as well as for gender equality in general. (Jordan,1997)

O último, e o mais presente em todos os estudos analisados é sem dúvida a estão salarial e de oportunidades, uma vez que essa demanda por parte do mercado segue mudando e aumentando de tempos em tempos, porém a remuneração não a acompanha como bem pontua Da Rosa et al. (2016):

> A questão da falta de oportunidades e baixos salários também foi levantada por aqueles que estão trabalhando na área. Constatou-se que, em média, os indivíduos que estão trabalhando fora da área de turismo estão ganhando mais do que os que estão trabalhando com a profissão. Tal fato tem feito com que os indivíduos, mesmo gostando do seu campo

[9] Tradicionalmente, o treinamento para se tornar diretor administrativo de uma grande rede hoteleira ou companhia aérea inclui longos períodos de expatriação, se não toda a carreira. Apesar disso, a inclusão da dimensão internacional nos estudos de questões educacionais no turismo tem sido bastante limitada, e não temos um conhecimento sólido sobre a extensão e os padrões do fenômeno ou atitudes em relação a ele. Tradução da autora.

[10]Na prática, embora uma grande proporção de estudantes afirme querer uma carreira internacional, a maioria deles espera permanecer na região de origem ou retornar depois para um período no exterior. (HJALAGER; p.34, 2003) Tradução da autora

> de formação, acabem trabalhando em outros segmentos. (Da Rosa et al. 2016).

Desse modo, o debate teórico sobre os aspectos que envolvem o turismólogo -em formação ou formado- e a sua visão de carreira se faz inesgotável, todos os pontos analisados levam-nos a novas indagações que seriam necessários outros estudos para além desse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Turismo, pode-se afirmar ser um dos setores com maior crescimento econômico nos últimos anos. Com a demanda no mercado em constante transformação, o indivíduo que por qualquer motivação deseja entrar nesse meio terá que se adaptar e buscar atender as expectativas do turista, da organização e as pessoais, e para tal, ingressa em cursos superiores e técnicos de Turismo e suas diversidades. Porém nesse processo se depara com inúmeros dilemas, como a baixa remuneração para cargas horárias e demandas exacerbadas, o desejo de ir para fora para se qualificar ou residir porém com as inseguranças de uma possível repatriação frustrada, ter que escolher entre vida pessoal ou profissional. Entretanto, sobre a última afirmação Scherzoski (2017) em seus estudos conclui que:

> O equilíbrio profissional e pessoal tão debatido na carreira proteana acaba não sendo levado tanto em consideração nos planos de carreira dos egressos. Eles acabam vislumbrando mais o crescimento profissional, conteúdo mais abordado na carreira tradicional (Scherzoski, p.32, 2017).

E para tentar sanar essas inquietações pertinentes na jornada de um turismólogo desde sempre e para sempre, necessita de um trabalho em conjunto entre indivíduo, instituição de ensino e mercado de trabalho. A internacionalização como um dos principais pontos de estudos das últimas décadas em turismo e trabalho, Hjalager diz:

> The tourism scene is influenced by a number of trens. However, the global outlook is decisive, also for those who will never make a career beyond the national or regional border. It is not easy for universities to develop courses with a genuine global outlook. (HJALAGER; p.35, 2003)[11]

O perfil do turismólogo é essencialmente proteano, são indivíduos desapegados e flexíveis, capazes de se adaptar e moldar as suas carreiras de acordo com suas motivações e ambições momentâneas. (Scherzoski, 2017). Porém, por não ter o conhecimento teórico dos tipos de carreira em sua trajetória, e por conseguinte, não possuir as ferramentas necessárias para compreender e melhorar neste âmbito acaba insistindo em visões mais tradicionais de carreira e trabalho e acaba se frustrando e por vezes mudando de ramo.

Para tanto, as Instituições de Ensino precisam conscientizar seus alunos sobre carreira em suas mais diversas faces, compreendendo

[11] A cena do turismo é influenciada por uma série de trens. No entanto, o panorama global é decisivo, também para quem nunca fará carreira além da fronteira nacional ou regional. Não é fácil para as universidades desenvolverem cursos com uma visão global genuína. Tradução da autora

sempre que educar-se sobre isso é fazer a educação sem fronteira da maneira mais pura, é ensinar para vida. Bem como o mercado se adaptando as novas demandas, deve repensar remuneração e valorização do profissional para que esse indivíduo então motivado, ciente de si e de suas possibilidades de se entender e viver carreira busque seu caminho de forma plena.

Deixa-se aqui o anseio por essas mudanças e por estudos que possam analisar carreira nas suas mais diferentes perspectivas dentro do turismo, tanto nas organizações, quanto em setores públicos, privados e na academia. É um ramo, bem como o turismo por si só, inesgotável à estudos.

REFERÊNCIAS

AKIŞ RONEY, S.; ÖZTIN, P. Career perceptions of undergraduate tourism students: A case study in Turkey. Journal of Hospitality, Leisure, Sport and Tourism Education, v. 6, n. 1, p. 4-17, 2007.

BENDASSOLLI, P.F. Recomposição da relação sujeito-trabalho nos modelos emergentes de carreira. Revista de Administração de Empresas, São Paulo. V49, n.4, p.387-400, out.dez. 2019.

COOPER, D. R & SCHINDLER, P. S (2022). Métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2011.

DA ROSA, Laíse Viviane Chaves et al. Trajetória de Carreira do Profissional Formado em Turismo/Career Trajectory of the Professional Formed In Tourism. ROSA DOS VENTOS-Turismo e Hospitalidade, v. 8, n. 1, 2016.

FALCÃO, Luis Altair Coffi. Dicionário de turismo- Termos Técnicos do meio turístico: Conceito Definições Siglas e Tipologias, Futurismologo; 2019.

GALLOM, S; SCHIEFFER, A.B.B.; BITENCOURT, B.M. Eu fui, voltei e ninguém viu: um estudo sobre a expectativa da carreira após a repatriação em uma empresa brasileira. Cadernos Ebape.br, v;11, n.1, artigo8, ma., p.128-148, 2013

Gingras, M., Spain, A. et Cocandeau-Bellanger, L. (2006). La carrière, un concept en évolution : Significations du travail et rôles de vie : perspectives dialectiques et stratégiques. Carriérologie,10(3/4), 411-426.

HALAGER, A. Global Tourism careers? Opportunities and dilemas facing higher education in Tourism. The jornal of Hospitality Leisure Sport and Tourism; p. 26-38; 2003.

HALLAL, D. R., MULLER, D., GARCIA, T. E. M., & RAMOS, M. D. G. G. (2010). O contexto de criação dos cursos de bacharelado em Turismo no Brasil.

JORDAN, F. Na occupational hazard? Sex segregation in tourism employment. Tourism Management; p;525-534; 1997.

LADKIN, A. Career analysus: a case study of hotel general manegers in Australia. Tourism Managent; p. 379-388; 2002.

LUNAR L. et all. Caracterización Del Perfil Motivacional Del Estudiante De Ingreso A La Carrera De Turismo Y Hotelería, Universidad De Oriente, Núcleo Nueva Esparta. Año 2001. Gestión Turística. 2007, (7), 6-26. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=223314980001. Acessado 28 de agosto de 2020.

MÁRCIO, R. O Ensino do Turismo e a Formação Profissional em Turismo. Jun/05- Revista e Turismo – on-line. Disponível em: Acessado 01 de setembro de 2020.

MAYRHOFER, Wolfgang; MEYER, Michael; STEYRER, Johannes. Contextual issues in the study of careers. Handbook of career studies, p. 215-240, 2007.

MATIAS, Marlene. Formação Profissional em Turismo no Brasil no Início do Século XXI. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. et al.

MOORE, c,; GUNZ, H.; HALL,D.T. Tracing the historical roots of career theory in Management and organization studies. In: GUNZ, G.; PEIPERL, J. (Ed) Hanbook of career studies. Thousand Oaks: Sage Publications, 2007, p. 13-38

SCHERZOSKI, S. C. Carreira proteana: um estudo com os alunos egressos do curso de Turismo.2017, pp 13-42.

SOARES, D.H.P (2002). A escolha Profissional: do Jovem ao Adulto. São Paulo: Ed. Summus.

TRÉANTON, Jean-René. Le concept de" carrière". Revue française de sociologie, p. 73-80, 1960.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE: A SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO DE REGENERAÇÃO – PI

Sousa, Décio Silva de[12]

RESUMO:
É sabido que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente se faz necessário para o desenvolvimento e cumprimento dos artigos presentes na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Porém, muitas gestões, tratam as políticas ambientais com desinteresse, dando prioridade a atividades poluidoras e/ou agressivas ao Meio Ambiente. Com o intuito de observar a atuação da Secretaria de Municipal de Meio Ambiente em Regeneração – PI foi elaborado este estudo dando ênfase à importância das secretarias de meio ambiente e aplicação das normas constituinte desse País. Baseado nisso é possível observar que o governo municipal de Regeneração demonstra desconhecimento ou mesmo desinteresse com a questão ambiental no município que abriga grandes empreendimentos agrícolas.

PALAVRAS–CHAVE: Secretaria; Município; Meio Ambiente; Cidade e Constituição.

INTRODUÇÃO

É fundamental discutir sobre o papel da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para com o cumprimento da Constituição Federal no tocante ao Capítulo VI Art 225° que trata do Meio Ambiente, como um bem de uso comum do povo e da elevação dos municípios a entes federados, que passam a ter autonomia para se auto-organizarem, elegerem seus representantes, elaborarem suas leis e arrecadarem tributos próprios (LEME, 2010) e tantas outras leis ambientais brasileiras, além da interação necessária entre esta Secretaria e as demais, educação, saúde, infraestrutura, lazer, etc de forma a promover a saúde e o bem estar da população.

Para que uma sociedade possa usufruir o meio ambiente de seu município, ele deve estar equilibrado (BRASIL, 2015) e de modo interdisciplinar deve atuar em todas as atividades da cidade, ligadas direta e indiretamente a todos os moradores. Essa necessidade inerente a todos os municípios devem ser responsabilidade do Poder Público Municipal por meio da Secretaria de Meio Ambiente.

A formação de uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente surge da necessidade de Políticas Públicas Ambientais específicas de cada cidade e a necessidade de cada população, tanto da zona urbana como da

[12] Licenciado em Ciências Biológicas pela Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP e Pós-Graduado em Ciências Ambientais e Análise Ambiental pela Faculdade Souza mantida pelo Instituto Souza Ltda ME. Email – ldjxerografias@gmail.com.

zona rural. Porém, muitas gestões, segundo Leme (2010), ver a gestão das políticas ambientais como agravante, pois os interesses locais, muitas vezes, apontam no sentido da promoção do crescimento econômico imediato e repudiam o cumprimento da legislação ambiental. Nesse sentido nos pequenos municípios, não só o crescimento é visto pelas as autoridades mais também a politicagem entre direita e esquerda travando um duelo que compromete o desenvolvimento saudável do município.

Nesta temática cabem-nos as seguintes indagações: "qual **o papel dos municípios** na Política Nacional do Meio Ambiente, quais os riscos e as **oportunidades** dos municípios assumirem protagonismos nas políticas públicas ambientais e qual a capacidade instalada para assumir as **competências** cabíveis" (LEME, 2010. grifo nosso).

Contudo, cabe a este documento demonstrar a importância e a necessidade da integração dos municípios e o meio ambiente no tocante aos cumprimentos das normas de preservação e conservação dos recursos naturais, e elaboração de leis especifica a fim de manter o Meio Ambiente equilibrado e o bem estar de todos (CAP VI; ART 225°) em especial no município de Regeneração – PI.

A problemática ambiental no Brasil tornou-se mais evidente na década de 70, em um cenário de rápido crescimento da economia: o chamado "Milagre Econômico". Durante esse período, o País vivenciou o aumento do Produto Interno Bruto - PIB, melhorias na infraestrutura e elevação do nível de industrialização provocando grandes impactos ambientais (BRASIL, 2015). Apesar do incremento na área econômica. Observou-se também um aumento da desigualdade social. Nesse contexto, o discurso oficial da ditadura militar brasileira propunha primeiro "fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo", e tal promessa não aconteceu por um longo período. Além disso, não era preconizada a precaução contra os impactos gerados pelas atividades produtivas nem as limitações dos recursos naturais (BRASIL, 2015). Nesse cenário, a exploração de madeira, os grandes desmatamentos para a agricultora, e a criação de animais traziam desenvolvimento, mas não havia à menor fiscalização (SACHS, 2010).

A posição defendida pelo Brasil era promover o desenvolvimento, "crescimento a qualquer custo". A fundamentação era a de que as nações subdesenvolvidas e em desenvolvimento não deveriam destinar recursos financeiros para a proteção ambiental, ou seja, não deveria destinar recursos para algo que limitasse o crescimento, ou mesmo conter as suas taxas de crescimento; Devido aos graves problemas socioeconômicos que vivenciavam e que, por isso, a degradação ambiental seria um mal menor (MILARÉ, 2016).

Mesmo assim, o professor Paulo Nogueira Neto, da Universidade de São Paulo, ligado diretamente à Presidência da República, propôs a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA (1973), depois que o Brasil repercutiu negativamente para os olhos do mundo.

Desde a Conferência de Estocolmo em 1972 (Suécia), colhemos efeitos dessa ideologia do crescimento a qualquer preço. De certo modo, o bolo cresceu, à custa de opressão e destruição, por tudo isso não foi dividido, o aumento da pobreza e do desnível socioeconômico somou-se ao aumento da poluição e à crescente escassez de recursos naturais e hoje, já não se pode dizer que os problemas sociais e ambientais afetam apenas os municípios e regiões mais populosas do país. Eles estão presentes no dia a dia de quase todas as localidades (BRASIL, 2015).

Temos visto nas últimas décadas uma preocupação maior, principalmente por parte dos municípios para com a gestão ambiental, visando os princípios da constituição, para a melhoria e qualidade do meio ambiente. "O meio ambiente é vital para o ser humano e requer um processo de gestão para que possamos ter condições ambientais favoráveis e fatores naturais disponíveis para as gerações futuras se desenvolverem e darem continuidade a vida humana no planeta Terra" (DANELUZ et, al. 2007).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o marco para a ação municipal sobre o meio ambiente ao lhe impor proteção ambiental como competência comum entre os entes federados, e sua inclusão como entes partícipes da Federação, em igualdade de condições, dotados de autonomia política, administrativa e financeira. A Constituição deixou bem claro a responsabilidade dos municípios na prestação de alguns serviços, bem como o dever de atuar em áreas específicas, garantindo o equilíbrio ambiental (BRASIL, 1988).

MEIO AMBIENTE E A CONSERVAÇÃO

O conceito legal de meio ambiente encontra-se disposto no art.3º, I, da Lei nº. 6.938/81, que dispõe sobre a PNMA, que diz que meio ambiente é "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas" (BRASIL, 1981).

É muito comum à expressão "prevenir para não remediar" não é verdade? Estamos sempre falando para nossos filhos que comão frutas, legumes, verduras, brinquem bastante e estude para serem fortes saudáveis e inteligentes. Pois bem, se temos tanta preocupação com nossos entes queridos, porque, não temos a mesma preocupação com o meio em que vivemos? De acordo com a Ecologia, um estudo da biologia, nos vem a lembrar, que "os seres vivos, além de manterem relações entre si, mantêm também relações com o meio em que vivem. Segundo essa teoria, sistema é um todo composto de partes que dependem umas das outras e que, atuando juntas e servem para cumprir determinada função. É o meio que fornece aos animais e plantas a luz, o ar, à água e o solo que necessitam para viver" (BRASIL, 2015). Portanto nada adianta educar nossos filhos a terem uma vida saudável se não os educamos a preservar o meio em que vivem.

Têm-se, momentos de conscientização nas escolas de que, temos o dever de preservar o nosso meio ecológico, mais momentos como esse é bem pequeno para que tais políticas sejam fixadas nas crianças e adolescentes. É muito mais comum esses estudantes se depararem com ruas cheias de lixo, ária de florestas sendo derrubadas sem o menor controle, indústrias em prol do "desenvolvimento" desmatam, lançam resíduos nas águas, em fim, tudo isso faz com que eles descartem a preocupação que a educação lhe propõe. Vez ou outra nos deparamos com os próprios educadores lançando lixo inorgânico nas ruas, seja em casa ou naquela viagem através dos vidros do carro. Esses comportamentos dos adultos levam às crianças e adolescentes a se perguntarem. Por que estudar preservação ambiental se os nossos próprios "tutores" agem contrário a Filosofia da Ecologia? "Neste contexto, a EA (Educação Ambiental) seria ferramenta de educação para o desenvolvimento sustentável (apesar de polêmico o conceito de desenvolvimento sustentável), tendo em vista ser o próprio "desenvolvimento" o causador de tantos danos socioambientais" (DIAS, L, S; MARQUES; DIAS, p 21, grifo nosso).

Essa é a razão da advertência para o risco de banalização da expressão "sustentabilidade". O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e com apoio da ONU e organizações não governamentais por volta da década de 90 propôs princípios, ações e estratégias para a formação de uma sociedade sustentável. Nesse cenário existem diversos conceitos para a sustentabilidade: desenvolvimento sustentável, economia sustentável, sociedade sustentável e uso sustentável, entende-se que, ser sustentável é manter os recursos naturais sempre a disposição sem grandes danos para todas as gerações.

Esse mesmo Programa sugere uns princípios interligados que cria uma harmonia com uma sociedade sustentável. Como:

> • Melhorar a qualidade da vida humana (critério de sustentabilidade). Esse é o verdadeiro objetivo do desenvolvimento, ao qual o crescimento econômico deve estar sujeito: permitir aos seres humanos "perceber o seu potencial, obter autoconfiança e uma vida plena de dignidade e satisfação".
> • Conservar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra (critério de sustentabilidade). O desenvolvimento deve ser tal que garanta a proteção "da estrutura, das funções e da diversidade dos sistemas naturais do Planeta, dos quais temos absoluta dependência".
> • Minimizar o esgotamento de recursos não renováveis (critério de sustentabilidade). São recursos como os minérios, petróleo, gás, carvão mineral. Não podem ser usados de maneira "sustentável" porque não são renováveis, pelo menos na escala de tempo humana. Mas podem ser retirados de modo a reduzir perdas e principalmente minimizar o impacto ambiental. Devem ser usados de modo a "ter sua vida prolongada como, por exemplo, por meio de reciclagem, pela utilização de menor quantidade na obtenção de produtos, ou

> pela substituição por recursos renováveis, quando possível". (MEC, PCN, p. 239 – 241).

Trazendo para nossa Política Nacional de Meio Ambiente entende-se que: é prioridade dessa política, "a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental". Pro tanto a prioridade do desenvolvimento humano não está apenas nas explorações dos recursos naturais e sim em conserva-los, como bem é informado no Art 2º, I ao X da lei nº. 6.938/81.

> I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; Ill - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental; VIII - recuperação de áreas degradadas; (Regulamento) IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação; X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Pensando nisso a campanha da fraternidade 2017 vem nos lembrar da importância da biodiversidade, dos biomas e da vida com o tema; "Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida" e o lema "Cultivar e guardar a criação" (Gn 2.15). Em trechos da musica podemos perceber que é muito profundo e tocante o apreso pelo o meio ambiente.

> "Louvado seja, ó Senhor, pela mãe **terra, que nos acolhe, nos alegra e dá o pão** (cf. LS, n.1)". Queremos ser os teus parceiros na tarefa de "cultivar e bem guardar a criação." "Por toda a costa do país espalhas vida; São muitos rostos – da Caatinga ao Pantanal: Negros e índios, camponeses: **gente linda, lutando juntos por um mundo mais igual**." "Se contemplamos essa "mãe" com reverência, não com **olhares de ganância ou ambição, o consumismo, o desperdício, a indiferença se tornam luta, compromisso e proteção** (cf LS, n.207)." "Que entre nós cresça uma **nova ecologia** (cf LS, cap.IV), **onde a pessoa, a natureza, a vida, enfim,** possam cantar na mais perfeita sinfonia ao Criador que faz da **terra o seu jardim**." (CF 2017, **grifo nosso**).

GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL NO BRASIL

O Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA é um conjunto de órgãos e entidades do Município que são responsáveis pela preservação, conservação, proteção, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente e uso adequado dos recursos ambientais do

Município (ÁVILA, 2012). "Desse modo, a autonomia municipal, propiciada pela Constituição, e ampliada pela Lei Complementar 140/2011, tem estimulado os municípios a terem um maior protagonismo na gestão ambiental local" (BRASIL, 2015).

Percebe-se que, no Brasil há criação de órgãos para a gestão do meio ambiente foi fundamental logo após a conferencia da Suécia na cidade de Estocolmo em meio a um cenário de desconfiança das Nações Unidas, se o Brasil iria continuar com o discurso de "fazer o bolo crescer e depois dividi-lo".

> A normatização brasileira sobre o licenciamento ambiental foi derivado de um processo histórico amplo, cujas origens remontam à emergência da consciência ecológica mundial e à realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 1972, na Suécia, que significou um divisor de águas no tratamento das questões ambientais, até então inseridas no contexto mais pragmático do desenvolvimento econômico indiscriminado. (BRASIL, 2015. p.71)

Diante de tanta degradação e sem uma gestão ambiental, começaram a criação de órgãos para melhorar e se adequar com esse novo cenário, que estavam se preocupando com o aceleramento do aquecimento global com: Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH); Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (Cgen); Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Esses são os subordinados das: Política Nacional do Meio Ambiente; Programas Ambientais para a Amazônia Legal; Política dos Recursos Hídricos; Políticas de Preservação, Conservação e Utilização Sustentável de Ecossistemas, Biodiversidade e Florestas; Políticas para a Integração do Meio Ambiente e produção; Estratégias para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais; Zoneamento ecológico-econômico. E ainda existem os órgãos vinculados como: Agência Nacional de Águas (ANA); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e todos foram criados a partir da criação do (Ministério do Meio Ambiente) MMA, (BRASIL, 2015).

Com a criação desses órgãos, a gestão ambiental municipal vem crescendo no Brasil, e tornando mais eficiente à aplicação de multas em quem descumprirem com a Lei, e ainda, os municípios que manterem o equilíbrio ecológico tem incentivos para continuarem com esses tipos de programas.

> Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2013 – MUNIC, 90,0% dos municípios brasileiros informaram dispor de algum órgão de meio ambiente. De acordo com essa pesquisa, houve aumento significativo na criação de órgãos executivos municipais com atribuições ambientais específicas:

> em 2002 esse percentual era de 67,8%, já em 2009, 84,5% (BRASIL, 2014b). (BRASIL, 2015)

A IMPORTANCIA DE UMA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Como foi dito anteriormente, a Constituição Federal de 1988 deu autonomia aos municípios sobre a gestão do meio ambiente. Nesse sentido os municípios têm todo o poder de decisão de qual forma será implantada na "forma da lei" como a educação ambiental será definida e trabalhada a fim de garantir o bom equilíbrio Ecológico e punir sem fins "políticos" as pessoas que descumprem com a lei.

O Município, segundo o *caput* do art. 1º da Constituição Federal onde se dispõe que "A República Federativa do Brasil, formado pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, constituem um Estado Democrático de Direito". Ainda, o *caput* do art. 18 da Carta Magna estabelece que "A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição".

A Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo VI do Meio Ambiente, Art. 225, fala um seguinte. "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preserva-lo para as presentes e futuras gerações" (BRASIL, 1988). Isso torna evidente que todos temos a consciência de que o meio ambiente é muito importante e que temos o dever de protegê-lo e que o descaso com o mesmo traz não só doenças, mas também, falta de recursos essenciais como a água potável. E mais, para garantir que esse ambiente continue prosperando, o poder político é incumbido a "preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistema", "delimitar e preservar espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos", "Exigir na formada lei, estudo prévio do meio a ser inserida uma instalação que possa trazer danos permanentes ao meio" e tantos outros parágrafos da Constituição que visa não só o direito como o dever que temos sobre o Meio Ambiente (BRASIL, 1988).

Fatos como a industrialização desenfreada, o aumento da radioatividade, o aumento da população, a poluição, a devastação de florestas criam problemas para a sobrevivência de todos os seres vivos, além de gerar preocupações com a preservação do meio ambiente. Mas isso tudo serve para explicar a importância do estudo da Ecologia em todos as árias de estudos, uma vez que esta ciência, além de se preocupar com os seres vivos de um modo geral e suas relações recíprocas com o meio, procura orientar o conhecimento humano nos mais diversos campos além de compatibilizar desenvolvimento e ecologia em um nível primário de desenvolvimento (MILARÉ, 2016).

Nesse sentido o estudo da Ecologia é garantir a sobrevivência das espécies em seu meio ambiente em perfeito equilíbrio ecológico. Mas para que esses estudos realmente façam efeito, todos devem fazer sua parte e deixar de lado as disputas Políticas e entre se mesmos, porque, da mesma forma que os poderes têm o dever de manter o ambiente ecologicamente equilibrado o cidadão tem que fiscalizar para que empresas não descumpram a lei e se mantenham fies na conservação do maio ambiente, pois, é do meio ambiente que o homem adquire sua dependência inegável. É do meio que ele recebe o ar que respira, e de onde ele extrai seu alimento, sua bebida, e sua proteção contra as ações do clima. É também desse meio que ele extrai materiais para suas ferramentas e construções, a energia para mover suas máquinas e ferramentas, e onde ele descarta seus dejetos e resíduos. Cuidar do meio-ambiente significa, portanto, preservar a própria espécie humana e de todas as formas de vida que existe no planeta terra.

> A capacidade natural de suporte compreende os ecossistemas, os biomas e todos de recursos naturais existentes nas comunidades e sociedade, objeto de ações e empreendimento social. São elementos que integram a ecologia local e regional. [...] A sustentabilidade não pode ser focalizada apenas como um requisito essencial para a sociedade industrial urbana. (MILARÉ, 2016, p.33).

A ideia do ambiente enquanto um bem comum, coletivo, vem da questão, o homem é um ser social, ele se organiza em uma ária formando família e posteriormente formando uma comunidade e consequentemente desmatando e construindo suas casas e explorando o meio para garantir sua sobrevivência. Quando uma comunidade está instalada, é evidente que se crie uma liderança para organizar e distribuir setores para que essa comunidade seja alto sustentável e prospere (COSTA, 2010). Diante dessa linha de raciocínio é importante pensarmos. Essa comunidade tem pessoas preocupadas com a degradação do meio ambiente? É dever dos municípios honrar com a constituição e criar normas para que a educação ambiental torne-se prioridade. Nesse sentido, a gestão ambiental pode ser considerada um conjunto de políticas, programas e práticas que levam em conta a saúde, a segurança das pessoas e a proteção do meio ambiente. (ODUM,1997, p. 118).

> Antigamente, o homem, guando necessitava satisfazer suas vontades e necessidades mais básicas, organizou-se em grupos para caçar, proteger-se e, até mesmo, para conquistar novos territórios. Mais ainda que essa forma de organização fosse rudimentar, se comparada aos dias atuais, na época era a melhor alternativa para garantir a sobrevivência humana, sendo essa estratégia empregada até os dias atuais. (COSTA, 2010, p. 10)

Para que um município se desenvolva nos princípios das Leis, evidentemente, deve-se criar uma Secretaria para organizar e educar

os seus habitantes, promovendo o desenvolvimento e garantindo que a futura geração usufrua desse meio ambiente, como: rios, lagos, lagoas, riachos, solo fértil, árias de lazer e outros e esta seria a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Vimos anteriormente, neste trabalho, que existem secretarias de meio ambiente específica e integradas a outra secretaria, mais que esta exerce um papel fundamental para a educação ambiental procurando o bom desenvolvimento do município. Essas secretarias exercem uma educação formal e não formal, sendo que a primeira trabalha atuando desde a educação básica a educação de pós-graduação e extensão e a segunda é definida, segundo a Lei de Nº 9795/99, como sendo as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização na defesa da qualidade do meio ambiente.

> Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. (LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999).

Como podemos perceber é fundamental o papel da secretaria de meio ambiente. Mais para fundamentar é preciso uma Lei Orgânica Municipal, "Segundo a Constituição Federal de 1988, todo município necessita ter a sua Lei Orgânica Municipal, que tem caráter eminentemente organizador do governo local e dispões sobre a estrutura, funcionamento e atribuições dos poderes executivo e legislativo (NOCCHI, 2014)".

> Contém a organização e o planejamento municipal, o processo legislativo e a participação da população, os bens e serviços locais, os princípios norteadores das matérias em interesse local em saúde, saneamento, transporte, educação, uso e ocupação do solo urbano, plano diretor, parcelamento, meio ambiente e consórcio intermunicipal, entre outros. (NOCCHI; p 16; 2014)

Dentro dos serviços que os cidadãos promovem no município serão recolhidos os impostos como ICMS e IPTU para a manutenção dos serviços básicos do município e a sua distribuição será conforme a demanda do mesmo.

Foi criado pela CF de 1989 e regulamentada em 1991 o ICMS ecológico que disponibiliza para os municípios incentivos para a proteção do meio ambiente e conservação dos recursos naturais. Seguindo esses princípios vários estados criarão o selo ecológico para a distribuição dos impostos, sendo este dividido em três categorias a A, B e C, destas,

seguem uma porcentagem de até 5% (cinco por cento) ao adquirirem os três selos (PIAUÍ, 2014).

> Lei Nº 5.813, de 03 de março de 2008 - Cria o ICMS ecológico para beneficiar municípios que se destaquem na proteção ao meio ambiente e dá outras providências. Art. 1º - Fica instituído o ICMS ecológico para contemplar os municípios que se destacarem na proteção ao meio ambiente e recursos naturais nos termos desta lei e de seu regulamento. § 1º - O recurso do ICMS Ecológico é prêmio ao município que conquistar o Selo Ambiental, não ficando excluído, o município, portanto, da repartição do ICMS na forma preconizada pelas Leis nº 4.257, de 06 de janeiro de 1989 e 5.001, de 14 de janeiro de 1998. (PIAUÍ, 2014; p, 69, 70)

Conforme inciso II do artigo 155 da Constituição Brasileira, a competência para instituir imposto sobre "operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação [...]", é dos estados e do Distrito Federal, sendo certo que, no caso do ICMS, o exercício da competência tributária é necessário e não facultativo.

> O ICMS Ecológico, em conformidade com o disposto na Constituição, tem o condão de corrigir as distorções na repartição dos tributos arrecadados, fazendo com que os municípios que possuem grande parte de seu território tomados por florestas obtenham uma maior parcela de distribuição do ICMS, a partir da conservação do meio ambiente equilibrado (REIS, 2011, p 77).

METODOLOGIA

O trabalho foi dividido em duas etapas, a primeira foi uma revisão de literatura abordando sobre a gestão ambiental, a importância das secretarias de meio ambiente e aplicação das normas constituinte desse País à Constituição Brasileira e a segunda uma aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas com os representantes da secretaria de meio ambiente da cidade de Regeneração – PI, para um maior aprofundamento dos conhecimentos adquirido e discussão dos dados.

O levantamento dos dados foi na Secretaria de Meio Ambiente de Regeneração – PI, onde foi aplicado um questionário (em anexo) para levantamento dos aspectos ambientais e as características da Secretaria. Os dados foram analisados e discutidos baseados com outros artigos que abordam o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Regeneração – PI está localizado a uma latitude 06º14'16" sul e a uma longitude 42º41'18" oeste, estando a uma altitude de 164 metros. Sua população estimada em 2015 era de 17 697 habitantes. O município se estende por 1 251 km². Vizinho dos municípios de Jardim do Mulato, Amarante e Angical do Piauí,

Regeneração se situa a 70 km a Norte-Leste de Floriano a maior cidade nos arredores.
As informações recolidas sobre a Secretaria de Meio Ambiente de Regeneração, constatou-se que nesta cidade não há uma Secretaria específica de meio ambiente, esta, está, unificada com as Secretarias de Recursos Hídricos e de Desenvolvimento Rural, como já nos foi confirmado anteriormente.
Quanto aos profissionais que trabalham nos setores acima descritos, são de características mais voltadas para a agricultura, pois as formações profissionais são: Veterinários e Agrônomos. A Secretaria deve ter no seu corpo técnico uma equipe multidisciplinar formada por biólogo, geólogo, engenheiro civil e outra especialidade que se adapte as principais atividades desenvolvidas na cidade.
O tempo de atuação dentro das características de meio ambiente desses funcionários é de aproximadamente (1) um ano, isso ocorre em virtude da estabilidade dos cargos políticos e da importância que o gestor dar a essa pasta.
As dificuldades encontradas para desmembrar a Secretaria das demais é a não votação na Câmara de Vereadores na Lei Orçamentária que disponibilizaria mais recursos e possibilitaria trabalhos mais eficientes quanto ao gerenciamento ambiental. Uma outra dificuldade é a cultura do povo que ainda não tem a consciência voltada a preservação e recuperação do meio ambiente.
Com relação a atuação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o secretário afirma que não há autonomia do órgão para atuar de forma a aplicar multas, por exemplo, e que ao se detectar uma irregularidade teria que ser feito uma denuncia diretamente a SEMAR (Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos) ou a Promotoria da Cidade. Nesse caso por se tratar de uma diretoria, esta fica impossibilitada de atuar em empreendimentos que possam causar significativo dano ambiental ou em queimadas provocadas principalmente na época de roça que geralmente são entre agosto a dezembro.
A Educação Ambiental nas escolas, a abordagem segundo os entrevistados a abordagem desses temas já é preestabelecidas pela a legislação e que já estão nos livros didáticos e recentemente foi implantado o projeto ECO KIDS e TEENS, promovido pelo Ministério Público da cidade, que inclusive este projeto foi copiado do estado da Bahia, e palestras nas escolas ao público tem-se momentos de anuncio na rádio local que é uma ou duas vezes ao ano. Percebemos que se começa um trabalho mesmo não sendo pela a Diretoria de Meio Ambiente, mais que ainda é pouco se comparado com outras cidades de outros estados, e que está bem longe do que a CF de 1988 estabeleceu dando poder aos municípios para tratarem destas questões como já foi descrito neste artigo.
Nesta discussão abordamos sobre a importância de uma Secretaria específica de meio ambiente, e claro que a resposta foi à esperada,

que, sendo autônoma dispondo de recursos próprios, teria mais eficiência na educação ambiental, nos licenciamentos e na fiscalização. Claro que para desmembrar e se tornar auto sustentável, todos os que compõe a representação popular, ou seja, o Prefeito e vereadores, tem que desenvolver projetos e uma formação de um grupo que se identifica e abrace a causa sem fins políticos.

Uma das garantias eficiente para manter e assegurar os princípios da CF é o ICMS Ecológico, que já estar sendo usado em grade parte do país. É através desta iniciativa que as secretarias de meio ambiente ganham força para exercer seus trabalhos de recuperação de áreas desmatadas, lagos, lagoas, rios e riachos e principalmente a educação ambiental, por que sem esta não tem como aquilo que estar sendo feito permanecer, e será só mais um trabalho sem resultado.

Dos entrevistados 90% (noventa por cento) tem conhecimento do ICMS Ecológico, mas por não possuir uma secretaria específica de meio ambiente e projetos para executar, não se pode ter esse benefício.

Embora saibamos que a constituição deu autonomia para os municípios a serem protagonistas no desenvolvimento sustentável e ecológico, anda temos muito a crescer nesse sentido. Ficou claro que no município de Regeneração, os grandes responsáveis por trazer para a sociedade os recursos e benefícios que garantam um meio ambiente mais favorável, tanto para a saúde do povo quanto para dos eco sistemas que o compõe, não estão interessados em criar uma secretaria de meio ambiente específica, não sabendo que existem meios de sustenta-la, bastando apenas convocar pessoas que estejam dispostas e claro capacitadas para criar projetos e saibam administrar os recursos públicos promovendo políticas de desenvolvimento sustentável.

Deveria haver uma inter-relação entre as secretarias de saúde e desenvolvimento urbano criando um elo de onde deveria ser trabalhado para prevenir doenças e a invasão de amimais silvestres, dentre outros aspectos ambientais relacionados ao saneamento básico.

Por tanto diante de tantas dificuldades é visível que sem recursos próprio para bons trabalhos os Regenerenses ainda irão sofrer com várias dificuldades como água limpa para todos, o não entendimento dos jovens da importância do meio ambiente, falta de áreas de lazer, saúde prejudicada pelas queimas constantes, a propagação de vírus transmitidos por mosquitos e outros insetos, enfim tudo se passa por uma boa gestão de meio ambiente e para isso se necessita de uma Secretaria específica de Meio Ambiente para o cumprimento da lei, mantendo o desenvolvimento equilibrado, garantido as futuras geração, um habitat, se não melhor mais pelo menos igual.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, R. D. MALHEIROS, T. F. **O Sistema Municipal de Meio Ambiente no Brasil: avanços e desafios**. Saúde Soc. São Paulo, v.21, supl.3, p.33-47, 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais.** Brasília, 2015.

BRASIL. **CF**. Lei Complementar Nº 140, de 8 de Dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

Campanha da Fraternidade 2017. Disponível em: <http://www.campanhada fraternidade2017.com.br/> Acesso em 12 de março de 2017.

DIAS, L. S, LEAL, A. C, JUNIOR S. C. **Educação Ambiental: conceitos, metodologia e práticas**. (Orgs.) 1ª Ed – Tupã: ANAP, 2016.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor.** Saúde e Sociedade. v.13, n.1, p.25-36, jan-abr 2004.

LEME, Taciana Neto. **OS MUNICÍPIOS E A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**, planejamento e políticas públicas | ppp | n. 35 | jul./dez. 2010. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/196/ 191>. Acesso em 07 de Jul. 2017.

NOCCHI, Maicon José. **Proposta de Modelo de Funcionamento de uma Secretaria de Meio Ambiente com a Inclusão da Participação Popular**. Medianeira, 2014.

PIAUÍ. **Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí. Conselho Estadual de Recursos Hídricos**. Legislação ambiental do Estado do Piauí / Secretaria do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Estado do Piauí, Conselho Estadual de Recursos Hídricos. – Teresina: SEMAR, 2014. 431 p.

REIS, Marcelo dos. **ICMS Ecológico como Instrumento de Proteção Ambiental.** Marília – SP, 2011.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO APRENDIZADO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA A GARANTIA DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DOS REFUGIADOS VENEZUELANOS.

Dias, Deniso Possamai[13]

RESUMO
Por motivos de intolerância, e procura de melhores condições de vida, milhares de venezuelanos deixam suas casas em direção ao Brasil e a aquisição do idioma português é um fator imprescindível para integração à nova sociedade. Percebe-se que esse fluxo migratório é formado por pessoas que não possuem domínio da Língua Portuguesa, ou cujo domínio é rudimentar e insuficiente, dificultando assim a comunicação e as relações sociais, tornando-se urgente a elaboração de políticas públicas de inserção social que contemplem o acesso à Língua Portuguesa. O tema que norteia este artigo se relaciona as políticas públicas educacionais no aprendizado da língua portuguesa por refugiados venezuelanos. O objetivo central é propiciar elementos para uma análise bibliográfica de vários autores, destacando os diferentes pensamentos que fortalecem as conclusões acerca do assunto. A metodologia utilizada baseou-se numa pesquisa que se caracteriza como exploratória, a partir da literatura de diversos artigos e livros, e de depoimentos dos atores envolvidos no assunto. Também procura contextualizar o cenário das políticas públicas educacionais no aprendizado da língua de acolhimento – português – pelos refugiados venezuelanos, na cidade de Santo Antônio da Patrulha, no sul do país.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Língua Portuguesa; Refugiados Venezuelanos; Santo Antônio da Patrulha.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende entender as políticas públicas educacionais no aprendizado da língua portuguesa para a garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais dos refugiados venezuelanos para a sua integração e consequente contribuição para o desenvolvimento local. Apresenta a Interiorização, uma ação do Governo Federal de realocação voluntária para migrantes venezuelanos que estão em Roraima para outros estados brasileiros. Santo Antônio da Patrulha foi uma das cidades de destino, no estado do Rio Grande do Sul, no acolhimento de refugiados. O artigo busca responder de que maneira o poder público municipal e ações não governamentais desenvolveram a integração local dos migrantes venezuelanos durante o acolhimento

[13] Bacharel em Jornalismo; Licenciado em Letras – Português e Respectivas Literaturas, pós-graduando em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Email: deniso.jornal@gmail.com

da Interiorização, através do aprendizado da língua portuguesa, e as políticas públicas municipais para a inclusão dos migrantes venezuelanos - que são utentes da língua espanhola - e a sua inserção na comunidade falante de língua portuguesa. A escolha da cidade foi feita a partir das possibilidades de execução dessa pesquisa, já que é o município de moradia do pesquisador.

Sabe-se que há décadas as cidades brasileiras são apresentadas como hospitaleiras, que por ser um país "miscigenado" recebe afetuosamente o estrangeiro. Moreira (2014) acrescenta que os veículos midiáticos contribuem para a disseminação dessa imagem e, há algum tempo, não se limitam aos turistas ou aos imigrantes que investem no país e contribuem para o seu desenvolvimento. A propaganda midiática vem estendendo essa retórica aos refugiados, onde o brasileiro é mostrado como um povo que acolhe, aceita o outro e o recebe bem, a imagem distribuída é de uma nação que oferece liberdade, segurança, respeito à cultura e aos costumes de todos os estrangeiros. Com todos esses predicados, o Brasil se converteu em mais um destino para os estrangeiros em fuga.

Devido a essa realidade, em 22 de julho de 1997 foi instituída no ordenamento jurídico brasileiro a lei nº 9.474, que dispõe acerca dos mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados. Essa lei, em seu artigo primeiro, aponta que o indivíduo somente será reconhecido como refugiado em terras brasileiras se não puder continuar a viver em seu país de origem, devido a temores de perseguição, seja por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, ou ainda, devido a grave e generalizada violação de direitos humanos; ou até mesmo se não possuir nacionalidade e não puder residir no local que anteriormente lhe acolhia.

Sendo assim, entende-se que o refúgio é um mecanismo de amparo às pessoas que possuem sua dignidade violada, tornando insuportável a sua permanência em seu país de origem. O refúgio serve para acolher essas pessoas e lhes proporcionar a oportunidade de continuar a viver com dignidade, com seus direitos humanos, sociais e culturais seguramente preservados. A Venezuela, país caribenho vizinho ao Brasil, está passando por uma forte crise econômica e política que levou o país a uma crise humanitária. De acordo com a Resolução 2/18 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2018), os venezuelanos vêm experimentando uma generalizada ausência de proteção do Estado e violação dos seus direitos fundamentais, como a falta de alimentos, remédios e atendimento de saúde. De acordo com o Relatório 2017/2018 da Anistia Internacional, em dezembro de 2017, a hiperinflação fez com que a cesta básica para uma família de cinco pessoas custasse 60 vezes mais do que o salário mínimo (ANISTIA INTERNACIONAL, 2018, p.252).

Visto isso, este artigo se propõe a refletir sobre as políticas públicas para o aprendizado da língua portuguesa, adotadas na cidade de Santo Antônio da Patrulha, município da região metropolitana de Porto Alegre, que recebeu 51 refugiados venezuelanos no processo de integração. Para tanto, inicia-se com a discussão acerca das políticas públicas que ofereçam soluções a serem implementadas por atores estatais e não governamentais; busca-se entender a dificuldade linguística; e saber: os governantes locais entendem a aprendizagem da língua portuguesa como uma necessidade para os refugiados? Estão receptivos à possibilidade de aprendizado e às propostas didáticas do ensino da língua portuguesa? Isso, de certa forma, significa, para os refugiados, deixar no passado os vestígios da identidade de origem, abdicar de parte de sua essência, já que é a língua que os define individualmente e os vincula às suas raízes? E, entendem que para suprir as suas próprias necessidades básicas precisam participar do processo de elaboração de políticas públicas, mas para isso faz-se necessário compreender e fazer-se compreender em língua portuguesa? Quais são as implicações que os afetam na falta da compreensão e expressão em língua portuguesa, em um estado fronteiriço com países de língua espanhola, porém, com um povo que não tem domínio discursivo do idioma castelhano?

Para tal, utilizaremos como referenciais teóricos as análises da necessidade do aprendizado do idioma do país de acolhimento, de Revuz (1998) e Grosso (2010); além das pesquisas de Pereira (2017), e Rizental (2016). Para compreender as políticas públicas para a integração local e a contribuição para o desenvolvimento regional referencia-se Moreira (2014), Kuhlman (1991), e Penninx (2005). Na consolidação de conceitos de integração baseiam-se em Castles (2001), Ançã (2002), citando ainda a contribuição de outros autores, além das organizações internacionais voltadas à migração como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), dos órgãos públicos municipais e da Comissão Municipal de Refugiados.

REFUGIADOS NO BRASIL

Somos testemunhas dos mais altos níveis de deslocamento forçado da história contemporânea. Mecanismos de governança mundial se mostram na maioria das vezes frágeis, criando espaços para o extermínio e a violência. A linguagem política, em certas ocasiões, tem adotado um tom que estimula a discriminação, o racismo, a xenofobia e o preconceito. Segundo Jubilut (2010) os refugiados e migrantes se tornam alvo e vítimas de uma agenda movida pelo poder, e no meio deste cenário turbulento está o Brasil, que possui uma longa tradição de acolhimento de diferentes povos e etnias, que após assinatura de diversos acordos humanitários, tem dado exemplo de solidariedade internacional.

O passado de crescimento e estabilidade econômica brasileira, principalmente na primeira década deste século, atraiu imigrantes e mais recentemente uma leva imensurável de refugiados, o que, consequentemente, faz com que políticas públicas sejam cada vez mais necessárias. Para Pereira (2017) o Brasil tem reagido de maneira positiva à presença dos refugiados, quando pensamos nas instituições que atendem a esse grupo e em algumas das medidas governamentais que visam à adaptação. O país é considerado pela ACNUR (2015) pioneiro na proteção internacional dos refugiados, sendo o primeiro da América do Sul a ratificar e a integrar o Comitê Executivo da organização. Com relação à legislação interna, a Lei nº 9.474, de 1997 reafirma as definições da Convenção e garante aos refugiados os mesmos direitos de qualquer outro estrangeiro.

Segundo Rizental (2016) assim como o termo refugiado reclama sentidos, conscientização, reflexões e atitudes, uma proposta de acolhimento para este público deve considerar vários fatores que compõem essa realidade contemporânea. O que os refugiados buscam no Brasil é uma nova possibilidade de viver com dignidade e respeito, como diz Moreira (2014) a decisão estatal de reconhecer e receber refugiados envolve, sem dúvida, múltiplos e complexos fatores, abarcando tanto política externa como interna, e todo esse processo se da unicamente com a elaboração de políticas públicas adequadas para garantir os direitos econômicos, sociais e culturais dos que foram obrigados a deixar seus países.

Os refugiados vêm de uma realidade bem distinta, os migrantes venezuelanos além da grave crise econômica, precisam conviver com a violência, seja na forma de roubos pelo desespero da população faminta ou de protestos severamente reprimidos pelas forças policiais. Em decorrência disso, milhares de venezuelanos estão deixando seu país para buscar proteção em países vizinhos. Dados da Organização Internacional para Migrações (OIM) mostram que 32.744 venezuelanos solicitaram refúgio no Brasil e outros 27.804 obtiveram autorização de residência, totalizando mais de 60.000 pessoas registradas pelas autoridades migratórias brasileiras até maio de 2018 (UNHCR, 2018).

A decisão de um governo ao reconhecer refugiados envolve complexos fatores. O país receptor pode utilizar o acolhimento de refugiados como instrumento para deslegitimar o país de origem, a sua forma de governo, e até mesmo seus líderes, ao rotulá-lo como perseguidor, repressor ou violador de direitos humanos. Pode favorecer a entrada de refugiados de determinadas origens, em virtude de questões sociais, étnicas, culturais, políticas ou econômicas, em detrimento de outras.

Conforme dados do Instituto de Reintegração do Refugiado (Adus), o Rio Grande do Sul é o terceiro Estado que mais recebe venezuelanos, até agora são quase dois mil espalhados pelo estado gaúcho. A complexidade das migrações venezuelanas no sul do país demostram a necessidade de

criação de políticas públicas para a adaptação, permanência e acolhimento não só para a integração local, mas também para as suas contribuições no desenvolvimento regional, assim como fizeram no estado gaúcho, no começo do século XX, predominantemente os imigrantes italianos e alemães.

REFUGIADOS VENEZUELANOS NO SUL DO BRASIL

A cidade é o elemento fundamental na experiência de vida do migrante, já que em âmbito local é que se inicia a integração em uma nova comunidade e a construção da autonomia do migrante enquanto cidadão local, integrado e participante do desenvolvimento do município. Kuhlman (1991), ao abordar a construção história sobre o assunto, desenvolve uma definição ampliada sobre o tema:

> A integração pode então ser entendida como um processo de adaptação em que os migrantes mantêm a sua própria identidade, mas tornam-se parte da sociedade de acolhimento, na medida em que a população de acolhimento e os refugiados podem viver juntos de uma forma aceitável. (KUHLMAN, 1991, p. 7)

Castles et al. (2002) afirmam ainda que a própria formação do processo de integração torna difícil a definição precisa. Integração de migrantes refugiados em uma sociedade acontece em todos os níveis e em todos os setores, envolvendo um amplo grupo social: funcionários públicos, empregadores, forças sindicais, colegas de trabalho, prestadores de serviços, vizinhos e assim por diante. "Os imigrantes e os próprios refugiados desempenham um papel crucial no processo de integração". (CASTLES et al., 2002, p. 116)

Moreira (2014) aponta que a integração local faz referência ao processo que se desenvolve quando o refugiado passa a interagir em um novo contexto, no local de destino, junto à cidade receptora, por isso o autor ressalta que migrantes e refugiados devem ser considerados como sujeitos participantes da comunidade local, tendo a oportunidade de contribuir, interagir e compartilhar suas experiências na nova sociedade, enquanto são acolhidos com respeito a suas diferenças sociais e culturais. A integração do refugiado a sociedade é um processo que requer adaptação por parte do recém-chegado, mas também da sociedade anfitriã. "Integração de sucesso só ocorre se a sociedade anfitriã oferece acesso a empregos e serviços, e aceita o imigrante na interação social." (CASTLES et al., 2002, p. 117)

Já Penninx (2005) atesta que a integração local começa desde a chegada ao país de refúgio, pois a partir desse momento o refugiado já precisa buscar um lugar nesta sociedade. Dai resulta a necessidade de criação de políticas públicas do país de acolhimento para a garantia de moradia, emprego, renda, acesso a instalações de saúde, educação e principalmente a aquisição ao idioma do país de acolhimento. Não

basta ter acesso a saúde pública se o refugiado não consegue se comunicar com os profissionais da área médica para apresentar seus problemas, e ter acesso a emprego se a base das relações se dá através da comunicação na língua local.

Políticas Públicas educacionais de aprendizado do idioma local apresenta-se como a mais fundamental das necessidades dos migrantes refugiados. A população de migrantes, como atesta Grosso (2010), enfrenta um problema comum: a barreira linguística, recorrentemente referida como origem de mal-entendidos, de preconceitos de quem chega e de quem acolhe.

> Sendo a organização social pautada também e principalmente por valores linguísticos, as políticas linguísticas são consideradas importantes instrumentos de análise e intervenção nas relações linguísticas e, consequentemente, identitárias, culturais, sociais e políticas entre os indivíduos. (Carvalho, 2012 p. 462)

O campo das Políticas Linguísticas (PL) surgiu, de acordo com Carvalho (2012),

> [...] na segunda metade do século XX de contextos associados ao plurilinguismo e a mudanças políticas nos estatutos das línguas envolvidas, com vistas a gerenciar esse plurilinguismo, como foi o caso de vários países africanos e asiáticos que, a partir da década de 50, entraram em processo de descolonização. O contexto deflagrava oficialmente a necessidade de agir sobre as línguas e foi exatamente esse aspecto que fez surgir o campo da PL. (p. 462)

A necessidade de criação de políticas públicas e suas aplicações veem-se com mais ênfase na tentativa de integração de refugiados venezuelanos no Brasil. O Rio Grande do Sul foi um dos estados escolhidos para o recebimento de refugiados, e a cidade de Santo Antônio da Patrulha foi uma das cidades gaúchas a receber 51 migrantes venezuelanos vindos do acampamento provisório em Roraima, no norte do Brasil. O convênio foi firmado em novembro de 2018 entre Governo Federal e o Poder Público Municipal, para o acolhimento de migrantes venezuelanos em situação de fuga da terra natal.

Segundo a Comissão de Acolhimento aos Estrangeiros de Santo Antônio da Patrulha, os 51 refugiados venezuelanos foram abrigados em um prédio público do município, conhecido como "Casa da Criança", o Ministério do Desenvolvimento Social enviou os móveis e eletrodomésticos para o alojamento, além de R$ 120 mil para viabilizar a estada das famílias. O Exército Brasileiro enviou alimentação básica e a prefeitura recebeu 400 reais por refugiado pelo período de um ano. Professores da disciplina de língua espanhola das escolas municipais, de forma voluntária, contribuíram para o ensino da língua portuguesa aos refugiados venezuelanos visando à integração local.

Diante dessa realidade, o ensino de português passa a ter um complicador: um público muito específico, cuja caracterização vai além dos dados pessoais (gênero, idade e formação), do grupo linguístico a que pertencem e da necessidade de ampliação de seus conhecimentos para atingir determinado nível de proficiência em um tempo extremamente curto. Essas características englobam uma nova modalidade para o aprendizado da língua, para além da proficiência: a sobrevivência do refugiado no país que o acolhe.

O APRENDIZADO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA A INTEGRAÇÃO DO REFUGIADO

Pereira (2017) aponta que atualmente um novo quadro sobre o ensino do português e o perfil de seus aprendizes se formou, porque estamos diante de um público novo e diferenciado no ensino da língua portuguesa: os refugiados. No caso dos refugiados venezuelanos, eles não podem ser vistos como estudantes "comuns" devido às suas diversas particularidades, a começar pela própria denominação de ensino de língua estrangeira.

Para Grosso (2008), o conceito de "língua estrangeira" no contexto do refugiado é politicamente omitido nos cenários coloniais pelo fato de apenas uma língua (a do colonizador) ser reconhecida. Deve-se, por um sentimento de respeito ao outro, evitar o uso da expressão "língua estrangeira" por ela ser considerada marginalizante, que isola ou até mesmo exclui. Principalmente para evitar a fama que o Brasil gerou na América Latina, no século XIX - período do Império - durante a Guerra do Paraguai, de ser um país imperialista.

Para tanto, Ançã (2002) defende o uso da designação "língua de acolhimento" para situações de aprendizagem da língua portuguesa pelos imigrantes. Essa expressão surgiu no contexto português após o aumento dos movimentos migratórios para Portugal, sobretudo no ano 2000, procedentes de países do leste europeu e dos continentes africano e asiático.

Ainda segundo Pereira (2017) assim como em Portugal, os migrantes no Brasil em particular os refugiados venezuelanos estão diante de uma nova realidade linguístico-cultural, que deve rapidamente se adaptar. O Brasil passa a ser chamado de acolhimento e os venezuelanos acolhidos, ambos precisam desenvolver competências para atenderem às expectativas sociais e particulares. Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem da língua deve ser pautado por conteúdos que possibilitem o desenvolvimento de competências para a integração desses recém-chegados, nutrindo o objetivo de torná-los cidadãos desse novo país.

Partindo do fato de que os refugiados que estão no Brasil têm de falar português, podemos constatar que todo movimento migratório também é responsável pela necessidade dos estudos da língua portuguesa. Mas como fazê-lo sem que o refugiado, já em situação de vulnerabilidade, não tenha que deixar no passado os vestígios de sua

identidade, abdicar de parte de sua essência, sendo que é a língua que os define individualmente e os vincula às suas raízes? Freire (1987, p.31) tentou responder a essa questão:

> Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida.

Ou seja, a libertação enquanto indivíduo não está no fato de aprender forçosamente o novo idioma, mas ser integrado à sociedade que acolhe de forma voluntária e respeitosa quanto à cultura do outro, sendo a língua portuguesa um meio eficiente para fortalecer a integração no local de acolhida, fazer parte da sociedade de modo igualitário, com os mesmos direitos e deveres e assim contribuir para o desenvolvimento da comunidade, não como morador intermitente ou momentâneo, mas sim um agente de transformação local.

Entretanto, há que se reconhecer, como bem salienta Revuz (2006) que toda tentativa para aprender uma outra língua vem perturbar, questionar, modificar aquilo que está inscrito em nós com as palavras dessa primeira língua. Muito antes de ser objeto de conhecimento, a língua é material fundador de nosso psiquismo e de nossa vida relacional. Para isso, basta nos colocarmos no lugar do "outro", quando visitamos outro país, ainda que falássemos fluentemente o idioma, em vários momentos não encontramos a expressão ou a palavra mais adequada para externar determinados sentimentos, pois sua imagem acústica aflora na língua materna e, mesmo inconscientemente, nos recusamos a vinculá-los ao léxico de outra língua, por mais que comprovemos essa possibilidade.

Porém, Pereira (2017) acrescenta que o refugiado se torna limitado ao expor suas necessidades e, também, de expor-se pela falta de conhecimento da língua. Ele não consegue ou têm muitas dificuldades de demonstrar o que trouxe como bagagem cultural e como consequência não pode se afirmar ao "Outro". O domínio da língua é um dos fatores fundamentais na integração do refugiado junto ao local de acolhimento, principalmente pelo fato de a barreira linguística condicionar o acesso a qualquer outro aspecto referente à sua inclusão, e, por isso, "surge como indispensável relacionar o processo da integração do sujeito com o desenvolvimento das suas competências em língua-alvo", como afirma Grosso (2008, p. 2).

Se para adultos o domínio da língua do país de acolhimento já é uma necessidade desde a sua chegada, para uma criança, sem os

conhecimentos plenos dos recursos comunicativos, é ainda mais penoso. Chomsky (1957) trata a língua como um sistema de princípios da mente humana que tem um módulo linguístico responsável por formar e interpretar expressões linguísticas. Esse módulo e os princípios que o formam são inatos. Eles são universais tendo em vista que a criança, independentemente de sua nacionalidade, já nasce com os mesmos princípios linguísticos de seus pais, que são o estágio inicial de aquisição da língua. O estado inicial da faculdade da linguagem de todas as crianças é uniforme e se constitui de princípios linguísticos determinados biologicamente, que podem ser rígidos e invariáveis ou abertos. Os princípios denominados abertos são chamados de parâmetros, definidos pela língua a que a criança é exposta em um determinado ambiente linguístico.

A criança, ao nascer, recebe a língua da comunidade a que pertence como legado. Como a língua é produto de fatores históricos, o tempo se encarrega de alterar os signos linguísticos. Assim, tanto a imutabilidade quanto a mutabilidade do signo são pertinentes. Por um lado, relações que se combinam na cadeia da fala, formando sequências ou relações sintagmáticas. Por outro, fora do discurso, palavras que se combinam na memória, engendrando grupos que possuem ligações alternativas e distintas, para constituir as correlações associativas.

Para Chomsky (1957), competência é o conhecimento que o falante tem da gramática, e desempenho é o uso que ele faz desse conhecimento. Então, primeiro ele propõe que a língua seja vista como um objeto mental, somente depois seja repassado para o aprendizado, já que para as crianças a língua natal não está totalmente absorvida para a sua exposição ao aprendizado de um segundo idioma.

Vislumbrando essa realidade o município de Santo Antônio da Patrulha criou, antes da chegada do grupo de refugiados venezuelanos, a Comissão de Acolhimento ao Estrangeiro formado por professores da Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), e representantes de entidades religiosas locais, Câmara de Vereadores, Associação Comercial (ACISAP), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Polo Universitário Municipal, Lions Club, Rotary Club, e do Grupo de Voluntários #TamoJunto. Esse grupo propôs-se a pensar práticas que contribuam para a adaptação do refugiado recém-chegado, inserido num contexto sócio-históricoideológico tão distinto de suas origens. Junto com a Prefeitura Municipal buscaram construir propostas permanentes que ofereçam estratégias adequadas para que esse imigrante se sinta minimamente acolhido num espaço que pode ser considerado um laboratório para a transposição de obstáculos linguísticos, sociais, emocionais e psicológicos e para a conquista de alguma segurança que lhe permita a integração com a comunidade.

Procedimentos permanentes são muito eficazes, como prenuncia Pereira (2017) os cursos de português para os refugiados procuram

minimizar as diferenças regionais e culturais, incluindo todos em um mesmo grupo de aprendizes. Sendo assim, nos cursos que mesclam uma nova nacionalidade e cultura, as aulas de português precisam de métodos e materiais que propiciem um processo de aprendizagem eficiente, uma vez que são raros os cursos especificamente para refugiados no estado do Rio Grande do Sul. É com o estudo da língua portuguesa que o refugiado pode se manifestar e se assegurar efetivamente. O português, mais que uma nova língua, é um elemento de mediação do acolhimento e da construção da liberdade. De acordo com Ançã (2008), o domínio da língua é seguramente a via mais poderosa para a integração social, para a igualdade de oportunidades e para o exercício da plena cidadania.

Para tal, a criação de políticas públicas linguísticas é fundamental para a pessoa em situação de refúgio. Segundo Carvalho (2012) a política linguística é o conjunto de decisões que um grupo de poder, sobretudo um Estado toma sobre o lugar e a forma das línguas na sociedade e as implementações destas decisões. E, são os profissionais da língua, os principais agentes responsáveis pela transformação da Língua Portuguesa de seu aspecto formal à sua implementação em práticas da aprendizagem aos refugiados, as "políticas linguísticas se referem aos esforços deliberados para influenciar o comportamento de outros no que concerne à aquisição, estrutura ou alocação funcional de seus códigos linguísticos" (COOPER, 1989, p. 45 apud CARVALHO, 2012).

Segundo a Comissão de Acolhimento ao Estrangeiro de Santo Antônio da Patrulha, ainda não há menção a elaboração de políticas públicas linguísticas, nem a preparação ou profissionalização de profissionais da língua portuguesa para o trabalho com refugiados. Essas funções são realizadas por voluntários interessados em ajudar a adaptação dos refugiados no município em aulas de língua portuguesa oferecidas no Polo Universitário Municipal. No início de dezembro de 2018 os 51 refugiados venezuelanos frequentavam as aulas, poucos meses depois esse número foi zerado, sem que nenhum dos refugiados tivesse adquirido noções básicas de língua portuguesa.

Segundo o site da prefeitura municipal de Santo Antônio da Patrulha, metade dos refugiados estão empregados em empresas do município ou cidades vizinhas, e que a aquisição do idioma se da através da interação com os colegas de trabalho e a relação social na sociedade. As crianças e adolescentes que vieram com os pais em situação de refúgio foram matriculadas em escolas da rede municipal, e não há relatos de dificuldades de adaptação ou na aquisição da língua portuguesa. A maior falta de dados se da pelas mulheres refugiadas, que não trabalham, não estudam, e dedicam-se ao trabalho doméstico.

Pereira (2017) alerta que a importância do aprendizado do português para a adaptação do refugiado no país é indiscutível; no entanto, a dificuldade encontrada pelos refugiados no processo de aquisição e na

construção de uma nova vida tem vários entraves. Nas palavras de Martins (1998, p.26):

> Por trás da palavra migração existe uma preocupação da maior importância, que é com o problema social das migrações. Nem todos os migrantes são um problema social, mas nas migrações está envolvido, sem dúvida, um problema social. Onde está o problema social? Está na reinclusão, no problema da dificuldade da inclusão, na forma patológica da inclusão.

Nesse sentido, sem políticas públicas abrangentes, incluindo os três poderes da República, além de estados e municípios, abrangendo a sociedade civil, e principalmente os atores principais do processo: os refugiados venezuelanos, todos comprometidos com o propósito de manutenção de um programa permanente haverá pouco incentivo por parte dos refugiados em fazer parte da comunidade local, sem criação de vínculos e vivendo a margem da sociedade e das decisões que afetam principalmente a sua vida.

Como salienta Moreira (2014) um ponto relevante a esse respeito se refere à ausência de participação dos próprios refugiados no processo de elaboração, execução e avaliação dos programas e das políticas a eles destinados. Como se pode notar, os refugiados são tratados como um problema que deve ser gerido e demanda soluções a serem tomadas, envolvendo a participação e articulação entre diversos atores, estatais e não estatais, e a comunidade receptora. Todavia, os próprios refugiados não foram devidamente reconhecidos como atores, capazes de influenciar as decisões que afetam diretamente suas vidas, o que pode comprometer o 'sucesso' do chamado processo de integração local.

Os refugiados tornam-se sujeitos da história por meio do aprendizado da língua. A educação é um projeto social e deve incluir todas as pessoas da sociedade; só assim é possível construir a história, no caso dos refugiados, uma "nova história", conforme acentua Freire (2014, p. 2): "não sou apenas objeto da História, mas sou sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura e da política constato não para me adaptar, mas para mudar".

A integração local e a consequente participação do refugiado no desenvolvimento da comunidade onde está inserido, como já indicado, constitui um processo complexo que abrange múltiplos fatores, entre os quais socioeconômicos, culturais e políticos. É preciso, sim, propiciar ao refugiado oportunidades de emprego, moradia, utilização de serviços públicos, especialmente de saúde, além da construção de relações sociais com os membros da comunidade local. Entretanto, nenhum desses fatores terá total efetividade se não houver uma política educacional de aquisição da língua portuguesa.

> Ainda que a própria história da humanidade e a ampla gama de estudos técnicos e acadêmicos atestem que a migração internacional sempre foi e continua sendo benéfica para o desenvolvimento de todas as sociedades de acolhida, a

> sociedade brasileira ainda engatinha na compreensão de que os fluxos imigratórios recentes podem trazer uma série de benefícios às cidades de acolhidas, quando bem gerenciados pelas autoridades nacionais e locais (JAROCHINSKI SILVA e SAMPAIO, 2018, p. 739).

Nesse sentido, nos contextos migratórios verifica-se de que maneira as práticas educacionais promovem experiências capazes de fundamentar o acolhimento e o empoderamento do sujeito migrante desassociando-os dos estereótipos que podem colocá-lo às margens da sociedade, como a interculturalidade, que é um pilar importante do ensino de línguas em contextos migratórios, pois promove o entendimento e tolerância entre os povos. Prova disso é a consolidação de tal princípio em outras práticas dentro de contextos migratórios internacionais, permitindo ao indivíduo, o desenvolvimento de uma personalidade mais rica e complexa, uma maior capacidade de aprendizagem linguística e também uma maior abertura a novas experiências culturais.

O poder público ao perceber que além de necessidades de sustento financeiro e sobrevivência, grande parte dos refugiados buscam um emprego para sentirem-se parte da sociedade de forma ativa e mais consolidada, então, a criação de políticas linguísticas é deixada de lado, colocando o refugiado em situação comunicativa ambígua conhecida popularmente como "portunhol" criando marcas evidentes de não pertencimento e falhas estruturais na escrita, colocando a pessoa em situação de refúgio à mercê na sociedade de língua portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo explorar a literatura e analisar a atuação dos agentes públicos municipais na elaboração de políticas públicas para o aprendizado da língua portuguesa pelos refugiados venezuelanos na cidade de Santo Antônio da Patrulha, no estado do Rio Grande do Sul. Para essa investigação foi utilizado como métodos de pesquisa à análise documental, consulta em fontes secundárias, além de entrevista consultiva junto aos envolvidos no processo de interiorização municipal dos refugiados venezuelanos. Na realização deste trabalho não foi possível ter contato direto ou indireto com os refugiados venezuelanos do município, devido a uma questão pública de saúde, já que aconteceu durante o período de isolamento social[14].

Percebe-se, pela pesquisa exploratória e bibliográfica, que um caminho acessível talvez seja aquele que, na medida do possível, possa promover um diálogo entre a língua portuguesa do Brasil e a língua trazida pelo refugiado, entre a cultura de seu lugar de origem e a

[14] De março a outubro de 2020 aconteceu, na cidade de Santo Antônio da Patrulha, o isolamento social, devido à pandemia Coronavírus COVID-19 que assolou o mundo, deixando no Brasil, apenas durante a realização desta pesquisa, mais de 180 mil mortos devido às complicações derivadas do contágio com o Coronavírus. Sem uma cura, ou uma vacina, a única forma encontrada pelos governos mundiais foi o isolamento social, fechando comércio, escolas, e órgãos públicos não essenciais.

cultura do novo país. A valorização das experiências de vida e das culturas é fundamental para promover o respeito e motivar a solidariedade entre pessoas de procedências diversas.

Contudo, há a necessidade da criação de políticas públicas para que essa valorização e consequente garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais dos refugiados venezuelanos promova a sua integração local e participação na sociedade de acolhida. No município de Santo Antônio da Patrulha, apesar de ter sido criado uma Comissão de Acolhimento ao Estrangeiro, não foi dada a importância devida ao processo de aquisição linguística pelos refugiados. A primeira preocupação do poder público municipal foi escolher os refugiados que poderiam vir ao município: apenas famílias; não foram aceitos solteiros, viúvos, ou integrantes únicos de uma família, mesmo que estes possuíssem alto grau de escolaridade ou experiência que pudessem colaborar com o município. A escolha se deu pelo entendimento que, famílias, dariam menos incomodo para a sociedade de acolhida do que pessoas desprovidas de vínculos familiares.

Depois da chegada dos refugiados a preocupação principal do Comitê de Acolhida foi encontrar trabalho para que o homem, considerado "chefe de família" pudesse ter uma fonte de renda para sustentar a si e os seus após o fim do auxílio federal. A única tentativa de auxílio linguístico foram os professores voluntários de língua espanhola, que por curto tempo, tentaram ensinar a língua portuguesa aos refugiados. Segundo informações do próprio Comitê, apenas os homens que trabalham desenvolveram uma tentativa de comunicação misturando o espanhol com o português, conhecido como "portunhol"; as mulheres apenas se comunicam em espanhol, e as crianças, que foram matriculadas na rede pública do município, estão com o aprendizado do português comprometido devido ao encerramento das aulas por causa da Pandemia de Coronavírus.

O imigrante-refugiado recém-chegado amarga o sabor da dor, mas nutre o desejo de reconhecimento, não apenas de sua condição de refugiado, mas da condição de sujeito que diz sobre si. E esse estrangeiro busca no discurso do outro a dignidade e a consideração que merece como ser humano que tem uma identidade, uma memória e uma história. E o primeiro passo para o sentimento de pertencimento é a aquisição da língua local em mesmo nível de importância quanto possuir uma renda de subsistência, e não só para os homens, mas também para as mulheres refugiadas, que também buscam direitos sociais, culturais e econômicos, e podem contribuir para a sociedade onde foi inserida.

Após a analise e as reflexões sobre as informações recolhidas, percebeu-se o quão importantes são as políticas públicas de aprendizado da língua de acolhimento para suprir as necessidades e minimizar as vulnerabilidades dos refugiados venezuelanos. De acordo com os resultados obtidos na investigação conduzida vê-se a

necessidade de: 1 – Criar uma política pública permanente de acolhimento a refugiados; 2 – Desenvolver políticas públicas de aprendizado da língua portuguesa pelos refugiados, por profissionais capacitados e treinados para esse público específico e não repetir a metodologia utilizada em salas de aula com utentes da língua de acolhimento; 3 – Equiparar a necessidade de aprendizado da língua portuguesa com a aquisição de uma fonte de renda e sustento do refugiado para que suas necessidades básicas de ser humano sejam preservadas; 4 – Considerar o refugiado como ser em potencial para o desenvolvimento local, seja ele homem ou mulher, com ou sem instrução educacional, deixando de lado os preconceitos raciais, xenófobos e sexuais; 5 – Ver o refugiado como ser humano com direitos e potencialidades em total vulnerabilidade e necessitado de toda proteção possível.

Conclui-se que a aprendizagem da língua portuguesa contribui para a integração social e profissional do refugiado promovendo uma maior igualdade de direitos, trabalho, e o pleno exercício da cidadania.

REFERENCIAS

ACNUR. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. In IDEM. **Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto de refugiado**. Lisboa: ACNUR, 2018.

ACNUR; OIM. **Plan Regional de Respuesta para refugiados y migrantes. Respuesta a los Venezoelanos – Plataforma de Coordinacíon para Refugiados y Migrantes de Venezuela**. R4V-ACNUR/OIM, 2015a. Disponível em: https://r4v.info/es/documents/details/68669. Acesso em 8 ago. 2020.

ANÇA, M. H. **Didáctica do Português Língua Segunda: dos contextos emergentes às condições de existência**. In: I ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE PORTUGUESA
DE DIDÁCTICA DA LÍNGUA E DA LITERATURA, Actas. Coimbra: Pé de Página Editores, fev. 2002, p. 61-69.

ANÇA, M. H. **Entre língua de acolhimento e língua de afastamento**. XIII ENDIPE,
23-26 abr. 2006. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. CD-ROM.

ANÇÃ, M. H. **Língua portuguesa em novos públicos. Saber (e) Educar**. Porto, n. 13, p. 71-87, 2008. Disponível em: <http:// repositorio.esepf.pt/jspui/bitstream/
20.500.11796/924/2/SeE_13LinguaPortuguesa.pdf>. Acesso em: 15.jul. 2020..

ANISTIA INTERNACIONAL – INFORME 2017/2018. **O Estado dos direitos humanos no mundo**. Reino Unido: Anistia Internacional, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doc_82188_CONSTITUICAO_DA_REPUBLICA_FEDERATIVA_DD_BRASIL_DE_1988.aspx>. Acesso em 01 jul. 2020.

_____. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm>. Acesso em 20 Jul. 2020.

_____. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9474.htm>. Acesso em 20 jul. 2020.

CARVALHO, S. C. **Políticas de promoção internacional da língua portuguesa: ações na américa latina**. Trabalhos em Linguística. Aplicada [online], vol. 51, n. 2, p. 459-484, 2012.

CASTLES, Stephen; KORAC, Maja; VASTA, Ellie; VERTOVEC, Steven. **Integration: mapping the field**. London: Home Office Immigration Research and Statistics Service, 2002

CHOMSKY, N. **Syntatic structures**. Haia: Mouton, 1957.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS - CIDH**. Relatório Anual de 2018**. Disponível em: www.corteidh.or.cr. Acesso em: 19 jul. de 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

GROSSO, M. J. **As competências do Utilizador elementar no contexto de acolhimento**. In: ANÇÃ, M. H. (Org.). Actas do Seminário Língua Portuguesa e Integração. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2008.

_____. **Língua de acolhimento, língua de integração**. Horizontes de Linguística Aplicada, v. 9, n. 2, Brasília, 2010.

JAROCHINSKI SILVA, J. C. ; SAMPAIO, C. **As ações decorrentes da migração de venezuelanos para o Brasil – Da acolhida humanitária à interiorização**. In: ANNONI, D. Direito Internacional dos refugiados e o Brasil. Brasilia: GEDAI, 2018.

JUBILUT, Liliana Lyra. **Enhancing refugees' integration: new initiatives in Brazil**. Forced Migration Review, v. 35, 2010, p. 46-47.

KUHLMAN, Tom. **The Economic Integration of Refugees in Developing Countries: A Research Model. Journal of Refugee Studies**. Oxford: v. 4, n. 1, p. 1-21, 1991. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/31258421_The_Economic_Integration_of_R efugees_in_Developing_Countries_A_Research_Model. Acesso em: 10. ago. 2020.

MARTINS, J. S**. O Problema das Migrações no Limiar do Terceiro Milênio**. In: O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio: Desafios Pastorais. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

MOREIRA, Julia Bertino. **Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local.** REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. Brasília, v. 22, n. 43, p. 85-98, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852014000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 10. ago. 2020.

OIM. **Estratégia de Interiorização dos venezuelanos - Relatório dos movimentos assistidos pela OIM** - Março/2019. OIM, 2019. Disponível em: http://www.casacivil.gov.br/operacaoacolhida/documentos/oim-brasil-informe-de-interiorizacao-marco-2019/view. Acesso em 12. jul. 2020.

PENNINX, Rinus. **Integration of migrants: Economic, social, cultural and political dimensions. The new demographic regime: Population challenges and policy responses.** United Nations. New York/Geneva: p. 137-152, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254920820_Integration_of_migrants_Economic_so cial_cultural_and_political_dimensions. Acesso em: 13. ago. 2020.

PEREIRA, G. F.; **O português como língua de acolhimento e interação: a busca pela autonomia por pessoas em situação de refúgio no Brasil**. v. 17, n. 1, p. 118-134. São Paulo: Cadernos de Pós-Graduação em Letras, 2017.

REVUZ, C. **A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio**. In: A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, I. (Org.) Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 213-231.

RIZENTAL, Sabrina Sant´Anna. **Uma sala para muitas línguas: transpondo fronteiras e unindo as diferenças para um aprendizado mais humanizador**. Revista Intercâmbio, v. XXXIII: 108-124, 2016. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISNN 2237-759X

AS CONTRIBUIÇÕES DO DESENHO NA APRENDIZAGEM INFANTIL

Costa, Elenice Rabelo[15]

RESUMO
O desenho é uma forma de expressão da criança na infância, através de uma intencionalidade pedagógica bem definida. Este trabalho de pesquisa tem como objetivo geral refletir acerca das contribuições do desenho na aprendizagem infantil, discutindo sobre o que expressa o desenho infantil e seus impactos nos processos formativos da criança. A metodologia utilizada para este estudo foi a de revisão bibliográfica, a partir de abordagem qualitativa de análise. E também foi feita a leitura de desenhos selecionados de alunos do 1º ano do Ensino Fundamental, em uma escola pública de Goiânia, Goiás, juntamente com o meu relato de experiência nas atividades relacionadas ao desenho de diversos temas trabalhados em sala de aula. O desenho contribui para o desenvolvimento e aprimoramento da aprendizagem nos anos iniciais, pois a criança expressa sua própria subjetividade quando desenha, e melhora suas capacidades cognitivas, sociais e afetivas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenho. Aprendizagem. Leitura de Imagens. Abordagem.

INTRODUÇÃO

Quando a criança inicia sua trajetória escolar, ela procura se expressar em diversas formas. Seja nas brincadeiras, na socialização e compartilhamento de brinquedos e no seu próprio jeito de ser. Entretanto, uma das formas mais frequentes é o desenho, que acompanha as crianças, adolescentes e jovens por toda a sua jornada na escola.

O desenho pode ser entendido como uma representação simbólica de determinados objetos, pessoas, coisas, nos quais as crianças têm contato ou também representem a partir do que elas compreendem sobre determinado assunto ou tema discutido na sala de aula (RABELLO, 2014).

Além de ser entendido como expressão da personalidade da criança (MEREDIEU, 2017), a partir de uma abordagem psicológica, em que se analisam traços da identidade em construção da criança, fornecendo elementos que colaboram no diagnóstico escolar. Pelo desenho, é possível compreender suas dificuldades quanto ao esquema corporal e a percepção de espaço e observação e entre outros aspectos.

[15] Aluna do Curso de Especialização em Arte-Educação da Faculdade Souza (2018-2019), Mestre em Educação e Ensino (2015-2017) e Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (2009-2014) (UECE).

Este artigo tem como objeto de pesquisa o desenho nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo como base uma reflexão teórica sobre o tema e análise imagética de desenhos de alunos do 1º ano do Ensino Fundamental, em uma escola pública da cidade de Goiânia, Goiás no qual atuei do ano de outubro de 2018 a dezembro de 2019.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de refletir sobre as contribuições do desenho na formação da criança. Também fiquei curiosidade em entender: as crianças que desenham melhor se alfabetizam mais rápido? Tem mais facilidade no processo de aquisição da leitura e da escrita?

Além de contribuir no processo de discussão do tema na Universidade, buscando subsidiar o professor com mais conhecimento sobre como trabalhar o desenho em sala de aula, com uma intencionalidade pedagógica bem definida, proporcionar uma aprendizagem mais aprofundada para seus alunos.

A metodologia desta pesquisa baseou-se inicialmente em uma revisão bibliográfica dos principais autores clássicos e contemporâneos que discutem o desenho e suas contribuições para o desenvolvimento infantil. E depois realizei a análise de cinco desenhos da turma de 1º ano do Ensino Fundamental, de uma escola pública da cidade de Goiânia.

Inicialmente foram discutidas as implicações do desenho na prática pedagógica nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e depois como o desenho contribui no aprimoramento da aprendizagem dos alunos, a partir da expressão de seus desejos, opiniões e intenções sobre os conteúdos trabalhados em sala de aula e da adoção de novas posturas metodológicas pelo professor nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

DESENVOLVIMENTO

Quando a criança desenha, ela constrói aprendizagens únicas, desenhando sua própria identidade no papel, mesmo antes de apreender a ler e a escrever. O desenho é um processo natural, advindo da própria curiosidade da criança, em explorar o mundo ao seu redor.

De acordo com Lowenfeld e Brittain (1977, p. 13):

> [...] desenhar, pintar ou construir constitui um processo complexo em que a criança reúne diversos elementos de sua experiência, para formar um novo e significativo todo. No processo de selecionar, interpretar e reformar esses elementos, a criança proporciona mais do que um quadro ou uma escultura proporciona parte de si próprio como pensa, como sente e como vê. Para ela, arte é atividade dinâmica e unificadora.

Para criar um desenho, a criança reflete sobre toda a sua experiência, analisa, pondera, e constrói novos conhecimentos sobre o que ela está construindo. O que ela constrói pode ser compreendido como uma das bases do seu próprio pensamento, do seu esquema corporal, e também de todas as suas opiniões sobre algo ou alguém.

Para Lowenfeld (1977) o desenho é o resultado dos sentimentos, do intelecto, do desenvolvimento físico, da capacidade de percepção, do engajamento criador e do gosto pela imagem e até da evolução social da criança, como sujeito social e que constrói relações sociais na sociedade.

O desenho possibilita experiências relevantes para o desenvolvimento emocional, intelectual, social, conceitual, estético e criador (AMORIM, CLARO, 2017). Nos primeiros anos de vida o desenho contribui para o desenvolvimento das crianças, pois através dos desenhos a criança expressa seus medos, tristezas e alegrias, construindo a sua própria subjetividade, por intermédio da projeção do esquema corporal, representando sua própria identidade (AMORIM, CLARO, 2017).

O desenho feito por uma criança demonstra sua interação com o mundo e o seu determinando entendimento sobre determinado tema trabalhado em sala de aula. A criança recria seus conhecimentos quando desenha, pois cria novas abordagens e percepções sobre o conhecimento, através do desenho.

Sobre esta perspectiva dialoga a autora:

> No desenho da criança, estão todas as suas possibilidades de atuar, assim como todas as suas necessidades do mundo. Isso por que somos únicos, e cada um tem seu fazer criativo. Todas as pessoas, sem exceção, são criativas, e as crianças o são também, sempre nas brincadeiras, no falar, no desenho (RABELLO, 2014, p. 27).

Para Mèredieu (2017) o desenho tem diversas finalidades, dentre as quais destacam o desenho como expressão da personalidade, instrumento de um diagnóstico, e também como instrumento no tratamento psicanalítico da criança. Porém para que isto ocorra, é preciso que os professores estudem mais sobre o tema, para poder aplicar adequadamente suas finalidades na sala de aula.

Moreno (2008) ressalta a importância do desenvolvimento da criatividade na criança. O estímulo a criatividade infantil, não ocorrer somente nas escolas, mas também na família e no convívio social da criança. Para o autor, quanto mais estímulos a criatividade, a criança se desenvolve de forma autônoma, flexível e aprimora a sua imaginação.

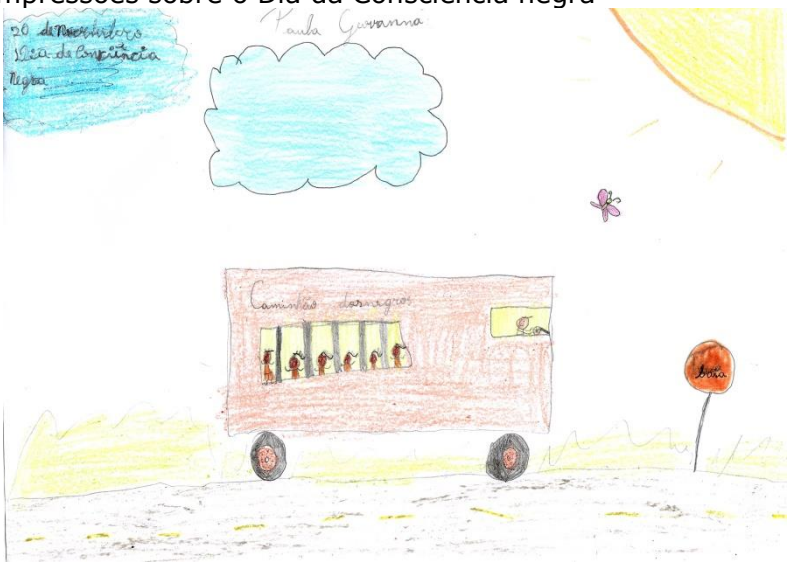
Neste sentido, toda e qualquer produção da criança deve ser valorizada, sob a perspectiva de que o aluno está em processo de alfabetização e letramento. Em diálogo com Nicolau (2008), as primeiras linhas feitas em um papel, fazem parte do início da expressão que conduz as formas mais desenvolvidas de desenho, de pintura, além de contribuir no processo de apropriação da leitura e da escrita.

Diante, destas reflexões, pude perceber durante as práticas pedagógicas que desenvolvi em uma sala do 1º ano do Ensino Fundamental, em uma escola pública da cidade de Goiânia, que aqueles alunos, que desenhavam de forma mais perceptiva, e tinha noção do esquema corporal em seus desenhos, não tiveram

dificuldades no processo de alfabetização e letramento durante o decorrer do ano.
Dentre os diversos temas trabalhados em sala de aula, escolhi cerca de cinco desenhos feitos pela turma. Os desenhos escolhidos foram os seguintes:

PAULA GEOVANNA, DESTACANDO SUA OPINIÃO SOBRE O QUE O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA:

Figura 1 – Impressões sobre o Dia da Consciência negra



Fonte: acervo da autora.

A aluna ao desenhar, expressou sua opinião sobre a opressão e preconceito que os negros ainda sofrem, mesmo em uma época que todos são livres, as grades do "caminhão dos negros" ainda simbolizam uma prisão[16].

MARIA EDUARDA INTERPRETANDO A HISTÓRIA LITERÁRIA "A BORBOLETA AZUL":

Figura 2 – Ilustrando a história

[16] As análises dos desenhos têm como base o diálogo com a criança, sobre aquele desenho realizado.



Fonte: acervo da autora.

A aluna retrata toda a beleza do imaginário infantil, ao dizer que a borboleta voa no céu, mesmo ela tendo sido presa e exposta em um museu como conta o final da história.

RAFAELLA VALENTINA REPRESENTANDO A ESCOLA, O TRABALHO CONSISTIA NA REPRESENTAÇÃO DE UM MAPA DA ESCOLA:



A aluna representou o cotidiano da nossa escola, destacando a disposição das salas de aula da escola, e também sua vontade de frequentar os espaços abertos da escola.

RHAIELLY REPRESENTANDO A IMPORTÂNCIA DO SEU AVÔ NA SUA VIDA, O TRABALHO ERA PARA RETRATAR EXPERIÊNCIAS COM PESSOAS MAIS VELHAS DA FAMÍLIA.

Figura 4 – Meu avô



Fonte: acervo da autora.

A aluna retratou a doença do seu avô, e ela ao lado acompanhando aquele sofrimento. Este desenho é carregado de uma afetividade profunda que marcou a vida.

LUCAS GABRIEL, REPRESENTANDO AS BRINCADEIRAS DA INFÂNCIA EM UM ESPAÇO DO SEU PRÓPRIO COTIDIANO:

Figura 5 - Brincadeiras da infância



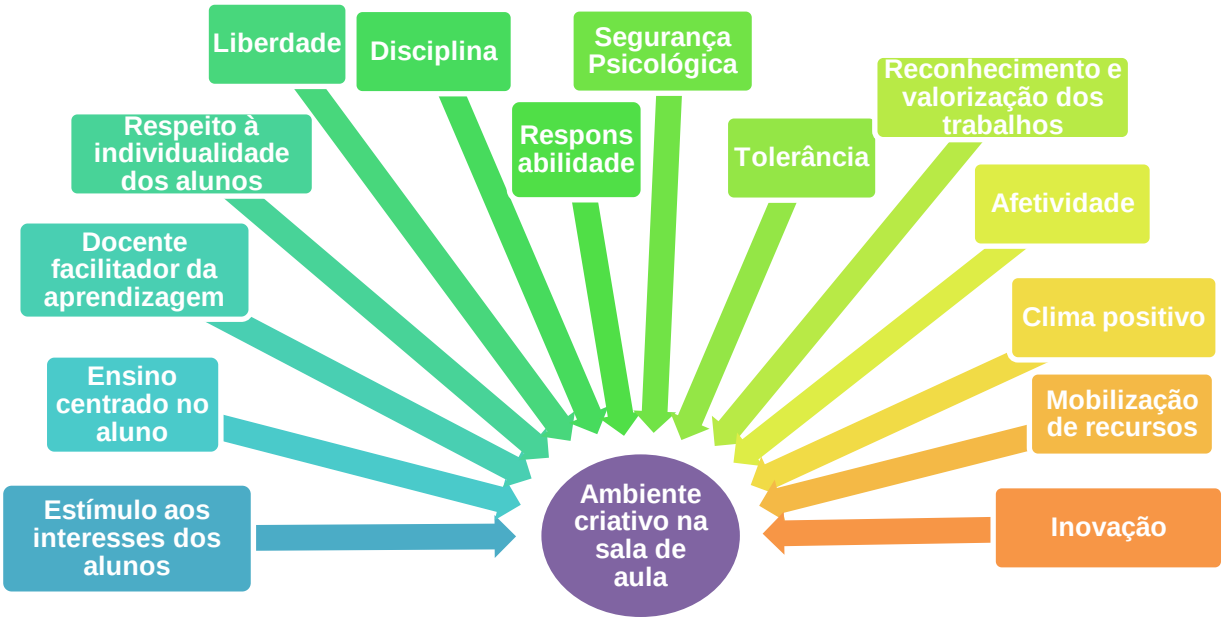
Fonte: acervo da autora.

O aluno retrata as suas brincadeiras preferidas na rua de casa, e também a interação com seus amigos do bairro em que reside. É possível observar a diversidade das brincadeiras.

Podemos concluir que os desenhos aqui apresentados demonstraram o modo de vida de seus alunos, destacando suas opiniões, suas vivências sobre sua própria vida e seu cotidiano na escola, na rua, no seio da família.

Durante o desenvolvimento das minhas aulas, sempre tive disponível papel e lápis para que as crianças pudessem desenhar, seja sobre o tema trabalhado em sala de aula, ou sobre qualquer assunto desejado, dando espaço para que os alunos pudessem se expressar.
O trabalho do professor é essencial neste contexto escolar. Não podemos privar os alunos, do ato de desenharem, de serem criativos e de exercerem sua própria autonomia dentro do contexto da sala de aula. Para Uano (2002) é preciso adotar algumas posturas para que o ambiente na sala de aula torne-se criativo. O autor destaca três pilares essenciais para a criatividade: a heterogeneidade, as percepções que o aluno e o professor têm si mesmos e o clima que é construído na sala de aula. As atitudes, as palavras e as posturas adotadas pelo professor refletem diretamente nos alunos, e no clima aparente da sala de aula. Mitjáns Martínez (1997) destaca os componentes relacionais para se construir um ambiente criativo em sala de aula:

Figura 6 - Fatores para o desenvolvimento da criatividade em sala de aula



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Mitjáns Martínez (1997).

Ao analisarmos a figura é possível concluir que é preciso construir uma sala de aula, em que se respeite a diversidade, os níveis de aprendizagem heterogêneos, possibilitando a todos as oportunidades de desenvolverem como serem criativos capazes, de dialogar e construir novos significados para a sua realidade. O professor não é mais o centro do conhecimento, e sim os alunos que estão fazendo intervenções sobre o conhecimento que lhes é apresentado.

A construção de um ambiente criativo necessita uma mudança de postura do professor, no que se relaciona a adoção de metodologias mais ativas, e que façam os alunos a colocarem a mão na massa (cultura maker). E que se tornem sujeitos da sua própria aprendizagem, tendo em visto o professor como facilitador da aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um ambiente em que se deve promover a criatividade, a autonomia e gosto pelas artes. Para isto é preciso propiciar um espaço agradável, acolhedor e que estimule o interesse dos alunos pelas práticas educativas desenvolvidas pelos alunos. Neste trabalho de pesquisa foi destacado o desenho e as contribuições para o desenvolvimento da aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O desenho é uma forma relevante em que a criança expressa sua própria subjetividade no ambiente, demonstra suas opiniões, relata fatos do seu cotidiano. Além de ser um instrumento pedagógico importante para trabalhar temas ou assuntos na sala de aula, facilitando também o processo de criação e recriação do conhecimento, no contexto de alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Quando a criança desenha, ela expressa sua própria subjetividade. Pois a mesma da sua opinião e retrata suas experiências sobre determinado tema, discutido em sala de aula. Para que o desenho atinja seu potencial como atividade pedagógica, o professor deve ter sua intencionalidade pedagógica bem definida e desenvolver aulas que estimulem a criatividade dos alunos, além de trabalhar temas pelos quais os alunos tenham mais interesse.

Quanto aos desenhos analisados pude perceber o quanto foi importante para que os alunos expressassem suas opiniões sobre os temas trabalhados em sala de aula através do desenho e também de falar sobre eles. Eles se sentiram valorizados por que a professora escutou, e ainda levou para outras turmas para que apresentassem seu trabalho.

Nesta perspectiva também observei que os desenhos são carregados da cultura e do modo de vida de cada aluno, e também de afetividade, relacionados ao seu próprio cotidiano social. E servem também como válvula de escape para as próprias emoções dos alunos, principalmente quando são trabalhados temas como família, escola, brincadeiras e entre outros temas que tocam diretamente a sua personalidade.

Os desenhos são a expressão da própria identidade e personalidade da criança, pois possibilitam os meios necessários para a concretização da mediação pedagógica entre os objetos do conhecimento trabalhados pelo professor em sala de aula e a maneira de enxergar o mundo da criança. Pois o imaginário infantil é trabalhado, o repertório cultural é ampliado, através das intervenções do professor e autonomia do ato de desenhar pela criança.

Diante desta perspectiva se faz necessário o desenvolvimento de um ambiente criativo em sala de aula para que os alunos desenvolvam todo o seu potencial no que se relacionam as atividades que são realizadas com desenho na sala de aula. Porém desenvolver a criatividade na sala de aula, nem sempre é uma tarefa fácil para o professor.

Pois é preciso que o processo adote novas posturas metodológicas na sala de aula. Rompa com propostas pedagógicas tradicionais, e seja mais aberto a uma didática mais inovadora e comprometida com a aprendizagem dos alunos, no âmbito de práticas educativas que coloquem a criança no centro do ensino, dando oportunidades dela aprender fazendo, descobrindo e propondo novas soluções para os temas que são abordados.

Um aspecto importante é que o professor deve valorizar o trabalho imagético dos alunos, e a sua evolução conforme o ano letivo. Além, deve reconhecer o esforço deles, e sua capacidade, em solucionar os desafios propostos na sala de aula, como fator importante para a criação de um clima positivo e inovador na sala de aula.

Isto sem dúvida facilitará o processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A autonomia e o processo de acertos e erros proporcionam para a criança uma experiência com a prática da leitura e da escrita. Diante disso, o desenho torna-se um instrumento de mediação pedagógica dos conhecimentos do currículo, a personalidade da criança, sua percepção sobre o mundo ao seu redor e temas relevantes da sociedade. O professor deve estabelecer uma relação de apoio com a família para que arte dos alunos seja reconhecida dentro e fora da escola.

Podemos concluir que o desenho é um instrumento essencial no Ensino Fundamental, e necessita ser trabalhado a partir de uma metodologia inovadora, autônoma e do desenvolvimento de práticas educativas em um ambiente pedagógico criativo, estimulando os alunos a propor novos significados sobre o currículo trabalhado em sala de aula. Para que isto ocorra é preciso uma intencionalidade pedagógica bem definida e que contribua com a melhoria da aprendizagem dos alunos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Ana Patrícia de Oliveira; CLARO, Ana Lúcia de Araújo. A contribuição do desenho no desenvolvimento da criança na educação infantil: uma análise teórica. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017, Curitiba. **Anais... .** Curitiba: Educere, 2017. p. 886 - 901. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23964_11765.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2019.

LOWENFELD, Viktor. **A criança e sua arte.** 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

_____; BRITTAIN, W. Lambert. **Desenvolvimento da capacidade criadora**. São Paulo, Editora Mestre Jou, 1977.

MÈREDIEU. Florence de. **O desenho infantil.** 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

MITJÁNS MARTÍNEZ, A. **Criatividade, personalidade e educação**. São Paulo: Papirus, 1997.

MORENO, Márcia. O desenho: um processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento do processo criativo. **Revista Pedagógica Unochapecó.** Chapecó, ano 10, n. 21, jul./dez., 2008.

NICOLAU, Marieta Lúcia Machado. **A educação artística da criança**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2008.

RABELLO, Nancy. **O desenho infantil:** entenda como a criança se comunica por meio de traços e cores. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

UANO, L. M. de. La creatividad? Un talento exclusivo de los artistas o una capacidad de todo ser humano? **Linhas Críticas.** Brasília, v. 8, n. 15, p. 265-287, jul./dez. 2002.

ENSINO DA ARTE E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Cardoso, Elton Júnior da Silva [17]

RESUMO
O presente projeto tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a importância do ensino de arte e sua contribuição no processo de ensino-aprendizagem do indivíduo. Baseado nos PCN em Arte, refletir sobre a arte como uma disciplina que conduzirá os educandos a atuarem de forma crítica e reflexiva, atuantes na construção da sociedade na qual estão inseridos. Notadamente, o ensino de Arte permite ao aluno, desenvolver aspectos como a sensibilidade, a percepção, a expressividade, a espontaneidade, a consciência de si, do outro e das diversas culturas. O projeto está embasado por pesquisas bibliográficas norteadas pelos autores Fusari; Ferraz (2001), Barbosa (2003), Martins; Piscoque (1998), Soares (2016), Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN em Arte, e outros. Assim, consideramos a necessidade de uma educação voltada o processo de ensino-aprendizagem nas linguagens artísticas (música, dança, teatro e artes visuais) com objetivo de desenvolver aspectos sociais e culturais do aluno.

PALAVRAS CHAVE: Ensino. Arte. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

As relações entre arte e o homem estabelecem uma profunda integração, desde os primórdios da humanidade. Desde a pré-história o homem já tinha conhecimento e habilidades, e com isso manipulava cores, formas, gestos, espaços, movimentos e luzes com intuito de comunica-se com o outro. Vários estudos sobre artes ao longo dos anos foram desenvolvidos na perspectiva de estabelecer a importância de sua intervenção na formação docente e no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Tochetto e Felisberto (2017): "Desde a era primitiva, nossos ancestrais já utilizavam a arte como expressão do que vivenciavam na época, registrando nas paredes das cavernas esboços e esquemas de acontecimentos que ocorriam cotidianamente".

No contexto educacional, enfatizamos a Lei de Diretrizes e Brasil da Educação nacional 9.394/1996 reconhece a importância de sua inclusão como componente curricular obrigatório da Educação Básica. Com isso, a arte deixa de ter um papel secundário na educação de crianças, jovens e adultos e passa a integrar o currículo escolar. Logo, com enfoque nessas palavras iniciais e fundamentando na perspectiva

[17] Graduado em Pedagogia - Centro Universitário Internacional; graduado em História - Universidade Federal do Pará; pós-graduado em História e Cultura Afro brasileira e Indígena - Centro Universitário Internacional; pós-graduando em Supervisão, Orientação e Gestão Escolar; graduando em Artes Visuais - Centro Universitário Leonardo Da Vinci.

bibliográfica discutisse neste trabalho a importância do ensino de arte no processo de ensino-aprendizagem.

A escolha do tema partiu da necessidade de compreender sua importância para uma educação em que haja uma exploração dos conteúdos artísticos voltados para os próprios elementos nos quais se embasa como música, dança teatro e artes visuais.

Os PCN - Arte são constituídos a partir de estudos que buscam desenvolver, no meio escolar, aspectos da área de conhecimento da arte, como a natureza e a abrangência da arte educação bem como as práticas educativas e estéticas (BRASIL, 2000, p. 15). Portanto, a Arte, quando inserida no cotidiano escolar traz contribuições significativas para o aprendizado das mais diferentes disciplinas e contribui para um conhecimento de interação com saberes diverso.

ARTE E EDUCAÇÃO

Para início de debate, é de fundamental importância trazermos o conceito de Arte na concepção de alguns estudiosos. Para Soares (2016) diversos filósofos e artistas conceituam a Arte de acordo com o tempo em que estão inseridos. Segundo Abbagnano (2000, p. 81): "Arte designa todo um conjunto de regras capazes de dirigir uma atividade humana, podendo ser dividida em dois grupos ou áreas de conhecimento, a judicativa que consiste em apenas conhecer e a dispositiva ou imperativa, que simplesmente dirige determinada atividade do conhecimento".

Na concepção de Pareyson (2001, p. 25), a Arte no pensamento pode ser dividida em três grupos: *como fazer, como conhecer e como exprimir.* Para Gombrich (2000, p. 15), "nada existe realmente a que se possa dar o nome de Arte. Existem somente artistas". Para Coli (1995 p. 10), a Arte "é uma possível explicação, definição ou emissão de um juízo de gosto sobre os objetos".

Essa definição nos leva a pensar que Arte é o que julgamos ser de um determinado objeto de acordo com o nosso gosto. Bertoncini (2011), citando Dewey (2008), concebe a Arte como conhecimento e experiência, afirmando que, em todas as funções mentais, participam: intuição, inteligência é emoção.

Notadamente, para entender a culta de um país se faz necessário conhecer sua obra artística. Por meio das artes, é possível desenvolver a percepção, a imaginação, a capacidade crítica e analisar a realidade de maneira a transformá-la. Barbosa (2003) em uma entrevista à *Revista Art*, conceitua Arte de forma clara. Ela diz que: "Arte é artefato, não é natureza.

Como afirma (ARENDT, 1981) a "Arte existe desde os tempos mais remotos, ela sempre esteve e está presente no mundo. As relações e maneiras de ver e sentir do homem é que se diferenciam com tais objetos. A Arte vem do pensamento e o homem a materializa, seja por meio de escrita, gesto, fala ou imagem". Ainda segundo a autora, "uma obra artística não acaba com o tempo, em cada época, ela nos mostra que é capaz de ser transcendente imortal feito por mãos mortais,

adquire presença tangível para fulgurar e ser visto, soar e ser escutado, escrever e ser lido" (ARENDT, 1981, p, 181).
"O principal objetivo do ensino de arte é de formar e promover o desenvolvimento cultural dos alunos (art. 26 §2º)".[18]

> No Art. 3º da LDB, a Arte é citada no inciso II: Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios [...] II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a Arte e o saber (BRASIL, 1996). No capítulo da Educação Básica, das disposições gerais, o inciso IV do Art. 24 confere uma flexibilidade referente às turmas de diferentes séries. Esse artigo dispõe que - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares (BRASIL, 1996).

Assim, a Arte enquanto disciplina escolar abrange os segmentos de Artes Visuais, Dança, Música e Teatro (BRASIL, 1997). Segundo Tochetto e Felisberto (2017) Nessas quatro áreas há inúmeras possibilidades de conteúdos permitindo ao aluno exprimir-se, manifestar-se, comunicar-se e desenvolver-se por meio da fruição alcançada com os estudos.
Para Barbosa (1979, p.46), isso permite analisar *"a ideia de que a Arte na educação tem como finalidade principal permitir que o indivíduo expresse seus sentimentos e a ideia de que a Arte não é ensinada, mas expressada".*
Nos primeiros anos da educação básica, o uso do ensino de Arte se faz de maneira imaginativa, envolvente e estimuladora, buscando instigar a criatividade e a capacidade de criar e inventar das crianças. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

> "O conhecimento da arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a arte ensina que é possível transformar continuamente a existência, que é preciso mudar referências a cada momento, ser flexível. Isso quer dizer que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para aprender. (BRASIL, 1997, p. 19)".

O ensino de Arte traz contribuições significativas no âmbito social, possibilitando dessa forma ao educando compreender o ambiente ao qual está inserido. Conforme Fusari e Ferraz (1999, p. 16) "a arte se constitui de modos específicos de manifestação da atividade criativa dos seres humanos ao interagirem com o mundo em que vivem, ao se conhecerem e ao conhecê-lo".
Segundo os PCNs, isso permite ao aluno compreender "a relatividade dos valores que estão enraizados nos seus modos de pensar e agir,

[18] Segundo Barbosa (1979), a Educação Artística era uma atividade e não uma disciplina e caracterizou-se na escola, sobretudo, pela espontaneidade, abalizada por uma metodologia que priorizava a livre-expressão, um deixar-fazer sem maior comprometimento com o saber artístico.

que pode criar um campo de sentido para a valorização do que lhe é próprio e favorecer abertura à riqueza e à diversidade da imaginação humana" (BRASIL, 1997, p. 19).

Segundo Tochetto e Felisberto (2017, p. 4), a Arte tem por objetivo "promover uma educação humanizadora e transformadora, construindo formadores de opinião, se trabalhada e atribuída corretamente a cada faixa etária com atividades e exercícios expressivos e estimulantes".

Nesta perspectiva, os Parâmetros Curriculares Nacionais enfatizam que o ensino de Arte favorece o relacionamento do aluno com as outras disciplinas do currículo, quando: *"O aluno que conhece arte pode estabelecer relações mais amplas quando estuda um determinado período histórico. Um aluno que exercita continuamente sua imaginação estará mais habilitado a construir um texto, a desenvolver estratégias pessoais para resolver um problema matemático. (BRASIL, 1997, p. 19)".*

Tochetto e Felisberto (2017, p. 5) enfatizam que:

> "os alunos devem ser guiados a relacionar-se com a arte, na qual esta interfira em seus pensamentos e hábitos simples, elevando-os a algo criador. A partir do momento em que se compreendem conceitos estéticos, ocorre uma transformação na capacidade de ver, observar, descobrir e analisar os fatos, tornando cada momento de formação humana".

Nesta perspectiva, Fusari e Ferraz (2001, p. 21) afirmam que é necessário pensar em "um trabalho escolar consistente, no qual o aluno encontre um espaço para o seu desenvolvimento pessoal e social por meio da vivência e posse do conhecimento artístico e estético". Notadamente, estas discussões permitem concluir que a Arte é considerada como disciplina formadora de opinião, propiciando situações diversas de interação. Logo, os conteúdos trabalhados não se resumam a meros desenhos, trabalhos manuais, cantigas e etc.

É na educação, segundo Matias e Souza (2013), que o ensino da Arte oportuniza o desenvolvimento imaginário, a percepção através da observação da realidade a qual está inserido e a criação no processo de uma realidade desejada. "O aluno que tem oportunidade de fazer, representar e de apreciar as diversidades encontradas nas linguagens artísticas, tem o desenvolvimento intelectual de percepção mais aguçado e uma compreensão de mundo mais abrangente".

Barbosa (2006), afirma que é "na construção da Arte que utilizamos todos os processos mentais envolvidos na cognição. Existem pesquisas que apontam que a Arte desenvolve a capacidade cognitiva da criança e do adolescente de maneira que ele possa ser melhor aluno em outras disciplinas".[19] Logo, cabe aos educadores a missão de possibilitar essa

[19] A Arte se dá pelos sentidos, buscando o prazer sensual e as emoções causadas pela percepção destes, em forma de representação a partir de experiências do fazer, do representar e do apreciar, contribui para uma constante reflexão, transformando as pessoas em pesquisadoras de si mesmas, do outro e das manifestações culturais expostas em todo o mundo.

transformação, através dos códigos artísticos (música, dança, teatro e artes visuais) passando a ter um novo olhar, não só para o nosso aprendiz, mais para o mundo.

Contribuindo com o proposto Picosque e Martins (1998, p.131) afirmam que: *"uma aprendizagem em Arte só é significativa quando o objeto do conhecimento é a própria Arte, levando o aprendiz, a saber, manejar e conhecer a gramática de cada linguagem que adquire capacidade por meio de diferentes recursos, técnicos e instrumentos que são peculiares".*

"As crianças apropriam-se das imagens e, sons e gestos contidos nas mensagens vinculadas pela mídia, reelaborando-os e reutilizando-os na maioria das vezes de uma maneira pessoal (Fusari e Ferraz, 1999, p.44)". Notadamente, a arte como campo de conhecimento está atrelada a vários contextos (sociais, educacionais e culturais, por exemplo). Tais contextos precisam ser mediados pelos educadores para a construção de conhecimentos sistematizados que vislumbrem uma práxis educativa significativa.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS EM ARTE

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) chegaram às escolas a partir do final de 1997. Esses Parâmetros foram propostos como norteadores na elaboração dos planos de aula, sem caráter obrigatório e seus conteúdos podem ser trabalhados em qualquer ordem, conforme decisão do professor.

Os PCNs em Arte foram estruturados na Proposta Triangular[20], desenvolvida por Ana Mae Barbosa[21].

> "Durante o *XIV Festival de Inverno* de Campos do Jordão, no final dos anos 1980, quando se tratava da necessidade de reconfiguração da educação artística, com enfoque em uma leitura crítica como ponto chave para o desenvolvimento, Ana Mae Barbosa deu início ao desenvolvimento da nova proposta para o ensino de Arte. Influenciada pelas tendências internacionais, ela criou a Proposta Triangular de ensino de Arte, que buscava dar conta da epistemologia de arte na contemporaneidade. Primeiramente, a proposta era chamada de Metodologia Triangular, porém, a metodologia foi revista e a nomenclatura sofreu alteração e passou a denominar-se Abordagem Triangular". (SOARES, 2016).

Nessa proposta, os conteúdos estão articulados dentro do processo de ensino e aprendizagem, em três eixos norteadores: *produzir, apreciar*

[20] A Abordagem Triangular contribuiu na valorização da disciplina como área de conhecimento, com conteúdos próprios, deixando de ser uma arte da livre-expressão, sem especificidade, uma arte do fazer por fazer. De acordo com Barbosa (1998, p. 38), qualquer conteúdo, de qualquer natureza visual e estética, pode ser explorado, interpretado e operacionalizado através da Proposta Triangular.

[21] Segundo Barbosa (1998), a origem dessa abordagem está em uma dupla triangulação: de um lado, três vertentes do ensino e da aprendizagem: o fazer artístico, a leitura da imagem (obra de arte) e a contextualização (história da arte); de outro, a tríplice influência que a originou: os movimentos das *Escuelas al Aire Libre* do México, os *Critical Studies* (estudos críticos) da Inglaterra e a proposta da *Disciplined-based Art Education* (DBAE), dos EUA.

e contextualizar a Arte. A construção do conhecimento em Artes segundo Soares (2016, p. 66), realiza-se quando há a interligação entre a experimentação, a codificação e a informação. O programa do ensino de Arte deve, assim, ser elaborado a partir de três ações básicas:

a) Ler obras de Arte – baseia-se na descoberta da capacidade crítica dos alunos, no sentido de que a Arte não se reduz ao certo ou errado, considera a pertinência, o esclarecimento e a abrangência e o objeto de interpretação é a obra e não o artista;

b) Fazer Arte - baseia-se em estimular o fazer artístico, trabalhando a releitura, não como cópia, mas como interpretação, transformação e criação;

c) E contextualizar - consiste em inter-relacionar a História da Arte com outras áreas do conhecimento. Assim, essa tríade permite que o aluno compreenda uma obra de arte e em que condições o faz.

A partir dos estudos de Barbosa (1998; 2002b), entendemos que a concepção de ensino de Arte, como conhecimento, é baseada no interculturalismo, interdisciplinaridade e na aprendizagem dos conhecimentos. Soares (2016) enfatiza que o objetivo do ensino da Arte "*é propiciar ao discente a capacidade de criação e produção bem como e o aprendizado estético, nas linguagens artísticas definidas nas Artes Visuais, Música, Teatro e Dança*". Parte-se do princípio de que a comunicação e expressão são essenciais para o desenvolvimento do aluno, por meio delas, expande seu conhecimento, desenvolve sua sensibilidade e imaginação.

Enfatizamos que quanto a escolha e a organização de conteúdos gerais de Arte, fundamentam-se em alguns critérios, que igualmente conduzem o delineamento dos conteúdos de *Artes Visuais, Música, Teatro e Dança* (BRASIL, 2000). Tais conteúdos estão articulados dentro de três eixos:

> a) a produção: refere-se ao fazer artístico dos alunos e dos produtores de Arte;
> b) a apreciação: refere-se à apreciação de arte e do universo;
> c) a construção: refere-se à construção de conhecimento sobre o trabalho artístico pessoal e dos colegas, não necessariamente nessa ordem.

Deste modo, os conteúdos gerais do ensino fundamental de Arte, segundo os PCN são:

> A arte como expressão e comunicação dos indivíduos; elementos básicos das formas artísticas, [...] técnicas, materiais e procedimentos na criação em arte; produtores em arte: vidas, épocas e produtos em conexões; diversidade das formas de arte e concepções estéticas da cultura regional, nacional e internacional: produções, reproduções e suas histórias; a arte na sociedade, [...] as produções e suas formas de documentação, preservação e divulgação em diferentes culturas e momentos históricos (BRASIL, 1997, p. 52).

De acordo com os PCNs o ensino da arte está organizado em:

a) *Artes Visuais*: estão incluídos a pintura, escultura, desenho, gravura, arquitetura, artefato, desenho industrial, fotografia, artes gráficas, cinema, televisão, vídeo, computação e performance. (BRASIL, 2000. p. 61).
b) *Dança:* a dança faz parte das culturas humanas e sempre integrou o trabalho, as religiões e as atividades de lazer. Através dela, uma pessoa pode expressar o seu estado de espírito. O corpo necessita se movimentar-se, o movimento é a expressão do corpo. (Brasil, 2000, p. 67).
c) *Música:* a música interage com todas as culturas e raças, contribui para a formação integral do aluno. Promove a expressividade e a sociabilidade. Sempre esteve associada às tradições e às culturas de cada época. (BRASIL, 2000, p. 75).
d) *Teatro*: o teatro, como arte, foi formalizado pelos gregos, passando dos rituais primitivos das concepções religiosas que eram simbolizadas, para o espaço cênico organizado, como demostração de cultura e conhecimento. (BRASIL, 2000, p. 83).
Portanto, diante das leituras dos materiais sobre a temática proposta, consideramos que o ensino da Arte está inserido profundamente no desenvolvimento cognitivo e cultural das crianças, nas constantes experiências do cotidiano, na interação com o outro e com o mundo, contribuindo dessa forma para o processo de ensino-aprendizagem.

METODOLOGIA

Para a realização do projeto, optou-se pela pesquisa teórica. A pesquisa teórica é dedicada a reconstruir teoria, conceitos, idéias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos (Demo, 2000, p. 20). Um bom pesquisador precisa, além do conhecimento do assunto, ter curiosidade, criatividade, integridade intelectual sensibilidade social.
Demo (1996, p.34) define a pesquisa como atividade cotidiana considerando-a como uma atitude, um "questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático".
Logo, com objetivo de apresentar a importância do ensino da arte no processo de ensino-aprendizagem, realizou-se uma pesquisa bibliográfica a qual, segundo Lakatos e Marconi, (2003, p. 43), "não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras".
Para Gil (2007, p.44) a pesquisa bibliográfica pode ser desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído por livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.
Para realização desta pesquisa foram selecionados os escritos de grandes teóricos que dedicaram aos estudos sobre o ensino da arte e

sua contribuição para o processo de aprendizagem, tais como: Barbosa (2004/2003/2006), Fusari e Feraz (2001), Martins e Picosque (1998), Soares (2016), Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN em Arte, e outros. Assim, compreender o ensino da arte permite o indivíduo entender o ambiente ao qual está inserido, de forma crítica e reflexiva diante de seus problemas e da sua realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o objetivo do projeto foi entender a importância do ensino da arte dentro do processo de ensino-aprendizagem, sua relevância social, cultural e sua contribuição na atuação da cidadania. Notadamente, a Arte permite ao indivíduo compreender e interagir com o ambiente ao qual está inserido, reconhecendo os objetos e formas que estão ao seu redor, a ampliar o conhecimento sobre outras culturas, e sua própria realidade.

Ressaltamos quanto a importância dos segmentos do ensino da arte, em seus objetivos específicos que contribuem para a formação integral do aluno. Como as artes visuais, que buscam desenvolver no aluno a percepção, a imaginação, a sensibilidade, o conhecimento e a produção artística. A dança, que permite ao aluno a consciência sobre seu corpo e o espaço, além disso, desenvolve a concentração, a expressividade, a inteligência, a autonomia e a espontaneidade.

O segmento música, busca desenvolve aspectos como a interação, a criatividade, a atenção, a apreciação entre outros. Já o teatro, proporcionam no individuo as capacidades cognitivas, sensitivas, afetivas, aprimoram o ouvido e a palavra e promovem relações e atividades interpessoais.

Diante do exposto, conclui-se que a arte enquanto ferramenta principal que contribui para o processo de ensino aprendizagem para uma formação escolar, é uma disciplina formadora de opinião, pela qual os conteúdos trabalhados não se resumam a meros desenhos, trabalhos manuais, ou cantigas e representações sem sentido. Logo, deve-se oferecer uma aprendizagem significativa na qual o aluno como integrante do processo educativo, possa intervir de forma crítica e reflexiva.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Disponível em:< http://pt.slideshare.net/nafreitas/abbagnano-nicola-dicionrio-de-filosofia-15776809>. Acesso em: 19 de maio. 2020.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

BARBOSA, A. M. T. B. **A Imagem no Ensino da Arte**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

_____, A. M. T. B. **Teoria e Prática da Educação Artística**. 3ª. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

_____. A. M. T. B. **Inquietações e mudanças no ensino de Arte**. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. A. M. T. B. **Arte educação contemporânea: consonâncias internacionais**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A. M. T. B. **Arte Educação no Brasil: do modernismo ao pós-modernismo**. Revista Digital Art & n. 0, s/p, out. 2003. Disponível em:< http://www.revista.art.br/site-numero00/anamae.htm>. Acesso em 30 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio**. Brasília, 2000.

_____. Lei n° 9.394/1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art92. Acesso em: 08 abr. 2020.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Arte**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, V. 6. 1997.

COLI, J. **O que é Arte?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1996.

DEWEY, J. Tradução de Jordi Claramonte. **El arte como experincia**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S.A., 2008.

FUSARE, M.F.R; FERRAZ, M.H.C. **Arte na Educação Escolar**. São Paulo: Cortez, 2001.

FUSARI, M. F. R; FERRAZ, M. H. C. T. **Metodologia do Ensino da Arte**. São Paulo: Editora Cortez, 2ª. ed., 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMBRICH. E. H. **História da Arte**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2000.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Mirian C.; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. **Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte**. São Paulo: FTD, 1998.

MATIAS, Márcia F. L.; SOUZA, Francisca Willyane Bezerra de**. A importância do Ensino da Arte como elemento cultural na formação dos cidadãos.** III CONEDU – Congresso Nacional de Educação. 2016.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica Arte.** Paraná: 2008.

PAREYSON, L. **Os problemas da estética**. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

SAMPAIO, R. M. W. F. Freinet: **Evolução Histórica Atualidades**. 2ª. ed. São Paulo: Scipione, 1994.

SOARES, Célia Aparecida. **O Ensino de Arte na escola brasileira: fundamentos e tendências**. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade de Uberaba. 2016.

TOCHETTO, Andrieli; FELISBERTO, Lidiane G. S. **O Ensino de Arte e a sua finalidade: educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental**. Formação de Professores: contextos, sentidos e práticas. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. SIRSSE. 2013.

CONTAÇÃO DE HISTÓRIA COMO RECURSO ARTÍSTICO INCLUSIVO PARA CRIANÇAS CEGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Pinto, Juliana M.[22]

RESUMO:
Este trabalho objetiva estudar o uso de elementos artísticos de cunho imagético e teatrais corporais, sensoriais e táteis como recurso inclusivo nas atividades de contação de história para crianças cegas e apoio no processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil. Para isso, pretende-se verificar como se dá a formação da imagem mental X imagem visual através de técnicas e procedimentos pedagógicos inclusivos.

PALAVRAS-CHAVE: Arte. Contação de história. Inclusão. Deficiência visual. Educação.

INTRODUÇÃO

Desde a infância me foi proporcionado contato com expressões artísticas diversas, participando de apresentações de dança, teatro, exposições literárias, dentre outras, vindo no futuro a me graduar e pós graduar em Letras e Artes Cênicas. Exercendo profissionalmente os conhecimentos adquiridos e em constante contato com as diversas linguagens literárias e artísticas a públicos diversos e aplicadas também à educação, nos deparamos inúmeras vezes com a questão da inclusão de pessoas com deficiência na escola, nas artes e na sociedade em geral.

A execução de atividades artísticas instigam e exigem constantes e intensas investigações de novas técnicas e metodologias para o aprimoramento e inovação profissional. Para um perfeito processo de criação nas artes, é preciso compreender a si em relação a si mesmo, com o outro e o mundo que o cerca. Para isso um artista, seja qual for a sua área de atuação, busca conhecer seu corpo, sentimentos, emoções, ações e reações a fim de melhor interagir com seu público e atingir os resultados esperados.

Apresentadas ao ser humano desde a infância, as diversas manifestações artísticas geralmente são iniciadas na escola. No entanto, a maioria das propostas cênicas, tais como Teatro, Escultura, Pintura, Cinema, Contação de História, por exemplo, apresentam caráter imagético intenso e nem sempre perceptível e apreciável a todos, como os deficientes visuais.

[22] Graduada em Letras pela UNESP, Mestre em Estudos Literários pela UNESP, Graduada em Teatro pela UFU, Especialista em Arte-Educação pelo Instituto Souza, Especialista em Arteterapia pelo IPPEO

Ao conviver com um amigo deficiente visual (cuja cegueira foi adquirida após os 30 anos de idade) que tocava flauta e era aluno do curso de matemática da UFU comecei a me questionar sobre o processo de aprendizagem dos cegos e sobre a prática e recepção de atividades artísticas visuais e como ocorreria a formação da imagem mental de um cego congênito, visto que não possui memória visual.

A partir do meu desenvolvimento artístico, minhas práticas teatrais e educacionais, aliadas ao convívio com meu amigo cego surgiram algumas proposições a fim de uma análise mais aprofundada da relação arte X imagem visual justificando-se por questões cujos problemas apontam: No caso de contação de história como realizar de modo satisfatório para professores e alunos cegos e videntes tal atividade? Como se dá o processo de formação da imagem mental em relação à imagem visual na criança cega? Quais recursos artísticos poderiam estar aliados à formação do professor para melhor apoio ao aluno deficiente visual no atendimento educacional especializado?

A pesquisa propõe como objetivo geral investigar quais recursos artísticos fornecem criação imagética mental, principalmente em relação aos teatrais cuja abordagem é mais vinculada à movimentação corporal e sensorial, além do aspecto tátil e de que modo podem ser utilizados como método inclusivo nas atividades de contação de história na Educação Infantil. Outro fator a ser analisado é até que ponto os recursos e aspectos artísticos estudados colaboram no processo de ensino/aprendizagem em relação à imagem mental da criança deficiente visual. Porém, o trabalho apresenta também objetivos mais específicos:

- Verificar até que ponto os diversos elementos visuais e não visuais pertencentes aos recursos utilizados na contação de histórias interferem na cognição infantil do deficiente visual e apreensão das histórias.
- Desenvolvimento de habilidades corporais que permitam à criança cega uma melhor integração escolar.
-Investigar técnicas e procedimentos artísticos imagéticos que permitam ao aluno deficiente visual melhor desempenho nas atividades escolares.
-Estudar o processo de formação da imagem mental artística na criança nascida cega.

A metodologia adotada para o trabalho parte de uma revisão bibliográfica referente ao processo de ensino-aprendizagem para deficientes visuais e portadores de cegueira e baixa com relação à atividades artísticas que utilizam-se de imagens. Além disso, será realizado um estudo teórico sobre atividades teatrais e mais especificamente de contação de história e suas técnicas para crianças com deficiência visual.

Já na conclusão espera-se compreender quais elementos artísticos imagéticos e teatrais de cunho sensorial melhor contribuem como

recursos pedagógicos e de que maneira agem no processo de ensino-aprendizagem da criança com deficiência visual nas atividades de contação de história como finalidade inclusiva.

DESENVOLVIMENTO

A arte de contar histórias se faz presente desde os primórdios da humanidade, seja reunindo pessoas na transmissão dos saberes, no entretenimento, num ato social ou mesmo para reunião de familiares e amigos, nos traz encantamento e riqueza cultural.

Muitos dos recursos utilizados nas contações de histórias baseiam-se em técnicas artísticas teatrais como trabalhos com a voz através de entonação, dicção, volume dentre outros, bem como corporais expressando movimentos e gestos num processo de imitações. Além disso, utiliza-se de questões imagéticas diversas num colorido que transforma os olhares e mente de quem se está presente como público.

Se as histórias e seus contadores podem ser tão ricos em detalhes e enredos que permeiam a imaginação de seus espectadores encantado gerações, como podem ser apreciadas por pessoas que não enxergam? Como entrar na mente de um cego que apenas ouve as narrativas e não vê as cores, gestos, movimentos e quaisquer detalhes imagéticos ali apresentados?

Nas escolas, principalmente na educação infantil, as contações de histórias tem se tornado um recurso pedagógico muito presente e com bons resultados que levam as crianças a um processo alfabetizador mais satisfatório desenvolvendo prazer na leitura e melhorando a escrita. Porém, cada vez mais nos deparamos com alunos portadores de diversas deficiências, entre elas, a visual. E como trabalhar em sala com estes alunos em meio aos que enxergam sem gerar disparidades pedagógicas e artísticas?

Como apresentar livros muitas vezes tão coloridos, cenários, figurinos e adereços diversos à crianças cegas ou sérias restrições visuais e que tão pequenas anda não passaram por experiências relatadas nas histórias e compreensíveis apenas aos videntes?

O ato da imaginação para se dar de maneira efetiva exige elementos que representem a realidade. Imaginar é construir a realidade de forma abstrata e de acordo com as vivências individuais e coletivas.

O conhecimento de mundo pela criança cega se dá através dos sentidos, é pelo aspecto tátil, auditivo, olfativo e gustativo, que se desenvolverá o imaginário e os conceitos da realidade. O tato não substitui a visão, mas se torna um meio da criança cega adquirir conceitos, aprender e construir a realidade. Somente por meio dos sentidos, em especial o tátil, que a criança cega percebe o mundo que a cerca sentindo texturas, formas, tamanhos, temperaturas, pesos etc interagindo com tudo e todos.

De acordo com Veiga(1946), em algumas situações, o tato pode ser ainda mais eficiente que a visão na captação de elementos formadores de conceitos. É preciso oportunizar à criança oportunidades

exploratórias para o ampliação e desenvolvimento da imaginação a fim de um pleno aprendizado escolar e humano.

Para que as atividades de contação de histórias sejam plenas e satisfatórias para a criança cega, é preciso que ela tenha compreensões que só ocorrem por meio de vivências e conhecimentos já adquiridos e esse processo é diferente do que ocorre na criança vidente. Quando alguém vê o livro, os personagens, cenários, adereços, imagens mostradas, torna-se mais fácil novas aquisições de conhecimento A criança cega só aprende de modo concreto pelos sentidos, especialmente o tátil. Ela precisa fazer o reconhecimento palpável de tudo o que se vai mostrar na contação de histórias e oportunizar a vivência prática sensorial a fim de que ela compreenda do seu modo aquilo que lhe é apresentado.

Nuernberg (2010) aponta que a função das ilustrações nos livros infantis é a de facilitar a compreensão e o envolvimento da criança na narrativa, espera-se que as adaptações táteis cumpram o mesmo objetivo, ou seja, que tenham efetivamente o papel de representar elementos e personagens que fazem parte da história. O grande desafio consiste em que sua disposição e estrutura seja tal que a criança cega tenha a mesma relação com elas que a criança vidente tem com as imagens visuais, afinal, esse é o princípio de igualdade e de atenção às diferenças que rege a inclusão social.

Antes de se realizar as atividades de contação de histórias é preciso promover formas de a criança com deficiência visual conhecer os elementos que irão compor as narrativas que muitas vezes transformam-se em pequenas encenações invisíveis e desinteressantes aos que não enxergam.

A professora deve preparar os alunos, incluindo os videntes, a fim de que todos interajam numa troca crescente de conhecimentos e socialização inclusivos, sempre mostrando (de modo tátil aos cegos) os elementos da cena, personagens e brincando com a situações fazendo com que todos vivam concretamente, num jogo dramatizado, cada passagem das histórias. Somente depois é que se faria a contação, pois uma criança que já não enxerga e nunca viveu determinadas situações não terá condições de imaginar o que não conhece e muito menos de aprender e sentir prazer nas atividades escolares e artísticas.

A execução de atividades pedagógicas concretas proporcionando preparo para as histórias, livros sensoriais, participações interativas nas contações com trocas de personagens e de objetos permitindo às crianças brincarem elas mesmas de encenar as narrativas, traz uma gama amplificadora de riqueza de elementos imaginativos e aquisições de conhecimentos mais concretos do mundo real aos que não enxergam.

Inúmeros outros elementos compõem as contações de histórias propiciando maiores riquezas artísticas e despertando o estímulo

literário dos alunos cegos e videntes. Geralmente relacionados ao uso teatral como expressão vocal e corporal, também deverão auxiliar as crianças cegas no processo pedagógico. Relativos ao trabalho de voz tem-se a Dicção, Volume, Velocidade, Tonalidade, Vocabuláro, Silêncio, dentre muitos outros.

No tocante à Dicção, por exemplo, Dohme (2000), aponta que o primeiro passo é tomar o cuidado de pronunciar de forma clara dada uma das sílabas que compõem a palavra, sentindo cada um dos seus sons. Outra atenção que se deve ter é dar espaço entre uma palavra e outra, procurando não emendar as palavras de uma mesma frase. No final das frases, onde há vírgula ou ponto, o espaço deve ser um pouquinho maior.

Já para um Volume de voz adequado deve-se que cada ambiente exigirá um volume de voz adequado e isto precisa ser avaliado, além da distância entre o narrador e sua plateia, o tamanho e a acústica da sala e os ruídos externos.

Quanto à Velocidade, o autor supra citado aborda que a velocidade pode ser medida pelo número de palavras que uma pessoa pronuncia em um espaço de tempo determinado ligada à dicção, com os cuidados de não influir na compreensão do texto. A variação da velocidade da voz pode auxiliar na interpretação do texto dando mais emoção, urgência, ou sentimento de paz, harmonia, serenidade.

A Tonalidade: classifica os sons em graves e agudos e traz efeitos surpreendentes às histórias. Embora cada pessoa possua o seu registro vocal próprio, o trabalho tonal enriquece a narrativa e identifica os personagens e tipos específicos sendo muito apreciados pelas crianças que gostam de brincar de imitar sons e vozes.

O Vocabulário deve ser simples e compreensível pelas crianças e de acordo com cada tipo de personagem, idade, fatos e situação apresentada e de modo a enriquecer os conhecimentos dos alunos e enriquecer a história.

Interessante é o caso do Silêncio como forma de expressão, pois quando um narrador faz uso de pausas, surge a sensação de suspense e, , valorizando a fala seguinte. Além disso, paradas bem estruturadas dão tempo para as crianças organizarem suas ideias, desde que não sejam longas e os alunos não se distraiam.

Já relacionados ao trabalho corporal, não perceptível aos cegos, mas que se executados de maneira dirigida às suas necessidades, são bem quistos, tem-se a Expressão Corporal, Semblante (ou Expressão Facial), Imitações gestuais, etc.

A Expressão Corporal manifesta a descrição das histórias e personagens devendo ser o gestual e os movimentos coerentes com a narração principalmente nos tipos de personagens, nos fatos, situações.

A Expressão Facial ou chamado Semblante nos mostra que as emoções do nosso interior são transmitidas através da expressão do rosto,

sejam elas tristeza, alegria, surpresa ou espanto, representando mais do que muitas palavras.
Outra questão muito antiga, apresentada na obra "A Poética" de Aristóteles é a chamada "mímesis" ou imitações quando se finge algo ou alguém por imitar gestos, movimentos, voz ou barulho, finalidades. As crianças brincam de imitar a mamãe, o papai, gato, cachorro, a professora, pássaros, o choro dos bebês e nas histórias muito se imita a fim de mostrar maior veracidade à cena.
Inúmeros outros elementos podem ser utilizados como poderosos recursos artístico-pedagógicos incrementando as narrativas e auxiliando crianças cegas e mesmo as videntes em melhores compreensões do que lhes é apresentado tais como objetos, figuras, recursos sonoros, etc.
Dohme(2000) ressalta que, podem ser usadas várias técnicas como suporte para os educadores aperfeiçoarem seu conhecimento de aplicação na narração de uma história. Alguns exemplos: usar o próprio livro, gravuras, figuras sobre o cenário, fantoches, dedoches, teatro de sombras, dobraduras, poesias, maquete, ventríloquo, marionetes, efeitos sonoros, dentre outros, conforme a criatividade de cada um e necessidades de seus alunos, de modo que a criança cega sinta-se acolhida e possa participar.

Outro recurso muito utilizado em diversos setores com abordagens imagéticas para o apoio ao deficiente visual é a áudiodescrição. Utilizada em eventos culturais (peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas, desfiles, espetáculos de dança), turísticos (passeios, visitas), esportivos (jogos, lutas, competições), acadêmicos (palestras, seminários, congressos, aulas, feiras de ciências, experimentos científicos, histórias) e outros, por meio de informação sonora, transformando aspectos visuais em linguagem falada, facilitando a inclusão cultural, social e escolar não somente de pessoas cegas, mas também de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos.
A áudiodescrição traz um relato visual para pessoas com deficiência possam construir imagens mentais e compreender todos os elementos que compõem uma história. Mas é preciso saber fazer o uso adequado da áudiodescrição abordando de forma concisa e atraente todos para os recursos imagéticos, a fim de permitir a compreensão dos não videntes e daqueles que possuírem quaisquer dificuldades de visualização física e/ou intelectual do que se apresenta.
Tanto no contexto cultural da vida cotidiana como em atividades escolares, em especial as contações de histórias, é preciso compreender as necessidades das pessoas com deficiências e dificuldades de entendimento do mundo ao redor para a elaboração de um roteiro com a verbalização do visual permitindo maior imaginação na caracterização dos personagens, uso de vocabulário correto para as descrições e narrativas mostrando os cenários, cores e texturas etc.

Uma áudiodescrição como narração oral para cegos congênitos deve sempre buscar recursos sensórias e elementos diversos que sejam palpáveis e despertem a curiosidade tátil e imaginativa e que causem sensações, tais como o quente e o frio, que facilitem ativar o imaginário infantil.

Para Lima(2011), a tradução visual, aqui na forma de áudiodescrição, pode ser considerada tecnologia assistiva, visto que consiste em uma atividade que proporciona uma nova experiência com as imagens, em lugar da experiência visual perdida (no caso de pessoas cegas adventícias), e consiste em tecnologia assistiva, porque permite acesso aos eventos imagéticos, em que a experiência visual jamais foi experimentada (no caso das pessoas cegas congênitas totais). Em ambos os casos, porém, é recurso inclusivo, à medida que permite participação social das pessoas com deficiência, com igualdade de oportunidade e condições com seus pares videntes.

A inclusão da criança deficiente visual através das contações de história tem proporcionado aos educadores intensos desafios e muitas surpresas com resultados positivos no tocante ao desenvolvimento infantil até mesmo dos videntes. É preciso primeiramente compreender como se dá o aprendizado da pessoa cega congênita e seu processo de criação da imagem mental buscando os recursos e métodos necessários e próprios de cada atividade e faixa etária.

A contação de história por fazer uso de muitos recursos artísticos que para atores videntes adultos já colabora na construção de personagens em grande parte via modo sensorial, nos faz perceber que a compreensão do próprio corpo é mais necessária do que se pensava, principalmente no caso de crianças que mesmo as videntes, ainda estão em fase de conhecimento de si mesmas, com o outro e com o mundo a ser desvendado. No caso da criança com cegueira congênita, o processo se torna bem mais complexo e o desenvolvimento físico, mental e intelectual se dará a partir dos estímulos sensoriais com bastante intensidade.

Conforme Preto(2009) "com o aluno cego, o professor deve pensar em recursos pedagógicos adaptados para que a criança consiga manipular os objetos de forma autônoma". Essa autonomia gera autoconfiança e a posteriori o prazer pela atividade. O aluno cego busca compensar suas dificuldades visuais se apropriando dos demais sentidos assim como também se utilizando da linguagem oral.

À criança com deficiência visual precisa ser ofertada a oportunidade de conhecer a si mesma e ao mundo explorando-se e ao outro e ao ambiente que a cerca com plena liberdade para manusear, tocar e receber conceitos concretos e abstratos do mundo, dentro e fora da escola. O desenvolvimento de atividades artísticas com recursos de exploração corporal via sentidos, principalmente se ofertado através de dança, teatro, música e artes visuais tem sido de grande valia ampliando as possibilidades de trabalho pedagógico com as crianças

não videntes e facilitando o aprendizado infantil com alegria, despertando a curiosidade e imaginação e vontade de aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da imagem é um dos inúmeros recursos utilizados no desenvolvimento do imaginário infantil e humano, gerando formas de reconhecimento da realidade e união entre os mundos real e o da fantasia em que a criança vive e ao longo dos anos se descobrirá inserida via mundo concreto (palpável, real) e o da linguagem, transformando as realidades com atividades artísticas e literárias.

O trabalho com imagens em atividades pedagógicas de cunho artístico e/ou literário é um recurso lúdico amplamente utilizado entre os educadores, não somente na contação de histórias, mas em vários tipos de atividades escolares e também na educação especial.

No caso dos livros com imagens não perceptíveis às pessoas cegas, por exemplo, essa forma de narrativa não verbal, é um recurso bastante utilizado e atraente aos que enxergam sem quaisquer restrições visuais, mas que pode excluir o deficiente visual se o trabalho não for executado de maneira adequada para que todos possam participar e decodificar o que se apresenta para um pleno aprendizado.

Dessa forma, a ilustração tátil tem se tornado cada vez mais necessária, além de outros métodos, um recurso imprescindível e eficaz para o desenvolvimento do imaginário da criança cega, possibilitando a percepção dos elementos que compõem e constroem a realidade enquanto esta é sentida, apreendida e compreendida pela pessoa cega.

A contação de histórias é uma atividade interativa que permite um amplo desenvolvimento humano mental, corporal e emocional contemplando o trabalho imaginativo como exercício criativo, sensorial, apreensão de valores além da iteração social. É uma atividade que potencializa a linguagem da criança num espaço social com abordagens artísticas e pedagógicas que a transformam como sujeito ator e autor de seu próprio e pleno desenvolvimento.

Um dos aspectos mais importantes das atividades de contação de histórias é o da interação social, visto que ocorrem alterações comportamentais nos sujeitos que participam de maneira cada vez mais interativa e como ouvintes atentos cada vez mais participativos e interessados.

A contação de histórias para o público infantil tem sido cada vez mais utilizada nas escolas não apenas como trabalho lúdico mas como estratégia de estímulo à leitura nos alunos, principalmente na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Porém, é sempre necessário que a ação a ser desenvolvida precisa ser às diversas deficiências tais como a cegueira.

A criança cega ao ouvir o conto, por não visualizar imagens gestuais e faciais do contador precisará de alguns outros recursos e métodos além do auditivo, tátil e sinestésico para a compreensão necessária do que

se apresenta a ela. Contar histórias é oferecer possibilidades para que o aluno cego, o surdo, assim como as demais pessoas com deficiências possam se sentir sujeitos atuantes e capazes de realizar qualquer atividade de cunho educativo e social.

Os benefícios da contação de histórias ultrapassam o âmbito escolar, contribuindo no processo de ensino e aprendizagem da criança cega, além de melhorar os aspectos emocional, psicológico e social da mesma. A contação de história tem se tornado cada vez mais frequente como instrumento pedagógico nas salas de aula e principalmente na Educação Especial, visto que os recursos utilizados para as adaptações necessárias aos deficientes, em muito auxiliam no desenvolvimento da fala, aquisição e ampliação de vocabulário. Tais recursos tem sido valiosos também por despertar na criança cega o interesse pela leitura, interação escolar e social, desenvolvendo a imaginação dentre outros fatores.

Uma criança cega, principalmente anda na educação infantil, quando começa o processo de descoberta de si mesma, do mundo e do outro e das relações que estabelecem, se desprovida das inúmeras vivências e experiências físicas necessárias à compreensão e percepção de mundo, não receber os estímulos e tratamento humano e pedagógico corretos, terá seu processo de ensino aprendizagem muito dificultado, sentindo-se deslocada e excluída na escola e sociedade.

Se a criança vidente já necessita do devido apoio humano e pedagógico em sua jornada educativa, a criança cega por ser desprovida do visual, necessita ainda mais de um variado e acessível repertório ilustrativo no momento da audição e de um contador que conheça sua realidade, compreenda seus processos de aprendizagem e meios de aquisição do conhecimento.

Para a aprendizagem do deficiente visual é preciso compreender que há diferenciações metodológicas específicas da deficiência que norteiam a prática pedagógica baseadas principalmente na essência do indivíduo durante o processo de ensino-aprendizagem. É necessário conhecer e compreender as percepções dos cegos e a importância da sua relação com a realidade, fonte de uma infinidade de informações. O mundo externo internaliza-se e transforma-se externalizando-se novamente através de ações interativas, recursos comunicativos, analíticos e materiais, que possam ser úteis ao exercício pleno da cidadania e do desenvolvimento do potencial e capacidades/habilidades de cada um.

As formas de percepção da criança cega devem sempre nortear a escolha dos recursos a serem utilizados pelo educador. No trabalho com contação de história, os recursos utilizados precisam atender às necessidades dos participantes cegos, considerando suas especificidades perceptivas, sua realidade, os processos e meios pelos quais aprendem e apreendem o mundo que os cerca.

Para um inclusão plena nas atividades pedagógicas em sala ou na educação especial é preciso embasamento e fundamentação teórica e repensar as práticas e intenções pedagógicas que realmente permitam a Educação Inclusiva. É preciso repensar as particularidades do aluno deficiente não somente com os devidos princípios pedagógicos e humanos, mas com a consciência da necessidade de captação de recursos adequados que permitam um tratamento digno ao seu processo de ensino-aprendizagem a fim de que o mesmo ocorra de maneira efetiva e bem sucedida proporcionando a satisfação humana do aluno com cegueira.

O trabalho pedagógico inclusivo só será bem sucedido quando demonstrar a real inclusão na forma de que todos nós somos diferentes mas que 'somos', em grupo, direitos iguais de aprendizagem e a contação de história, seja com o recurso da ilustração tátil, áudiodescrição ou de caráter teatral ou ainda um outro qualquer, torna-se instrumento pedagógico valioso na inclusão da criança cega em seu processo educativo.

REFERÊNCIAS

ALBURQUEQUE, Fátima. **À hora do conto: Reflexão sobre a Arte de contar história na Escola**. Lisboa/Portugal, 2000.

AMARILIAN, M. L. T. **Compreendendo o cego.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

ARISTÓTELES. **A poética**. Trad. De Eudoro de Souza. Porto Alegre: Globo 1966.

BARROS, A. Práticas discursivas ao olhar. **Notas sobre a vidência e a cegueira na formação do pedagogo.** Rio de Janeiro: E-papers, 2003.

BELARMINO, J. **Aspectos comunicativos da percepção tátil: a escrita em relevo como mecanismo semiótico da cultura**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC (SP), 2004.

CARPENTIERI, M.N. **Diferentes faces da educação** –UM ALUNO ESPECIAL –um cego num mundo de videntes. Editora arte ciência, São Paulo-SP, 2001.

DIDEROT, D. **Carta aos cegos para o uso dos que vêem**. In: Textos escolhidos. Diderot. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DOHME, Vânia. **Técnicas de Contar Histórias**. São Paulo: Informal, 2000.

LIMA, F. J. **Introdução aos estudos do roteiro para áudio-descrição: sugestões para a construção de um script anotado**. Revista Brasileira de Tradução Visual, v. 7, n. 7, 2011.

MACHADO, Regina. **Acordais: fundamentos teóricos- poéticos da arte de contar historias**. São Paulo: DCL 2004.

MARTINS, B. E se eu fosse cego? **Narrativas silenciadas da deficiência.** Lisboa: Afrontamento. 2006

MASINI, E. **O perceber e o relacionar-se do deficiente visual**. Brasília: Corde. 1994.

MORAES, M. O. **Modos de intervir com jovens deficientes visuais:** dois estudos de caso. Psicologia Escolar e Educacional, 11, 90-110. 2007.

NUERNBERG, Adriano Henrique. **Ilustrações táteis bidimensionais em livros infantis: considerações acerca de sua construção no contexto da educação de crianças com deficiência visual.** Revista Educação Especial, v. 23, n. 36, p. 131-144, jan./abr. 2010.

ORMELEZI, E. M. (2000). **Os caminhos da aquisição do conhecimento e a cegueira: do universo do corpo ao universo simbólico**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PRETO, V. O. **Adaptação de livros de literatura infantil para alunos com deficiência visual**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade Estadual Paulista, Marília.

VEIGA, José Spinola. **A vida de quem não vê**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1946.

O LÚDICO E A UTILIZAÇÃO DO DESENHO PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO INFANTIL

Miranda, Katia Fernanda Xavier de Albuquerque[23]

RESUMO:
Este trabalho apresenta como título "O lúdico e a utilização do desenho para o desenvolvimento cognitivo infantil". Este assunto é muito relevante, haja vista que o Lúdico e o desenho para o desenvolvimento do processo de aprendizagem, é um tema que chama muita atenção pela complexidade e eficiência que alcança dentro de uma instituição de ensino, podendo ser um ótimo aliado do professor para atingir sucesso durante o processo de ensino aprendizagem. Pretende-se demonstrar o poder que as atividades lúdicas apresentam, em destaque, o desenho, possuem para alcançar a aprendizagem, minimizar os quadros de limitações causados pelas mais diversas deficiências e valorizar os jogos, brincadeiras e o desenho neste momento em que se cobram tantas responsabilidades das crianças e estas são inseridas cada vez mais cedo na escola. O objetivo geral deste artigo foi descrever conceitos e importância do Lúdico e do desenho no desenvolvimento cognitivo e no processo de ensino aprendizagem. Como metodologia para este trabalho, foi utilizada a revisão de literatura, se baseando em publicações científicas em periódicos, livros, dentre outros. Como resultado, foi demonstrado que o educador ocupa o papel principal neste processo da ludicidade dentro da sala de aula, e que o uso do desenho na educação infantil, traz muitos benefícios para o desenvolvimento cognitivo das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Lúdico, desenho, desenvolvimento, cognitivo, infantil;

INTRODUÇÃO

Este artigo apresentou como título "A importância do lúdico no desenvolvimento cognitivo e no processo de ensino aprendizagem infantil". Foi escolhido este assunto, que é de grande relevância, haja vista que o homem vive em um uma sociedade altamente competitiva em todos os campos, em função disso, a brincadeira, a dança, os jogos, os brinquedos, e em destaque neste artigo, o desenho, enfim, as atividades que divertem e fazem rir estão sendo deixadas de lado, perdendo seu espaço tanto em casa como na escola para as tarefas que cobram responsabilidade e eficiência preparando para a vida adulta e profissional.

[23] Graduada em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP). Graduada em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Especialista em Geoprocessamento pelo Centro Universitário SENAC, Santo Amaro.
Email: kferxmiranda@gmail.com

Este estudo se justificou em demonstrar que o Lúdico e o desenho para o desenvolvimento da aprendizagem, é um tema que chama muita atenção pela complexidade e eficiência que alcança dentro de uma instituição de ensino, podendo ser um ótimo aliado do professor para atingir sucesso durante o processo de ensino aprendizagem. Pretende-se demonstrar o poder que as atividades lúdicas, em destaque, o desenho, possuem para alcançar a aprendizagem, minimizar os quadros de limitações causados pelas mais diversas deficiências e valorizar os jogos, brincadeiras e o desenho neste momento em que se cobram tantas responsabilidades das crianças e estas são inseridas cada vez mais cedo na escola. Tal estudo poderá ser utilizado como uma fonte de leitura e pesquisa para alunos da área de educação, professores, pais e demais interessados no assunto.

O objetivo geral deste artigo foi descrever conceitos e importância do Lúdico e do desenho no desenvolvimento cognitivo e no processo de ensino aprendizagem. Como problema de pesquisa, viu-se: Como a utilização do desenho pode ajudar no desenvolvimento cognitivo e no processo de ensino aprendizagem?

Essa pesquisa é do tipo revisão bibliográfica, pois utilizará os estudos de Piletti (2003), Möndinger, 2012), Molina (2001), Cognet (2013), Puviani (2013), dente outros, para compreender conceitos relevantes acerca do desenvolvimento infantil, o lúdico e o desenho. Ademais, a abordagem da pesquisa é qualitativa, a qual permite extrair do objeto de pesquisa "os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível" (CHIZZOTTI, 2017, p.28), não o reduzindo a métodos nomotéticos.

Sendo assim, a pesquisa foi dividida em tópicos, no primeiro deles foi demonstrada a educação infantil no Brasil, e posteriormente, se focou no desenvolvimento infantil, no ensino das artes, do lúdico e a importância do desenho para o desenvolvimento infantil

A EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo Piletti (2003), cuidar de uma criança é um assunto que causa muita reflexão para estudiosos da área de educação infantil. Antigamente. a criança não possuía certos espaços que lhe garantia seu desenvolvimento, no entanto, a forma que a sociedade enxerga assuntos relativos às crianças atualmente, trouxeram novos modos nos quais elas seriam cuidadas, e isso acabou interferindo nas instituições educacionais.

Alguns pensadores mais modernos não enxergam o termo "cuidar" apenas como um dar assistencialismo, mas também remete a promover algumas novas práticas pedagógicas. São atribuídos aos Jardins de Infância uma dimensão educacional e não assistencial, assim como outras instituições de educação infantil, que deixam de levar em conta as evidências históricas, mostrando uma estreita relação entre ambos os aspectos, a assistência vista até o final do século XIX, privilegiando políticas de atendimento à infância em

instituições educacionais, até chegar ao Jardim de Infância, as creches e escolas maternais (SACRISTÁN, 2006).
Sambrano (2006) reflete que o atendimento às crianças de 0 a 6 anos no Brasil passou a ser chamado de "Educação Infantil" após a da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sigla LDB no. 9394 de dezembro de 1996. Viu-se nessa lei que Educação Infantil se trata da primeira etapa da Educação Básica, que integra o sistema de ensino brasileiro.
Segundo Piletti (2003), a elaboração de tais leis foram resultados de muitas lutas para que ocorressem melhorias no ensino e uma maior valorização da educação infantil, que tiveram intensas manifestações nacionais, encontros de pesquisadores em simpósios de pedagogia, além da mobilização de entidades de pesquisas e demais grupos comprometidos com essa defesa e os direitos das crianças, visto no art. 208.
Ao se falar em leis, Piletti (2003), reforça que o dever do Estado com a educação deve ser efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escolas, às todas as crianças até 5 anos de idade. Pode-se ver que a LDB 9394/1996 contempla esse direito à educação infantil como uma responsabilidade do setor educacional. Após vários estudos na área da educação, apareceram novas ideias que dariam essa nova visão na Educação infantil, sendo uma delas, a utilização da musicalização, alvo deste estudo.
Um grande pensador do assinto, foi Jean Piaget, este que abordou metodologias que fariam desenvolver práticas novas pedagógicas, desde que respeitado cada fase de amadurecimento das crianças. Ele demonstrou que a criança raciocina conforme as suas estruturas lógicas, e após isso, evoluem de acordo com a sua faixa etária. Já a pesquisadora Emília Ferreiro, apontou para novas propostas pedagógicas envolvidas, também baseadas em Piaget, que dizem respeito ao construtivismo. Emília reflete que as crianças já possuem algum tipo conhecimento sobre a escrita e elas, e tentam entender o sistema de grafia com a observância das letras, as combinações, os tamanhos, etc (SACRISTÁN, 2006).
Piletti (2003) reflete que surgiram novas hipóteses que caminharam para um novo modelo de educação no Brasil. Isso influenciou algumas normas do governo Brasileiro na área da educação, que estão expostas no Parâmetros Curriculares Nacionais, demonstrando que os processos de aprendizagem das crianças se baseiam no construtivismo, sendo este um tema que ajudará na formação das diretrizes no Ministério da Educação.
Para que este processo de educação possa fluir de forma significativa e saudável, é necessário atingir as principais propostas da UNESCO que se diz necessárias para a formação do indivíduo que são: Aprender a conhecer; Aprender a fazer; Aprender a conviver com o outro e a Aprender a ser (SAMBRANO, 2006). Tudo isso é possível se a capacidade de comunicar dos membros, que compõe a rede da

Educação (família, escola, mídias e sociedade), estiver desenvolvida e preparada para cumprir seu papel.
Diante de muitos questionamentos e pesquisas sobre como melhorar os trabalhos pedagógicos com as crianças, notou-se a possibilidade de inclusão das crianças de 6 anos no ensino fundamental que duraria 9 anos, seria uma etapa de ensino. Isso tudo para uma educação de qualidade. A criança entraria num ciclo de situações de aprendizagem, onde possibilitariam o desenvolvimento das capacidades voltadas à leitura e a escrita (SAMBRANO, 2006).
As crianças de seis anos começam a se inteirarem com os fenômenos "Alfabetização e Letramento", ou seja, aprender a linguagem escrita através do letramento e sucessivamente a aquisição da habilidade de leitura e formação de frases e textos em sala de aula. Observarão também com essa inclusão, que se daria o maior número de crianças matriculadas na escola (SACRISTÁN, 2006).
Tendo bons resultados ou não, essa iniciativa gerou as seguintes leis, resoluções e pareceres que dariam uma nova fase na educação fundamental no Brasil. Surgiram os fundamentos de leis que incluem as crianças de 6 anos no Ensino Fundamental que são eles: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – admite a matrícula no Ensino Fundamental de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade.
Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 – estabelece o ensino fundamental de nove anos como meta da educação nacional. Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005 – altera a LDB e torna obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 – altera a LDB e amplia o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de crianças de seis anos de idade e estabelece prazo de implantação, pelos sistemas, até 2010 (SAMBRANO, 2006).

ARTES NO CONTEXTO ESCOLAR

Fazer parte de um currículo educacional é algo desafiador, pois está em jogo diversas realidades, primeiramente estar disposto a trabalhar com as diversas disciplinas a qual chamamos de interdisciplinaridade (FERRAZ, 2010). Muitas vezes esse procedimento não acontece pela falta de comunicação entre professores de conteúdos afins, as condições precárias no ato de lecionar, além de uma percepção de pensamento muito pequena acerca da disciplina apresentada neste trabalho.
Jódar e Gómez, (2004) destacam:

> É ainda a escola, "o cenário de uma máquina conservadora de repetições e recorrências", uma "máquina produtora de sensatez mais do que sensibilidades" ou produtora de uma sensibilidade que "fabrica juízes mais do que fazer possível a criação de artistas (Jódar; Gómez, 2004)

O Professor de artes está cotidianamente proposto a "Novas Aventuras" que a própria disciplina reserva, pois o seu ensinamento dentro de sala de aula depende muito do incentivo por parte do

docente, mas também exige um comprometimento e o interesse por parte do aluno, que em muitas situações se encontra desinteressado, ou apenas tem a concepção de quê ao findar daquele ano não será punido pelas atitudes que cometeu (MÖNDINGER, 2012).

Os desafios para a disciplina de Arte na modernidade são muito grandes pois a necessidade de criação de algo novo é um grande motivador, mas de uma certa forma é obstáculo que exige uma capacidade de transformação muito grande por parte do professor que está habilitado para trabalhar com esta disciplina (FERRAZ, 2010).

A sala de aula é um espaço onde novas ideias surgem a todo momento, e os professores as vezes não estão atentos a estas possibilidades. Diferentemente, os professores de artes, porque trabalham a partir da criação de novas ideias, e é através das novas ideias que um trabalho pode ser desenvolvido, pois o aluno irá pensar em algo que está no seu subconsciente e é vivido por ele no seu cotidiano (MÖNDINGER, 2012). Então o espaço de sala de aula mais do que nunca é um espaço de criação de ideias, movimento de fluir o pensamento, e acima de tudo, mesmo com as estabilidades colocar em prática essas ideias a partir da realidade dos alunos.

Mas, o que intriga muitos profissionais formados em uma das áreas abrangidas pela disciplina "Artes", é a não desvinculação dessas áreas de conhecimento no momento de efetivar as contratações de trabalho, visto que todas ficam atreladas em "Artes". Profissionais formados em áreas específicas, mas que está dentro da disciplina de Artes são todos colocados ao mesmo pé de igualdade (FERRAZ, 2010). Um exemplo bem claro de áreas específicas já comentadas nesse artigo são a Música, Dança, Teatro e Artes Visuais e outras áreas de conhecimento que estão relacionadas a Artes. Assim sendo, no momento de contratação para um eventual trabalho não é levada em conta sua área de especificidade e sim aquilo que consta no diploma de formação superior.

Mas enfim, além de trabalhar aspectos emocionais um outro ganho que a arte pode trazer para o contexto educacional é trabalhar o quesito de socialização. Para Ferraz (2010), as atividades com arte favorecem o trabalho de socialização, pois as crianças terão que se envolver com os outros, de forma coletiva. Interagindo com o outro elas estarão exercitando textos e ordenando pensamentos. Essa interação possibilitada pela expressão coletiva facilita e estimula relações de amizade.

Na sua totalidade seja na música, na dança, no artesanato, enfim, em todos os aspectos se traduzem a Artes dentro da educação (MÖNDINGER, 2012). Essa é a realidade de que existe o mundo imaginário muito maior do que pensamos e por isso, está disciplina se propõe através desses conteúdos específicos, fazer com que o aluno e suas ideias a partir de uma realidade mostrada dentro da sala de aula que esteja de acordo com a sua realidade cotidiana.

DESENVOLVIMENTO E ASPECTO COGNITIVO INFANTIL

O pensamento é egocêntrico, mas a perspectiva sobre o outro começa a se desenvolver, assim como também a linguagem e a memória. Desenvolve capacidade de usar representações mentais as quais atribui significados, possui um amplo vocabulário, um imenso interesse pela linguagem, e fala incessantemente. Também podem compreender as ordens com frases na negativa, por exemplo, além de articular bem consoantes e as vogais, construindo frases bem estruturadas (COLL, 2007).

Molina (2001) diz que a criança possui muita curiosidade, portanto fazem inúmeras perguntas. Pode compreender as diferenças entre fantasia e realidade. Podem compreender cos diversos conceitos que envolvem número e espaço, como por exemplo "maior", "menor" "mais", "menos", "atrás", "debaixo", etc. Iniciará uma compreensão de que os desenhos ou símbolos podem representar alguns objetos reais, e também passa a reconhecer alguns padrões entre objetos, como redondos, macios, etc.

O aspecto cognitivo da criança, baseado na observação no parque, ao dirigir-se à professora para pedir o balde para brincar e ir beber água, a garota não teve dificuldades em expressar-se fluentemente e fez uso de frases completas. Conversa longamente com suas colegas enquanto brinca com o balde de areia elaborando indagações e respondendo com facilidade as perguntas que as demais meninas dirigem a ela (SANTOS, 2001). Compreende perfeitamente quando a professora dirige-se a ela com a negativa de continuar em pé na gangorra enquanto equilibra-se no ar. Apresenta aspecto cognitivo compatível com a idade de uma criança de quatro anos.

Desenvolvimento do aspecto psicossocial: No aspecto psicossocial, a identidade de gênero também é de grande importância para a formação do autoconceito. Ela afeta a maneira como meninos e meninas se sentem em relação a si mesmos e como agem. O significado da identidade de gênero é construído através da socialização e da cultura na qual a criança está inserida. Durante os anos pré-escolares, a brincadeira cooperativa frequentemente é a brincadeira de faz-de-conta (COLL, 2007).

Ela promove o desenvolvimento cognitivo e permite à criança a exploração de temas que a amedronta. A autoestima nesse período tende a ser a ser global (boa ou ruim) e depende da aprovação de adultos (MOLINA. 2001). Uma criança nessa fase, gosta muito de brincar com as demais crianças, todavia quando se encontra em grupo, poder ser mais seletiva com seus companheiros. Também gostam de imitar algumas atividades dos adultos, e pode também a aprender aceitar regras, partilhar, respeitar a vez do outro, etc.

Desenvolvimento perceptual: refere-se à entrada sensorial. Percepção é a interpretação da entrada sensorial através da visão, audição, gosto, cheiro, toque, temperatura e dor. Durante o desenvolvimento da criança, três características principais começam a mudar. A atenção se

torna maior; torna-se mais seletiva e é capaz de planejar e efetuar de maneira a usar seus sentidos para alcançar objetivos (COLL, 2007).
No aspecto perceptual, não mostrou qualquer dificuldade em superação de obstáculos, o qual exige atenção, planejamento e alcance de objetivos (COLL, 2007). Na brincadeira da gangorra mostra disposição em fazê-la subir e descer. Sobe escada, escorrega, brinca com as cordas do aparelho sem dificuldade. Perfeitamente aceitável para uma menina de quatro anos, aspecto perceptual excelente e dentro das definições perceptuais.
Psicomotricidade (desenvolvimento psicomotor): Em ou outra visão, Barreto (2000) diz que a Psicomotricidade se refere à ciência que estuda o ser através do corpo em movimento, esse cheio de intenção, sentimento e inteligência. Através da ação, Psicomotricidade estabelece o equilíbrio com a organização motora, cognitivo e sócio afetivo, fazendo o sujeito se identificar com o meio que convive possibilitado o a construir e reconstruir seu conhecimento, modificando o meio em que vive conquistando assim seu espaço, seu valor como ser humano (COLL, 2007).
Portanto, percebe-se que a Psicomotricidade possui o objetivo de tentar enxergar em sua totalidade, o ser humano, não separando o corpo (cinestésico), do sujeito e da afetividade. Essa ciência buscará estabelecer um equilíbrio desse ser, por através das ações motoras, dando-lhe possibilidade de encontrar o seu espaço, identificando-se o meio em ele faz parte (MOLINA, 2001).
A Psicomotricidade também possui o objetivo de desenvolver o aspecto comunicativo do corpo, o corpo nos mostra por meio da fala e gesto aquilo são nossos desejos. Garcia (2006) diz que se deve haver a estimulação da Psicomotricidade, com experiências concretas no momento dessa estimulação seria na infância para uma construção da sua autonomia, contribuindo no desenvolvimento da Psicomotricidade, conforme abaixo: coordenação motora ampla; coordenação motora fina. movimento de pinça para trabalhos mais finos como escrever/recortar/amarrar/desamarrar entre outros; da percepção espacial: consiste em ter um melhor domínio da direção (saber por onde ir); da percepção gustativa: descobrir o gosto dos alimentos, e sua textura; da percepção musical: aprimorar a audição reconhecendo sons diversos do cotidiano; da percepção olfativa: consiste no reconhecimento dos cheiros e dos sabores, diferenciando-os; da percepção temporal: ter a noção de tempo; desenvolvimento da percepção corporal: saber bem definir prazer ou dor, e a intensidade destes; do movimento dos membros superiores e inferiores; lateralidade. noção de espaço, poder olhar para todos os lados; classificação e seriação: saber distinguir materiais, texturas, formas, etc (GARCIA, 2006).
A Psicomotricidade deve estar ligada ao aprendizado para haver o desenvolvimento cognitivo o movimento muda o intelecto, a vida afetiva e a ação motora do sujeito (GARCIA, 2006). Entende-se que a

Psicomotricidade se refere à ciência que tem o objeto central, o estudo dos indivíduos através do seu corpo em movimento, sendo relacionada aos processos de maturação, onde o corpo seria a origem dessas aquisições cognitivas, orgânicas e afetivas, ou seja, envolvendo o movimento, o afeto e o intelecto.

Analisando tal concepção, entende-se que há a necessidade de oferecer às essas crianças um atendimento adequado para suas necessidades especiais, e uma reflexão sobre a sua importância nos processos de ensino-aprendizagem para aqueles que possuem alguma necessidade educacional especial (GARCIA, 2006). Enfatiza-se que através dessas ações, pode-se haver uma educação que foque no desenvolvimento global dos educandos, mas para isso, deve ter um espaço garantido no cotidiano escolar, para se ver estes benefícios.

O LÚDICO E O DESENHO

O lúdico, segundo Almeida (2003), vem do latim "*ludus*" que significa "jogo," e é muito considerada nas pesquisas sobre psicomotricidade, e deixou de ser considerado apenas como um jogo, no sentido da palavra. O lúdico faz parte das atividades humanas, caracterizando-se de forma espontânea, satisfatório e funcional.

Quando se interage nas diversas maneiras de distração, sejam através de jogos, de brincadeiras, da música, de dança ou de outras formas, isso com prazer e em forma de diversão, para ser identificado como LÚDICO. Durante uma brincadeira, nas suas diversas formas, a fadiga humana se esvai, e é despertado para uma sensação de maior alto astral, ou de bem-estar com a vida. Pode se dizer também que o lúdico se trata de uma pessoa divertida, ou com boa agitação (ALMEIDA, 2003).

Nas atividades lúdicas, não importa apenas o resultado, mas sim a ação e o movimento vivenciado. Almeida (2003) diz que ensinar utilizando jogos ou brincadeiras é uma fácil tarefa, pois o professor deve ter um conhecimento sobre desenvolvimento infantil. O lúdico talvez seja a forma mais fácil de entreter uma criança em atividades escolares, a brincadeira é algo inerente na criança. O lúdico é uma necessidade básica da personalidade, do corpo e da mente, faz parte das atividades essenciais da dinâmica humana".

Santos (2001) diz que aqueles que praticam esporte de uma forma prazerosa, ou qualquer outra forma de movimentação corporal, se trata deum exercício lúdico. Portanto, o lúdico está diretamente relacionado a brinquedos ou jogos, usado principalmente para a aprendizagem de crianças, com foco no desenvolvimento da criatividade, dos conhecimentos e raciocínio dessas crianças. Qualquer atividade que se refere às crianças, às suas maneiras de brincar ou ao seu ambiente de vivência, o lúdico poderá favorecer de uma forma eficaz, o desenvolvimento pleno das crianças, cabendo aos educadores intervir adequadamente, sem prejudicar essa criatividade das crianças, mas desenvolvendo novas habilidades para a aprendizagem infantil.

É muito importante a utilização de brincadeiras para o desenvolvimento psicológico e social das crianças, pois através deles, uma criança conseguirá melhor expressar os seus sentimentos em relação ao mundo social em que vive. As atividades lúdicas irão preparar as crianças para o desenvolvimento de seus papéis sociais, e quanto mais uma criança brinca, mais ela se desenvolvera, sob diversos aspectos, como o motor, seu reflexo, sua habilidade, raciocínio e expressão corporal, adquirindo assim um maior conhecimento e superando suas limitações, melhor se desenvolvendo como um indivíduo (CADORIN; MORANDINI, 2014).

Com a imaginação e a simulação, Santos (2001) diz que as atividades utilizando jogos são consideradas como uma boa estratégica didática, que facilitará a aprendizagem, se feita com planejamento e devidamente orientadas por profissional da educação ou outro adulto. O lúdico utilizado como um recurso pedagógico para a aprendizagem, deverá ser utilizado de forma responsável, pois quando corretamente aplicado, poderá apresentar aos educadores e educandos, importantes processos de aprendizagens e potencialidades criativas das crianças.

Jogos são atividades estruturadas ou semi-estruturadas, normalmente praticadas com fins recreativos e, em alguns casos, como instrumento educacional. Pois geralmente são distintos do trabalho, que visa remuneração e da arte, que está associado à expressão de ideias. Esta separação não é sempre precisa, assim, há jogos praticados por remuneração e outros associados à expressão de ideias e emoções. Jogos envolvem estimulações mentais e físicas, e muitas vezes ambas. Que ajudam a desenvolver habilidades práticas, sendo educativo, simulacional ou psicológica (ALMEIDA,2003).

Assim o lúdico refere-se a uma dimensão humana que evoca os sentimentos de liberdade e espontaneidade de ação. Enfim lúdico pode ser aprendizagem e ensinamentos de formas divertidas.

Sobre o desenho infantil e sua importância, e como os educadores entendem esse processo, sabe-se que as crianças, independentemente de frequentarem uma instituição de ensino ou não, aprenderão a desenhar, basta um pedaço de papel, um lápis ou outro objeto que deixe uma marca que ela começará a fazer seus primeiros rabiscos, estes acabarão tomando cada vez mais formas, contornos e cores (RABELLO, 2013).

Assim, o processo de aquisição do desenho é natural, talvez uma necessidade humana de deixar uma marca, de se expressar fazendo história. Para o adulto existe uma escrita na qual ela pode expressar sua maneira de pensar e sentir, desenhar é para a criança uma forma de representar e expressar o que sua linguagem ainda não domina, mas que de alguma forma precisa ser expresso. Como o desenho é uma forma de expressão da criança, surge a curiosidade em entender como deve ser o trabalho da professora nesse processo.

Como estimular e respeitar o tempo da criança, como intervir de forma adequada, incentivando-a sem transmitir elogios valiosos. Para compreender a criança, entender como ela desenha, é preciso ouvi-la,

observá-la, atentar para seus movimentos e a forma como ela se engaja com sua criação (COGNET, 2013). Saber ouvir as crianças no cotidiano da educação, principalmente na educação infantil é de extrema importância, mas saber perceber o aluno e intervir de maneira adequada na correria dos dias, na difícil tarefa de atender tantos rostos, resolver tantos conflitos, cuidar para e educar.

Sem dúvida, essa atitude se torna uma missão desafiadora e difícil para o professor. Além de querer conhecer sua aluna, a professora precisa entender o processo de desenvolvimento da criança para ajudá-la a aproveitar ao máximo as habilidades disponíveis em cada etapa de sua vida (RABELLO, 2013). O desenho faz parte da vida da criança, por meio dele ela fala, se expressa e registra, o que pode conter medos, descobertas, alegrias, conflitos e tristezas. Por isso, os educadores devem valorizar e proporcionar momentos que favoreçam a criação artística da criança, pois ao desenhar aprendem a brincar.

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO E DO DESENHO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO INFANTIL

Através das pesquisas de renomados estudiosos da aprendizagem podemos observar que ela inicia bem antes da aquisição da leitura e escrita. Ela se inicia com brincadeiras espontâneas, como o faz de conta e imitações de personagens de ficção. O brincar facilita o crescimento, e em consequência promove o desenvolvimento. Uma criança que não brinca não se constitui de maneira saudável tem prejuízos no desenvolvimento motor e sócio afetivos.

O lúdico deve ser concebido como uma metodologia de elevada importância para o desenvolvimento das crianças na educação infantil, partindo do princípio que não há uma aprendizagem significativa para uma criança quando há uma contensão motora, isso nada mais é que uma dualidade de pensamento sobre o desenvolvimento humano é pensar que podemos separar as ações do pensamento, onde o pensar é desenvolvido pela cabeça/cérebro e ações pelo corpo (MARANHÃO, 2007).

Através das reflexões durante a pesquisa é importante ressaltamos como afirmam os pedagogos pesquisadores que a criança é um ser que aprende pela experiência com o meio em que está inserida e com os objetos que há neles. Nos dias atuais, é quase uma unanimidade para os educadores a importância do lúdico para a educação, pois todos reconhecem que o desenhar é parte presente em seu cotidiano.

Sendo as artes e o desenho são atividades ricas, onde se pode trabalhar com o aluno o desenvolvimento afetivo e cognitivo, é básico desenvolver atividades em que os aspectos culturais, sociais, políticos e psicológicos estejam relacionadas com as habilidades e procedimentos trabalhados no cotidiano (MARANHÃO, 2007).

Quando começa a desenhar, a criança o faz por diversão, para brincar e assim realiza uma criação, expressa suas emoções, suas vivências por múltiplos caminhos. Os primeiros traços infantis são denominados garatujas, os quais envolvem os rabiscos até que se transformem em

desenhos. Para Cognete (2013), o traçado até então linear passa a ser circular, e gradativamente a criança apropria-se de todo o espaço do papel, interpretando o mundo ao seu redor. Essa é uma importante etapa no desenvolvimento infantil, pois é o início da expressão que conduzirá ao desenho, à pintura, assim como à palavra escrita.

As crianças começam a ter contato com a arte na educação infantil. No início do desenvolvimento cognitivo, desenhar é uma atividade lúdica para a criança; ao iniciar seus primeiros "rabiscos", as crianças descobrem a possibilidade de novas funções e ocorre uma exploração inicialmente motora (COGNET, 2013).

Eles desenham por prazer, como algo involuntário, sendo a exteriorização de seu mundo imaginário. O desenho como atividade artística no universo infantil adquire características lúdicas, sendo a própria ação, o jogo, mais significante que o produto final. A arte para a criança é mais uma atividade, um fazer do que um objeto para desfrutar. Rabello (2013) reforça que, a arte é importante para a criança, por seus processos de pensamento, por seu desenvolvimento perceptivo e emocional, por sua crescente consciência social e por seu desenvolvimento criativo.

O desenho é uma forma de representação, quando o desenho é inspirado pela criança não apenas na representação do objeto diante dela, mas na imagem internalizada. As primeiras representações de crianças são topológicas. No processo de aprendizagem em Artes Visuais, a criança pode ser motivada pela ação educativa intencional, porém a criação deve ser um ato pessoal da criança, isso ajudará no seu desenvolvimento e também na evolução do prazer de fazer arte (COGNET, 2013).

O desenho se destaca como criação artística de uma criança, e a mudança de etapas infantis pode ser observada de forma mais significativa (MEREDIEU, 2017) Quando a criança passa de rabiscar para formas mais ordenadas, ela é capaz de representar objetos naturais com formas muito mais bem definidas em seus desenhos do que os anteriores.

Percebe-se em um determinado momento que a criança começa a crescer no julgamento de suas próprias obras artísticas e vai trabalhar sua imaginação com maior intensidade; começa com o desenvolvimento de símbolos mais simples e passa a ser feito em areia, papel, parede ou qualquer outra superfície (PUVIANI, 2013).

Ela também começa a entender que o desenho serve para imprimir formas que ela mesma vê; crie e recrie individualmente formas expressivas, integrando sua percepção, imaginação, reflexão e sensibilidade. A imitação também aparece em sua arte, pois ela imita de uma experiência pessoal que teve, onde a intenção é a apropriação de conteúdos, formas e figuras nas representações (PUVIANI, 2013).

É preciso garantir a participação pessoal da criança no ato de desenhar, e para que esse envolvimento seja efetivo, é necessário utilizar temas que permitam a identificação com os interesses particulares da criança,

como: "uma brincadeira com meus amigos", "quando eu subir em uma árvore (MEREDIEU, 2017)

É importante manter uma relação entre a expressão oral e a escrita, tendo como estratégia o desenvolvimento de atividades em que as crianças, por meio da percepção visual, traduzam o que interpretaram por meio de desenhos, produção de cartazes, signos, signos, etiquetas. (PUVIANI, 2013). As advertências, em suma, desenvolvem as noções de ocupação espacial, densidade, contraste de cores, tamanho, formas, linhas, perspectiva, ou seja, utilizam a memória visual e sonora no desenvolvimento da capacidade criativa da criança.

Pode-se fazer um desenho usando apenas pontos, linhas verticais, curvas, linhas diagonais e horizontais, quadrados, triângulos, retângulos, círculos, trapézios, linhas curvas, linhas verticais ou, no mesmo desenho, use pontos e apenas uma das linhas ou formas geométricas. As variações são grandes, pois permite liberdade de criação; a diversidade de trabalhos proporciona a apropriação do conhecimento das formas geométricas, do espaço, do desenho, levando a criança ao pleno desenvolvimento da aprendizagem significativa (MEREDIEU, 2017)

Para Puviani (2013), o desenho como expressão da arte permite que as crianças se desenvolvam emocionalmente, fisicamente, perceptualmente, socialmente, intelectualmente, esteticamente e criativamente. O desenho é identificado como um registro do desenvolvimento infantil e de grande intensidade nas atividades pré-escolares. Deve ser reconhecida como uma linguagem infantil, pois embora não seja instrumentada para essa atividade, toda criança desenha. O desenho passa a ser uma atividade integradora (MEREDIEU, 2017)

O desenho é, na forma original de realização artística, a ideia de liberdade de expressão, considerando que a arte se expressa e não se ensina. A criança deve ter incentivos para que em seu desenho, com seu próprio contorno, sejam projetadas suas experiências, que serão suas referências. No decorrer de seu desenvolvimento integral, esse traço vai adquirindo firmeza, pois é exercido livremente (PUVIANI, 2013).

Meredieu (2017) descreve que a capacidade intelectual se desenvolve à medida que a criança traduz a realidade na qual está inserida em seus desenhos. Assim, é por meio do desenho, possibilidade de aguçar sua capacidade perceptiva, a partir do exercício de sua imaginação, que a criança se reconhece e se insere no meio ambiente.

Como uma folha de papel é um fragmento espacial que deve ser ocupado, desenhado, ela se torna a primeira grande conquista da criança. Seu desenvolvimento da capacidade de coordenação visual e motora possibilita sua vivência espacial e física, mobilizando o desenvolvimento de sua conhecimento da localização (para cima, para baixo, para o lado, dentro, fora), sensação (frio, calor, dor, prazer);

tempo (dia, noite, rápido, lento); quantidade (muito, muito pouco, muito); tudo pode ser traduzido em um desenho (PUVIANI, 2013).

O desenvolvimento perceptivo da criança é trabalhado por meio do desenho, devido à sua necessidade de perceber o ambiente. Isso pode ser evidenciado com desenhos que vão além do nível meramente visual, desde ao começar a introduzir símbolos que representam sons, cheiros, movimentos, peso, pressão, etc. Em seus desenhos, a criança demonstra essa evolução em seu nível de percepção. Ao incluir outras pessoas em seus desenhos, além de si mesma, a criança passa a representar sua experiência em sociedade (MEREDIEU, 2017)

Para isso, é necessário manter a criança permanentemente em contato social, fazendo com que novas formas de interação sejam estimuladas, promovendo o seu desenvolvimento social. Meredieu (2017) também aconselha atividades de desenho em duplas, em grupos, uma vez que proporcionam esse desenvolvimento à criança.

O professor é responsável por esse clima afetivo favorável à educação. A criança sente a aprovação e a desaprovação do adulto, o professor é muito importante, ele estimula o processo, evita a competição, explora os efeitos (PUVIANI, 2013). O ideal é não se apegar a técnicas, mas utilizar algo que facilite descobertas para enriquecer seus gráficos. A tentativa de correção é desnecessária e prejudicial, a criança gradativamente organiza suas conquistas em seu próprio mundo interior

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, foi evidenciado a importância do lúdico e do desenho para o desenvolvimento do cognitivo da criança dentro do espaço escola na educação infantil, de forma que ficou compreendido que este é uma importante ferramenta para a aprendizagem da criança. Pôde-se contatar que o desenho desenvolvido em sala de aula é uma ação que proporciona a prática criatividade, de forma que desenvolve não só uma ação isolada, mais algo mais abrangente, que incentivará o desenvolvimento do cognitivo, social, emociona e o do físico-motor.

Deve-se ressaltar a importância do professor como mediador deste processo de ensino e aprendizagem no que se refere à arte, ao lúdico e ao desenho, pois o mesmo só acontece se o educador tiver a preocupação de preparar um plano de aula bem estruturado entre o saber teórico e o lúdico, com o uso do desenho, de forma que este conhecimento seja apresentado de forma prazerosa e ao mesmo desafiadora.

Portanto, fica o educador necessita refletir a questão do brincar, criar espaços e tempos que permitam a realização de jogo, brincadeiras, o desenho, instituindo estratégias que permitam a promoção e evolução integral da criança. De acordo com essas constatações, conclui- se que o educador ocupa papel principal nesse processo da ludicidade dentro da sala de aula, e que o uso do desenho na educação infantil, traz muitos benefícios para o desenvolvimento cognitivo das crianças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica**: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo, SP:Loyola, 2003

CADORIN, Caroline Tonin; MORANDINI, Luciana Pandolfi. **Olhar psicopedagógico na prática da ludicidade**. Revista de Educação do IDEAU, p. 1-13, 2014

COGNET, Georges. **Compreender e interpretar desenhos infantis.** Editora: Editora Vozes; 2ª edição. 2013

COLL, César (org.). **O construtivismo na sala de aula**. 3ª ed. São Paulo: Atica, 2007

FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo. **Arte na educação escolar.** 4. Ed São Pauli: Cortez, 2010

GARCIA, Zulema yañez. In: **Escritos da Criança**. n. 5, Porto Alegre: Centro Lydia Coriat, 2006

JÓDAR, F. , Gómez, L**. Experimentar o presente**: sobre a conformação de novas identidades. Educação e Realidade, 2004

MARANHÃO, Diva Nereida Marques Machado. **Ensinar Brincando**: Aprendizagem pode ser uma grande brincadeira. 4ª edição. RJ: WARK, 2007

MEREDIEU, Florence. **O desenho infantil.** Editora: Cultrix; 12ª edição. 2017

MOLINA, Silvia Eugenia. **A organização das construções cognitivas a partir da constituição subjetiva.** Porto Alegre: Centro Lydia Coriat, 2001

MÖNDINGER, Roberto. **Práticas pedagógicas em Artes**: espaço, tempo e corporeidade/ Carlos ilustrações de Eloar Guazalli. –Erechim: ELDEBRA, 2012

PUVIANI, Vanna. **O Uso do Desenho no Trabalho Clínico com Crianças**. Teoria e Editora: Artesã; 2ª edição. 2013

RABELLO, Nancy. **O Desenho Infantil**. Editora: Wak; 2ª edição. 2013

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **A ludicidade como ciência**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DE OBRAS

Vilhalba, Michelle da Silva[24]
Bertola, Liliana Martino[25]

RESUMO: O presente trabalho trata das grandes mudanças da construção civil que ocorreu em consequência das modificações no processo construtivo, fazendo necessário o estudo sobre os métodos de planejamento para atingir bons resultados ao longo da execução da obra. O presente estudo é analisar de qual forma os aspectos do gerenciamento das construções e seus efeitos decorrentes, podem interferir no andamento das construções, dispondo a importância de utilizar técnicas para a elaboração de cronogramas e planejamento das obras, junto a apresentação das etapas de um projeto para obter controle das obras, havendo influência nas execuções dos empreendimentos. Contudo, o planejamento é fundamental para o gerenciamento da obra, ajuda a manter os imprevistos sob controle, sendo capaz de prever ou corrigir erros, delegando atividades a grupos de trabalho, garantindo as entregas e cumprindo as atividades dentro dos prazos.

PALAVRAS CHAVE: Gerenciamento, Planejamento, Construção Civil, Obra.

INTRODUÇÃO

A indústria da construção civil é um setor de grande importância nacional e um dos principais setores industriais da economia brasileira, sendo responsável por 6,2% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. O ramo vem sofrendo várias transformações nas últimas décadas, devido ao crescimento do processo construtivo houve a necessidade de mão de obra especializada, pois é uma setor em evolução e precisa atender a demanda do mercado, especialmente em relação ao gerenciamento e planejamento de obras, para que a efetuação dos serviços tenha um índice de eficácia relevante na qualidade e produtividade dos serviços.

As causas de baixa qualidade nos serviços executados é consequência da falta de planejamento, ou o acompanhamento diário do que foi planejado. Com um bom planejamento é possível observar a qualidade e produtividade do empreendimento, redução de atrasos e custos, desperdício de materiais e mão de obra qualificada. Para facilitar o processo do planejamento as empresas buscam métodos de controle através da tecnologia, o qual o mercado disponibiliza sistemas próprios

[24] Bacharel em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Católica Dom Bosco - Campo Grande – MS.

[25] Pedagoga pela UEMG- Universidade do Estado de Minas Gerais, Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

para o gerenciamento da obra, de acordo com porte do empreendimento.

Entretanto, a execução eficiente do planejamento só é possível com um gerenciamento de qualidade. O gerenciamento deve ser setorizado para maior agilidade dos processos, mas trabalhado em conjunto todos setores da obra, como engenharia, qualidade, administrativo, logística, jurídico e segurança do trabalho. Com isso, o objetivo do estudo é enfatizar a importância do conhecimento técnico para um melhor gerenciamento e planejamento de obras.

O PLANEJAMENTO

O planejamento é um processo necessário para todas as etapas de uma obra, muitas vezes é essencial a adequação do planejamento para a realidade atual. Visto que a sua ausência pode ocorrer danos cruciais para a empresa.

> O planejamento cumpre um papel fundamental na gestão dos empreendimentos, podendo variar de gestão de acordo com a filosofia e necessidade de cada organização, sendo ele sempre um ingrediente essencial para a função gerencial, ou seja, é um conjunto de processos, missões, diretrizes e ações que serão elaborados, implantados, desenvolvidos, implementados e gerenciados em prol de um objetivo distinto preestabelecido. O planejamento tem por finalidade antecipar as situações previsíveis; predeterminar os acontecimentos preservando as lógicas dos eventos (SILVA, 2011, 15).

O objetivo principal do planejamento é a prevenção de riscos, divergências e impactos bons e ruins da construção do projeto.

O planejamento tem a função de executar e orientar o modo que os planos são especificados, sendo a melhor forma de direcionar a produção. A previsão também faz parte do planejamento, tendo como base as informações passadas, como qualidade e produtividade, e assim projeta-se as ações para o futuro.

Ao elaborar um planejamento o profissional responsável, deve-se ter uma visão ampla para analisar de forma minuciosa cada detalhe das etapas envolvidas, como o estudo dos projetos, método construtivo, determinação dos custos e prazos para cada frente de serviço. Junto com o estudo é necessário avaliar a situação econômica da construção do empreendimento, com base nas políticas da empresa e leis em vigor. Assim é possível definir os objetivos e resultados a serem alcançados. Através do planejamento é possível analisar e acompanhar pontos importantes na execução do empreendimento, como: levantamento de quantitativo de materiais, levantamento de mão de obra, cronograma físico e financeiro e custos diretos.

Vargas (2005) coloca que a principal vantagem do planejamento de uma obra é que não é um trabalho de grande complexidade e alto custo. Ele pode ser aplicado em empreendimentos de qualquer complexidade, orçamento e tamanho.

NÍVEIS DE PLANEJAMENTO

Os níveis de planejamento são planejamento estratégico, tático e operacional, sendo fundamental para os gestores de empresas que buscam eficácia de uma boa administração.
Cada nível de planejamento tem determinado a área de atuação, os envolvidos na tomada de decisão e seus objetivos específicos.
Segundo Santos (2010), é fundamental que o gerente conheça os níveis de planejamento e suas áreas de atuação que podem ser de curto, médio e longo prazo, além de envolver setores da empresa, desde divisões ou departamentos até a empresa como um todo.
O planejamento estratégico ou de longo prazo é a área que concentra o período total da obra, que possui maior incerteza por conta do período entre a elaboração do planejamento e a conclusão da obra. O destaque é apenas nas datas importantes, como entrega de atividades e da obra. Esse planejamento é essencial para gestão da empresa, sendo uma visão do futuro que auxilia nos objetivos e estratégias da instituição.
O planejamento tático ou médio prazo é a ligação do planeamento estratégico com o planejamento operacional com um período mensal ou trimestral. O objetivo é de revisar e atualizar o plano de longo prazo, desenvolvendo métodos de execução de trabalho com aumento considerado dos níveis de detalhamento.
Por último, o planejamento operacional ou de curto prazo trata-se de objetivos executados em até duas semanas, sendo necessário um detalhamento mais avançado do que os outros planejamentos. É fundamental realizar uma programação das equipes de vários serviços como mão de obra, materiais e equipamentos
De acordo com Pires (2014, P. 42):

> Uma vez executados os serviços de curto prazo estabelecidos semanalmente, devem-se ser calcular as porcentagens das atividades planejadas e concluídas (PPC), obtidas através do quociente da quantidade no prazo previsto para um período. É imperativo identificar os motivos das falhas da não realização dos serviços e dissipá-las o quanto antes visando melhorar continuamente a confiabilidade do planejamento (BALLARD e HOWELL, 1997 apud PIRES, 2014, p. 42).

TÉCNICAS DE PLANEJAMENTO

Para se obter um planejamento e gestão de obra eficaz é essencial a utilização de técnicas, a qual possuem diversas disponíveis no mercado. Essas técnicas estão ligadas a softwares que facilita a gestão de amplo número de dados, pode ser aplicada separadamente em cada etapa do planejamento ou em conjunto de acordo com a finalidade.
Algumas técnicas são: diagrama de rede, Lean Construction, linhas de balanço, Bulding Information modeling (BIM) e etc.
Diagrama de Rede é a representação gráfica de cada atividade, podendo ser em diagrama, malha ou bloco. Sua aplicação é efetuada na etapa do planejamento, depois de identificar todas as atividades que serão executadas, não podendo mais acesso de dados. Ela representa a alteração das informações que já existem com duração e

continuidade, sendo capaz de saber as datas de início e fim de cada serviço, assim caso ocorra atrasos, será transferido ao fim do projeto.
Lean Construction é um método que usa os conceitos de produção enxuta, com propósito de aumentar a produção da empresa e sua eficaz, através da diminuição dos desperdícios que podem acontecer devido aos obstáculos e tempo de espera de materiais. Seu uso é muito visto em gerenciamentos de projetos, por descartar o possível de desperdício, esse processo tem como foco a retirada de atividades que não agregam valor.
Linhas de Balanço é uma técnica de planejamento e controle que dispõe de tarefas ao longo do tempo, tendo em vista a simulação da produção de todo o processo, assim estabelece o tempo que serão efetuadas as atividades. Sua aplicação é relevante nos projetos que tenham grandes repetições em suas etapas de realização, como edifícios de grande porte, conjuntos de habitação, estradas e pontes.
A ferramenta mais utilizada atualmente é a Bulding Information modeling (Modelagem da Informação da Construção) que é conceito de representação digital e gerenciamento das tarefas especificas de projeto e construção de obras. Ela é aplicada nas empresas em busca de elevar sua competência e produtividade.
Segundo Davies e Harty (2013), a forma de modelagem BIM 4D é hoje a aplicação mais utilizada no que diz respeito a gestão de produção, uma vez que permite a visualização dos processos construtivos apoiando o processo de planejamento.

QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

A qualidade é a consequência do planejamento e gerenciamento, da gestão do canteiro de obras, das condições de limpeza e segurança, da preparação dos processos administrativos, da fiscalização da entrada e saída de materiais e equipamentos e da qualidade na realização de cada serviço. A gestão da qualidade atinge objetivos e exigências pré-determinadas pelas partes de interesse por meio de processos, chegando com as metas desejadas ao fim do projeto. Contudo, é necessário colocar em prática o gerenciamento de qualidade por meios de planejamento, controle e garantia, havendo a supervisão de possíveis problemas.
Segundo Hozumi (2006), a forma de implementação das políticas de qualidade, de objetivos e de responsabilidades por meio de planejamento, controle, garantia e melhoria pode ser dentro do sistema de gestão da qualidade recomendada pela norma ISO 9001 e ISO 10000, além de outras abordagens.
Administrar com qualidade é participar de cada etapa dos processos com detalhamento, desde do inicio com o planejamento até o final com a entrega do serviço ou produto. Esse desempenho acarreta a muitos benefícios, como aumento da produtividade, processos com maior eficiência, redução de custos e desperdícios e satisfação do cliente.
Para garantir que as obras sejam entregues dentro dos prazos estabelecidos, é importante que os gerentes responsáveis estejam atualizados com o ritmo da execução das etapas de cada serviço,

verificando se os prazos estão sendo cumpridos e a qualidade esperada está sendo atendida.

> A qualidade também pode ser considerada como a ausência de falhas ou desperdícios. Dentro deste contexto também é fácil perceber que a construção civil tem ainda muito a progredir em relação ao desperdício, verificando nas obras a quantidade de entulho gerada por uma obra (em torno de um terço do material recebido) e a grande incidência de manifestações patológicas (MELHADO, 1991).

A produtividade abrange recursos humanos (equipe, mão de obra) na relação com o uso adequado de recursos matérias (equipamentos, ferramentas), custos financeiros e os resultados, como a otimização de mão de obra e tempo.

Entender a produtividade é perceber os processos que foram gerados, os ritmos de produção, administração das equipes e os gastos inclusos nesses processos. Com isso, tem como objetivo o crescimento da produtividade, que atinge na qualidade da produção, com custos reduzidos e uso mínimo de recursos materiais e pessoais.

A diversas práticas que podem ser feitas, para obter-se o aumento da produção, como contratar uma equipe que tenha qualificação para desempenha os projetos da empresa, ajudando na redução de chance de erros. Outra prática é trabalhar o desempenho da equipe operacional como segurança do trabalho, maquinário, canteiro e obras e etc.

É indispensável investir na utilização dos equipamentos adequados, o uso de EPI e otimizar a disposição do canteiro de obras. Com relação a gestão e tecnologia, a muitas ferramentas que ajudam na produtividade e atuação da instituição, que elevam o valor ao mercado, como a automação.

> A produtividade, que também pode ser associada à qualidade em muitos casos, pode ser definida genericamente como o elo de relação entre as saídas geradas por um sistema e os insumos necessários à produção dessas saídas. Pode-se particularizar o conceito acima definindo a produtividade parcial de mão-de-obra como a relação entre uma dada medida de produção (Exemplo: metros de revestimento em massa única) e a quantidade de força de trabalho consumida (Exemplo: horas trabalhadas ou horas pagas) (MELHADO, 1991).

GERENCIAMENTO DE OBRAS

A gestão de obra é uma parte de extrema importância, e precisa ser considerada como investimento para se obter resultados assertivos e sua execução dentro do prazo. Quando não é feito um gerenciamento de forma correta, pode causar um impacto diretamente na produtividade dos canteiros de obra, em razão da falta de planejamento apropriado das esquipes de trabalho de produção.

Administrar uma obra é coordenar conjuntamente, todas as fases de produção e processos de uma construção, o responsável por este

papel, precisa ser capaz de identificar o problema, estar preparado para imprevistos e compreender os custos, contratos e prazos de entrega, assim garantindo a execução das metas da construção.

> O gerenciamento da obra melhora a produtividade na construção civil, mas é afetado por vários fatores como: problemas de transporte, atrasos na entrega de materiais, dificuldade de acesso e condições climáticas. Estes problemas podem ser agravados pelo mau gerenciamento, como no caso de atraso nas compras ocorrer no escritório, não pelo fornecedor. Todos estes itens comprometem a produtividade no canteiro de obras. Apesar de todos os problemas nos canteiros, sua organização na produção tem sido uma das áreas onde se tem o maior investimento em programas de qualidade e produtividade (SCARDOELLI et al, 1994).

O principal objetivo do gerenciamento de obras é evitar erros nas fases da construção e prever imprevistos, para não acontecer atrasos e prejuízos que podem prejudicar a qualidade do projeto e perda de tempo. Como se espera em uma obra, a equipe de profissionais é grande e variada, portanto, é essencial a supervisão frequente de um gestor de obra. O gestor é o profissional responsável pelo andamento do projeto e da obra, e é quem cuida de cada negociação entre construtora, arquiteto, cliente e fornecedor.

Uma boa gestão irá conter várias tarefas para o gestor administrar como, controle de orçamentos, contratação de profissionais, terceirizações e etc. Porém, antes disso é necessário definir as escalas de gerenciamento na obra.

O gerenciamento pode ser total ou parcial, no total engloba a contratação de todos os serviços, materiais e mão de obra, sendo responsável uma única pessoa. Já o gerenciamento parcial, alguns itens ficam na gestão do arquiteto ou engenheiro responsável, enquanto outros ficam a responsabilidade do cliente.

CONTROLE DO ESTOQUE DE MATERIAIS

Dentro do gerenciamento também entra como tarefa essencial o planejamento de materiais, com ele podemos ter um controle de estoque que ajuda a gera economia. Não é apenas a entrada e saída de materiais que faz uma gestão, é necessário um estudo prévio para definir as rotinas de canteiro de obras, locomoção e logística dos trabalhadores e materiais, assim obtendo um maior resultado.

O controle de estoque abrange a demarcação do espaço a ser armazenado os produtos para evitar perdas ou furtos, sendo coloca em locais com cobertura para proteger o estoque das intempéries. Além de um controle quantitativo com a diminuição de gastos ou perdas, tem um controle de estoque qualitativo, que é especialmente de alguns materiais que necessitam de mais cuidados como, madeira, cimento e gesso, que se for exposto a umidade serão danificados, sendo assim um produto perdido, trazem custos extras e atraso no prazo de entrega da obra.

Toda movimentação do estoque precisa ser registrada, pelo profissional responsável do estoque, sendo considerada tanto entrada quando saída de qualquer material ou equipamento, bem como as transferências entre obras. Isso ajuda no controle da saída de materiais por etapa de obra e também no planejamento das compras.

Segundo GOLDMAN (2005) Para que o controle de matérias funcione é necessário o monitoramento de todo material que entra e sai do estoque. Esse monitoramento de ser feito através de registro de entrada e saída de materiais e sua destinação.

Outro ponto importante é o estoque mínimo, que é uma segurança de estoque sendo necessário ter uma quantidade mínima de material que precisa ser mantida na obra, com a finalidade de atender imprevistos que aumentam a demanda e resguardar-se de prováveis atrasos por parte dos fornecedores.

O uso da tecnologia no controle de estoque de materiais traz muitas vantagens as empresas, permitindo mais eficiência e segurança das informações, sendo um diferencial. O mercado atualmente disponibiliza várias opções de sistemas de diversos tipos de negócio, como software de gestão trazendo soluções eficientes para o controle das obras.

GESTÃO DE MÃO DE OBRA

Devido ao pouco investimento das instituições com relação a treinamentos, a mão de obra ainda é considerada desqualificada, sendo constituída por indivíduos com nível de instrução reduzido, não dispondo de conhecimentos para entender as fases de execução dos métodos construtivos.

Koskela (1992) citou que o desenvolvimento de um treinamento se faz necessário, pois é através dele que se pode obter uma maior produtividade, uma boa qualidade no produto final e também se pode fazer corretamente uma tarefa desde a primeira vez, evitando desperdícios de materiais e o retrabalho.

A falta de qualificação da mão de obra implica justamente no dia a dia da obra, através de acidentes ou distração por partes dos operários, essa falta de capacidade traz muito mais prejuízos do que empregar uma mão de obra especializada. Os erros na execução também causam muitos prejuízos, seja com o retrabalho ou pela demora da entrega do serviço, gerando mais gastos do que os previstos. Com tudo, a admissão de pessoas qualificadas precisa estar no topo da lista de desejos das empresas.

Quando os operários são treinados e preparados para as suas devidas funções é visto a vantagem que a qualificação tem junto a produtividade, e o interesse pelo mesmo de evitar-se erros e retrabalhos, atingindo a redução de tempo e custos. Portanto, é fundamental que reforce o treinamento qualificado da mão de obra, para que todos consigam agir em diversas situações.

Na construção civil, é fundamental medir, planejar e controlar tudo, não basta apenas ter materiais de qualidade, se não tiver uma execução da obra de excelência. Uma das razões para o sucesso das

obras, é sem dúvida a realização de uma boa gestão de mão de obra, final de contas os colaboradores são essenciais para aplicar toda a concepção da obra.
Compreender as equipes de trabalho é de extrema importância, para atingir grandes resultados no empreendimento e aumentar a produtividade dos funcionários, mais este aumento da produção não refere-se a ter apenas a produzir mais, mais também conquistar a redução do uso dos recursos, diminuindo custos, reduzindo o uso de maquinários evitando assim, o retrabalho.

ORÇAMENTO DE OBRA

Um dos tópicos de mais relevância do projeto do um empreendimento é a aplicação do orçamento de obras, é uma ferramenta fundamental pois auxilia no entendimento dos quesitos econômicos e no cronograma das tarefas. Na visão técnica, para um orçamento ser viável, adequado com a realidade da empresa, é de suma importância que o profissional responsável por esta tarefa tenha domínio em alguns tópicos como, o uso dos materiais para cada serviço, a qualificação e custos da mão de obra, o período de tempo da utilização dos equipamentos, custos administrativos e financeiros e etc.
O orçamento é um instrumento que mensura a viabilidade do projeto, sendo capaz de analisar se o empreendimento desejado é viável ou não. Ele é usado como meio de controle, e duração das atividades de um projeto, sendo estimado pelo índice de produção composto pelos preços unitários que dá início ao cronograma futuro. Tem como base um projeto, que estuda o custo total ou parcial do mesmo, que é equivalente ao custo de todos os gastos essenciais para execução do projeto. Todo orçamento é uma estimativa, da uma ideia do valor equivalente do projeto, quanto mais cauteloso for realizado, menor é chance de erros.
Contudo, existe alguns tipos de orçamento que podem ser destacados como, estimativa de custo, orçamento preliminar e orçamento analítico ou detalhado. Cada tipo de orçamento é adequado para cada situação que se encontra o projeto.
Segundo Goldman (2004, p. 105) "o orçamento por estimativas nada mais é que um orçamento simplificado da obra. Ele tem como objetivo obter o custo de construção da obra levando em conta apenas os dados técnicos que ela possa dispor".

GESTÃO DE PROJETOS

Todo e qualquer projeto de construção significa promover conforto aos usuários daquele local, que deve atender as necessidades essenciais de cada pessoa que utiliza o espaço. O projeto auxilia também na execução da obra, proporciona facilidade e organização, ajuda na prevenção de possíveis problemas, evita desperdícios e gastos indevido, contribuindo com o aumento da competência no canteiro de obras.
Casarotto Filho, Fávero e Castro (1999, p.14) o complementam, informando que "um projeto, por envolver a execução de um conjunto

de atividades interdependentes em determinado período, e por ser único, possui elevado grau de risco e incerteza quanto ao seu sucesso como empreendimento".

As técnicas de gestão de projetos são métodos de suma importância que contribui na execução, implantação e conservação do canteiro e obras. Os projetos devem abranger alguns elementos como, a administração dos fluxos de materiais, o uso dos equipamentos que auxiliam no deslocamento de pessoas, materiais e andamento dos serviços, a situação da vivência no canteiro, a segurança da mão de obra, a disposição do local de trabalho e os acessos, redução de intervenções no percurso necessário e redução de tempo, espera e parada improdutivas, sinalização eficiente, estudo das áreas de riscos específicos, riscos físicos (materiais), riscos químicos(ácidos) e riscos biológicos (bactérias), inserção de gestão de qualidade e padronização dos processos. Todos esses elementos, são executados não apenas na produção do projeto do canteiro de obras, mas também durante todo o caminho da atuação dos serviços em campo.

Segundo o PMBOK (2013, p. 5), a gestão de projetos é definida como "a aplicação do conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto para atender aos seus requisitos".

CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

Ao fim deste trabalho é possível fazer ponderações consideráveis como, a construção civil vem sendo modificada cada dia mais, com grandes mudanças no processo construtivo havendo a necessidade de estudos sobre as técnicas de planejamento e gerenciamento das construções. Este estudo é de suma importância devido aos benefícios que causam nas empresas, ajudando no controle, qualidade, execução, prazos e realização das atividades dos grupos de trabalho.

Cada etapa do planejamento e gestão da obra oferece vantagens na execução dos empreendimentos, visando sempre na situação econômica da empresa, reduzindo gastos, tempo de entrega de cada serviço, atingindo cada objetivo e chegando nos resultados desejados. O planejar e gerenciar são os principais pontos para um empreendimento de sucesso, colocar em prática todos os estudos e métodos utilizados nas construções como, contratação de pessoas qualificadas, aplicação do planejamento com eficiência, estudo de controle e qualidade dos serviços e materiais, execução da gestão de obras e projetos, e entre outras tarefas fundamentais para atingir o sucesso do empreendimento.

REFERÊNCIAS

BORTOLAZZA, Rodrigo C. **Contribuições para a Coleta e a Análise de Indicadores de Planejamento e Controle da Produção na Construção Civil**. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

caso. 1995. 132p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

FAGUNDES, Thales Pereira; **Planejamento de Obra: Estudo de Caso, Edificação Residencial de Multipavimentos em Brasília**. Monografia (Graduação em Engenharia Civil). Brasília; 2013. Florianópolis, 1995.

LANTELME, E. M. V.; TZORTZOPOULOS, P.; FORMOSO, C. T. **Indicadores de Qualidade e Produtividade para a Construção Civil**. Porto Alegre: Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. (Relatório de Pesquisa).

MAIS CONTROLE. **Qual a importância e como fazer controle de estoque na construção civil.** Disponível em: <https://maiscontroleerp.com.br/controle-de-estoque-na-construcao-civil//>. Acesso em: 29 de nov. de 2020.
MATTOS, A. D. **Planejamento e Controle de Obras**. 1. ed. São Paulo: PINI, 2010.

MOURA, Camile B. **Avaliação do Impacto do Sistema Last Planner no Desempenho de Empreendimentos da Construção Civi**l. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

MUTTI, C. N. **Treinamento de mão-de-obra na construção civil:** um estudo de

PIRES, DANIEL. **Aplicação de Técnicas de Controle e Planejamento em Edificações.** Minas Gerais: UFMG, 2014.

SIENCE PLATAFORMA. **Orçamento de obras.** Disponível em: <https://www.sienge.com.br/blog/construcao-civil-passo-a-passo-do-projeto-a-entrega-das-chaves/>. Acesso em: 29 de nov. de 2020.

SILVA, Marize. **Planejamento e controle de obras.** 2011 Monografia (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade Federal da Bahia.

SILVA, Shirley M. Vidal. **Controle de custos de obras**. Belo Horizonte: 2009. 46 p.

TECHOJE. **Gestão de projetos aplicados à construção civil**. Disponível em: <http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/410>. Acesso em: 29 de nov. de 2020**.**

TISAKA, Maçahiko. **Orçamento na Construção Civil: Consultoria, Projeto e Execução. 1. ed.** São Paulo: Pini, 2006. 367 p.

A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO NO PRÉ-OPERATÓRIO DA BARIÁTRICA

Silva, Romildo Pereira[26]

RESUMO:
O presente trabalho tem por objetivo provocar uma reflexão em relação à importância do psicólogo para os pacientes de cirurgia bariátrica durante o período pré-operatório e de que forma esse acompanhamento é benéfico e ajuda a alcançar os melhores resultados da cirurgia, abordando nessa perspectiva os medos, anseios e receios do sujeito durante essa etapa do processo de reconstrução de sua imagem e sua relação com a alimentação. Para tanto, analisamos dados estatísticos tanto da OMS quanto do Conselho Nacional de Saúde e as diretrizes sobre o que é essa doença e seus malefícios. Neste trabalho, detectamos uma evolução da obesidade em escala mundial. Para compreendermos quão importante é estar atento aos riscos do sobrepeso, também destacamos as principais comorbidades associadas à obesidade e, por fim, como se evidencia o processo de acolhimento do paciente pelo psicólogo e como é realizada a análise da aptidão ou não do paciente para a cirurgia bariátrica.

PALAVRAS-CHAVE: Obesidade, pré-operatório e obesidade, o psicólogo e a obesidade, cirurgia bariátrica.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a obesidade vem se constituindo em uma preocupação para a medicina, uma vez que os números estão em constante ascensão e, cada vez mais, a população mundial, especialmente a ocidental, vem desenvolvendo essa doença. A Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO, 2020) destaca dados da OMS nos quais, em 2025, a estimativa é de que 2,3 bilhões de adultos ao redor do mundo estejam acima do peso e que desses, 700 milhões de indivíduos estarão com obesidade, isto é, com seu índice de massa corporal (IMC) acima de 30.

De acordo com uma pesquisa do IBGE, cerca de 96 milhões de pessoas (60,3% da população adulta brasileira) apresentam IMC acima de 25 kg/m², classificadas com excesso de peso. A ABESO destaca que, no Brasil, os números da obesidade vêm aumentando e que nos últimos 13 anos houve um aumento de 67,8%, em cujo período a população era de 11,8% em 2006, passando para 19,8% em 2019.

Esses dados nos alertam e mostram, antes de qualquer coisa, que se faz necessário uma campanha pública de saúde com maior visibilidade sobre o assunto, para melhor prevenção das causas da obesidade, uma

[26] Bachelor of Arts in Pedagogy from FAFICA (Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Caruaru). Specialist in Psycho-Pedagogy from FAFICA. Email: RomildoPSilva@hotmail.com

vez que os números só crescem, sendo esta uma doença crônica que tem um conjunto de fatores ou elementos que contribuem para produzir uma condição clínica que ameaça a saúde. Os autores M.B.C. Akamine e Elias Jirjoss apontam que:

> "O obeso grau III é uma pessoa doente que tem a vida ameaçada pelo excesso de peso e necessita de tratamento efetivo e, de preferência, em curto prazo; porém, as demais repercussões deste fenômeno também precisam ser abordadas e levadas em consideração. Neste sentido, o suporte psicológico assume um papel relevante, já que a tentativa de controlar cada fator isoladamente pode inviabilizar um bom resultado geral. O papel do psicólogo engloba desde a avaliação pré-operatória como também o manejo clínico, visando o preparo e a adaptação pós-cirúrgica." (p. 316, 2013)

Podemos perceber que, além de afetar a qualidade de vida das pessoas, ela pode agravar outras doenças, como diabetes, câncer, problemas cardíacos, respiratórios, entre outras. Além da má alimentação, da falta de exercícios físicos, há a predisposição genética, acerca da qual WANDERLEY e FERREIR defendem que:

> "há forte influência genética no desenvolvimento da obesidade, mas seus mecanismos ainda não estão totalmente esclarecidos. Mas já se reconhece que o apetite e o comportamento alimentar sofrem influência genética e há indícios de que o componente genético atue sobre o gasto energético, notadamente sobre a taxa metabólica basal (TMB). Desordens endócrinas como o hipotireoidismo e problemas no hipotálamo, alterações no metabolismo de corticosteroides, hipogonadismo em homens e ovariectomia em mulheres, síndrome de Cushing e síndrome dos ovários policísticos podem ainda conduzir à obesidade" (p. 188, 2007).

Partindo desse pressuposto, não apenas a má alimentação, mas existem diversas doenças que contribuem para que a obesidade se configure como uma realidade na vida do indivíduo. Doenças genéticas e hormonais preexistentes contribuem para um quadro de obesidade.
Além do mais, é preciso destacar que a obesidade (e, em especial, a mórbida) é uma condição de saúde muito complexa, que envolve, além desses pontos, questões psicológicas, e, até o momento, ninguém conseguiu desenvolver um tratamento simples ou fácil para essa condição.
Porém, quando o sobrepeso é ignorado, tende a evoluir para uma obesidade, podendo chegar a uma obesidade de grau III (mórbida), e a falta de trabalho específico do sistema de saúde nos cuidados com essa doença vem acarretando uma demanda cada vez maior, pois não se deve presumir que resolver o problema de sobrepeso é uma ação fácil ou que dependa unicamente do indivíduo, pois quando há dificuldade no controle do peso, o indivíduo até emagrece, mas os índices de reincidência e reganho de peso são enormes, sendo

necessário um trabalho contínuo. Segundo M.B.C Akamine e Elias Jirjoss:

> "A cirurgia bariátrica, que, resumidamente, restringe significativamente a quantidade de alimento ingerida combinada à desabsorção de nutrientes, interfere em apenas um dos fatores que causam a obesidade (metabólico). Quanto ao lado psicológico, o paciente deve ser esclarecido pela equipe multidisciplinar a respeito das mudanças pelas quais passará, sendo a principal delas a adaptação aos novos hábitos alimentares pelo resto da vida." (p. 316, 2013)

Nesse cenário, a cirurgia bariátrica tem sido o método mais utilizado para corrigir de forma eficaz a obesidade e a obesidade mórbida, uma vez que com o desenvolvimento das técnicas de cirurgia metabólica, os pacientes têm um prognóstico satisfatório, como perda de peso, redução das taxas de exames e qualidade de vida. Contudo, essa técnica cirúrgica necessita de cuidados pré-/pós-operatórios específicos, como, por exemplo, acompanhamento psicológico e nutricional, para que se obtenham resultados satisfatórios nos anos após a cirurgia.

O candidato à cirurgia bariátrica provavelmente já deve ter se perguntado:

— Qual a necessidade que tenho de ser atendido pelo psicólogo antes de me submeter à cirurgia bariátrica ou metabólica?

Como funciona esse processo?

Leva muito tempo para eu receber o laudo?

Eu não tenho problemas mentais. Por que, então, preciso de um psicólogo ou psiquiatra?

Essas questões são bastante recorrentes, pois, na maioria dos pacientes, ainda há o misticismo de que o psicólogo e o médico psiquiatra atendem apenas a "loucos", sendo esse um dos maiores fatores de resistência.

O PAPEL DO PSICÓLOGO E O PRECONCEITO DO PACIENTE NA SESSÃO COM O PSICÓLOGO

Ao tomar a decisão de se submeter à cirurgia bariátrica, o paciente deparará com uma equipe médica específica, formada por um cirurgião gástrico, endocrinologista, pneumologista, cardiologista, nutricionista, anestesista e psicólogo. É um processo em geral de médio prazo, no qual os especialistas fornecem laudos que atestam sua aptidão para a cirurgia. Esse mesmo processo é bastante desgastante e não se encerra após a cirurgia.

Os autores Silva Júnior, Gonçalves e Demétrio afirmam que:

> [...] a escolha do tratamento à sua doença dar-se-á a partir da compreensão e entendimento que cada pessoa terá do seu estado psicobiossocial junto às diferentes representações socioculturais em saúde-doença-cuidado construídas em tangência ao universo que está inserido, a qual realizará percursos e processos terapêuticos visando uma melhor resposta à sua aflição. (2013, p. 2)

O encaminhamento do paciente para o psicólogo não ocorre por livre vontade do sujeito; na verdade, essa consulta se dá pela obrigatoriedade do laudo. Existe uma guia médica com um número mínimo de consultas estabelecido pela equipe do médico cirurgião gástrico, o qual varia entre 6 e 10 sessões. Diferentemente dos demais médicos (com os quais em uma única consulta já se recebe o laudo), somente ao final das sessões o psicólogo fornecerá ou não um laudo para a cirurgia. Via de regra, os pacientes passam por todas as etapas sem muita resistência; contudo, quando chega o momento da consulta com o especialista em psicologia, ainda existe certo constrangimento. Mas esses pacientes desconhecem que essa é uma das etapas mais importantes do tratamento da obesidade, uma vez que o fator psicológico pode ajudar diretamente para que o paciente tenha um bom resultado após a cirurgia bariátrica. Ao discorrer sobre o contato com o psicólogo, DOESCHER e HENRIQUES ressaltam que:

> "Assim, um encontro psicológico também é um momento de cuidado da dor e da existência da pessoa, cuidado esse que consiste em devolver a ela a obrigação do cuidado (Sapienza, 2004). Nos fragmentos do relato descrito acima, fica evidenciado um descontentamento pela vida que se tem e um desejo em mudá-la. Mudar o curso da vida não é uma tarefa simples como, usando as palavras de Sapienza (2004), perceber que tomou o ônibus errado, descer no primeiro ponto e tomar outro. Contudo, o psicólogo deve favorecer com que o paciente, ao menos, tente implementar mudanças em sua vida, ressaltando que estas são semelhantes ao processo de andar de bicicleta - que no começo pode ser difícil dar as primeiras pedaladas, que talvez se leve alguns tombos e se machuque, mas que se insistir em tentar e prosseguir, um dia se aprende a andar de bicicleta pelos parques da cidade!" (p. 721, 2012)

O psicólogo atua antes, durante e depois da cirurgia bariátrica; Ele é um dos profissionais da equipe multidisciplinar e avaliará se o paciente está preparado para submeter-se ao processo pós-cirurgia bariátrica e tem um papel de facilitador, visto que ajudará na adesão ao tratamento. São também as intervenções do psicólogo que levarão à reflexão e autoconhecimento do paciente, passando pelas fases pré-operatória, de alta hospitalar e pós-operatória.

Inicialmente, no processo pré-operatório, o psicólogo desenvolve uma avaliação que servirá de base e preparo psicológico do paciente para o momento da cirurgia.

O início do processo geralmente se dá por um acolhimento e uma conversa interpessoal, para, em seguida, fazer um levantamento fundamental dos dados pessoais, conhecimento da história de vida do paciente, dados da história familiar e algum possível histórico de obesidade. Por fim, a consulta começa a tomar um caráter mais pessoal, com perguntas como:

De que forma a obesidade surgiu na sua vida?

A quais tratamentos já se submeteu?

Quais doenças decorrentes da obesidade o indivíduo apresenta?
De que forma a obesidade vem interferindo no seu convívio social?
O trabalho vem sendo interferido pelo excesso de peso?
O psicólogo investigará também os fatores psicossociais e as redes de apoio, avaliando o repertório emocional e mental do paciente, os quais são exigidos para o enfrentamento do processo da cirurgia bariátrica. Além disso, avaliará também se o indivíduo tem alguma condição de doença mental que seja impeditiva para a cirurgia bariátrica, avaliação esta realizada usando-se um teste psicológico. Vale ressaltar que esses testes são de uso exclusivo dos psicólogos. Depois dessas entrevistas iniciais, o psicólogo começa a trabalhar com o paciente para que este entenda a função emocional do ato de comer.
Após todo um processo, o psicólogo identificará se o paciente estará, de fato, apto a passar pelo processo de cirurgia de uma forma saudável. Na última sessão, será realizada uma entrevista com um ou mais familiares do indivíduo para fornecer a devolutiva final e entregar o laudo. Por isso, cabe ao psicólogo o papel de acolhimento, entendendo como esse paciente se sente e suas condições emocionais para conviver com a nova realidade da cirurgia.
Mas em que situações o laudo poderá ser negado? Seguindo as recomendações do Conselho Federal de Medicina, na Resolução Nº 2.131, de novembro de 2015, quando for detectado abuso no uso de drogas ilícitas ou alcoolismo e caso o paciente apresente quadros psicóticos ou demenciais graves ou moderados.
O papel do psicólogo é auxiliar na construção de uma estrutura psicológica e emocional para que o paciente passe por esse tempo; por isso, nos primeiros contatos, faz-se necessária a reestruturação de uma nova relação com a quantidade que o paciente comerá, a percepção e a compreensão da necessidade da retirada do valor emocional que existe na própria negação de um transtorno alimentar (pois é comum que o paciente não aceite sua condição), para que o mesmo consiga lidar com novas situações depois da cirurgia, bem como fazer com que o paciente consiga enfrentar o momento de uma forma muito saudável e que seja cada vez mais fiel a seus próprios desejos, respeitando-se cada vez mais.

O ESTADO EMOCIONAL NO PRÉ-OPERATÓRIO: ANSIEDADE, DEPRESSÃO, MEDOS

O estado de ansiedade que uma pessoa apresenta pode ser compreendido como um período emocional transitório, no qual a sensação de sentimentos desagradáveis, de tensão e de apreensão estão presentes no consciente e pelo aumento na atividade do sistema nervoso autônomo.
Segundo Silva Júnior, Gonçalves e Demétrio:

> ...a saúde é um processo social dinâmico relacionado com outros processos sociais, no qual cada indivíduo constrói e entende sua saúde e sua doença através da representação sociocultural em consonância com a realidade em que vive. (2013, P. 2)

A construção de valores socioculturais relacionados à obesidade gera diversos estigmas. Já não bastasse os problemas de saúde, o corpo torna-se, no contexto de redes sociais, uma de suas formas de expressão mais importantes, ou seja, uma apresentação estereotipada de padrões, na qual os sujeitos reproduzem preconceitos e julgamentos para aqueles que estejam fora desses padrões. Os cuidados com o corpo, nessa concepção, sobrepõem-se à qualidade de vida, deixando de lado as questões de saúde e destacando a estética dos indivíduos, com seu corpo e suas posses.

O corpo assume um aspecto existencial fundamental, por que é por intermédio dele que os sujeitos se manifestam no mundo, o que pode levar a um quadro de depressão, caracterizado por reclusão e falta de interação social. Por sermos seres sociais, temos a necessidade constante de nos relacionarmos e, em uma sociedade de consumo na qual os valores socioculturais têm definido padrões de beleza específicos (corpos magros e "sarados"), as pessoas (não apenas as obesas), sentem o peso dessa realidade, comprometendo sua autoimagem, uma vez que esta está sempre sendo comparada. Essa realidade discriminatória compromete a autoestima do indivíduo obeso, discriminando-o por meio da aversão à gordura, corroborando essa prática uma sociedade gordofóbica.

É consenso que a depressão no contexto clínico tem causado limitações significativas na qualidade de vida do indivíduo, da família e no trabalho. Del Porto (1999) aponta que o significado do termo "depressão" refere-se ao estado afetivo normal (de tristeza), um sintoma, uma síndrome ou uma doença (podendo até mesmo ser um conjunto de doenças).

Ao tocarmos nesse ponto, podemos chegar a alguns denominadores comuns: perda, desapego, desapontamento, fraqueza, baixa autoestima e outras situações adversas, levando o sujeito a uma tristeza. No tocante a falarmos em síndrome, ela pode aparecer em diversos quadros clínicos: esquizofrenia, casos de estresse pós-traumático, problemas com alcoolismo, isolamento por tratamento de saúde, doenças clínicas, traumas psicológicos, situações estressantes do trabalho e do convívio familiar ou social. Como *síndrome*, há um conjunto de manifestações que inclui não apenas alterações do humor (tristeza, alegria, melancolia, irritabilidade, insensibilidade, falta de prazer e apatia), bem como interfere em aspectos cognitivos que influenciam a atenção e a motivação e, por consequência, interferem no cotidiano do sujeito.

Podemos perceber que a obesidade dificulta a realização das atividades cotidianas, o que interfere e gera consequências em todas as esferas da vida do paciente, além das comorbidades associadas. Del Porto destaca que:

> Embora a característica mais típica dos estados depressivos seja a proeminência dos sentimentos de tristeza ou vazio, nem todos os pacientes relatam a sensação subjetiva de tristeza.

> Muitos referem, sobretudo, a perda da capacidade de experimentar prazer nas atividades em geral e a redução do interesse pelo ambiente. Frequentemente associa-se à sensação de fadiga ou perda de energia, caracterizada pela queixa de cansaço exagerado. (p. 3, 2009)

Por conta da obesidade, o paciente constrói sua vida de forma que seus hábitos e relações com o mundo já estejam incorporados a seu sobrepeso, e a sensação de ansiedade é uma constante; compreensivelmente, mudar não é fácil, e o indivíduo acaba por limitar-se em seu cotidiano, não se dando conta de coisas que se abstém de fazer por conta da ansiedade associada à sua obesidade.

São comuns relatos de pacientes que não conseguem amarrar o cadarço do sapato, comprar uma camisa no shopping, usar um cinto, tomar banho de mar ou sair para festas, pois já está acostumado a pensar que não encontrará nenhum tamanho de roupa que lhe sirva ou que todos o estarão observando; dessa forma, a ansiedade toma conta de seu dia a dia, e os índices e a intensidade da ansiedade podem variar de acordo com a situação.

Uma coisa simples, mas com valor emocional enorme para o paciente, é quando aparecem na consulta de retorno após a perda de peso. Nota-se que usam um calçado diferente ou uma roupa da moda. E, por incrível que pareça, o ato de amarrar os cadarços é uma grande vitória. É nesse momento que se dão conta de que usavam apenas sapatilhas porque não conseguia se dobrar para poder amarrar os cadarços ou afivelar os calçados, ou seja, seu cérebro se adapta a uma realidade para que esse sofrimento não o consuma. Muitas vezes, o indivíduo não tem nem consciência de quanto acaba estruturando a própria vida com pequenos detalhes e tendo atitudes ou gostos por alguma coisa irreal, mas simplesmente por não poder fazer ou usar. Desse modo, o indivíduo se conforma mudando de foco, seja estas roupas, calçados e/ou relacionamentos.

Quando o paciente encara a cirurgia bariátrica como uma possibilidade, ele está dando um passo para a superação de um estado depressivo, aceitando que existe possibilidade de mudança de vida e de atitude; entretanto, é uma iniciativa que deve surgir do desejo dele de fazer a cirurgia. Em muitos casos, quando o paciente faz a cirurgia apenas por insistência de terceiros, ele acaba desistindo do processo no meio do caminho.

O mesmo estigma de quem procura um psicólogo pela primeira vez também existe para quem procura a bariátrica como uma solução para a obesidade. O medo do julgamento é muito forte, pois o obeso acredita que as pessoas vão pensar e comentar que ela é o caminho mais "fácil", que o próprio indivíduo não tem controle nem autoestima para superar essa doença, que ele deveria "apenas" fazer dieta e exercícios, e isso bloqueia o sujeito na procura por esse processo cirúrgico como uma ferramenta que possibilite a perda de peso. Daí a importância do psicólogo trabalhar toda essa aceitação. Somente após

a aceitação e a introspecção das mudanças que virão, o indivíduo consegue passar por essa fase preliminar e poderá dar continuidade ao processo de mudança resultante da cirurgia bariátrica.
O pós-cirúrgico é o período durante o qual o indivíduo terá de lidar com as privações alimentares e com as mudanças físicas internas, o que requererá um momento de fortalecimento pessoal, mesmo após os resultados da cirurgia. Todavia, antes de chegar ao pós-cirúrgico, há um longo processo que precisa ser trabalhado internamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho surgiu com o intuito de aumentar o conhecimento sobre o papel do psicólogo no acompanhamento do indivíduo que tenha obesidade e que decida buscar, na cirurgia bariátrica, um método de "corrigir" essa doença.
Este artigo possibilita, antes de qualquer coisa, compreender melhor as características da obesidade, possíveis doenças associadas e as implicações que esta tem sobre a vida do sujeito, além de permitir a compreensão das dificuldades do trabalho do psicólogo ao lidar com os estigmas da profissão, sua atuação e sua importância no sucesso do tratamento da obesidade, uma vez que não são apenas os aspectos físicos e estéticos que envolvem essa condição, mas questões como depressão e ansiedade fazem parte desse contexto.
Neste sentido, é possível reforçar o papel do psicólogo no pré-operatório como fundamental para os candidatos à cirurgia bariátrica, já que esse acompanhamento ao longo de todo o processo ajudará na progressão e melhoria do caso clínico. Também observamos que é preciso mais informação e campanhas de prevenção à obesidade, por meio do Ministério da Saúde, uma vez que, cada vez mais, a população tem apresentado maiores índices de sobrepeso.
A esperança é que este estudo possa ajudar novos questionamentos sobre a temática e ampliar o conhecimento e a compreensão dos aspectos psicológicos desta doença, evidenciando que não é "fraqueza" a busca pela cirurgia bariátrica; antes, é mais um método que tem ajudado milhares de pessoas em todo o mundo.

REFERÊNCIAS

ABESO, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA. **Mapa da obesidade**. Acesso em 12 nov. 2020. https://abeso.org.br/obesidade-e-sindrome-metabolica/mapa-da-obesidade/

CATANEO, Caroline; **CARVALHO** Ana Maria Pimenta e **CARETA**, Elizângela Moreira Galindo. **Obesidade e Aspectos Psicológicos**: Maturidade Emocional, Autoconceito, Lócus de Controle e Ansiedade. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Psicologia: Reflexão e

Crítica, 2005, 18(1), pp.39-46. Acesso em 25 out. 2020. https://www.scielo.br/pdf/prc/v18n1/24815.pdf

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. Cortez, 2017

DEL PORTO, José Alberto. Conceito e diagnóstico. **Rev. Bras. Psiquiatr.** , São Paulo, v. 21, supl. 1, pág. 06-11, maio de 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000500003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 nov. de 2020. https://doi.org/10.1590/S1516-44461999000500003 .

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Publicado em: 13/01/2016 | Edição: 8 | Seção: 1 | Página: 66, acesso em 20 out. de 2020. https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22175085/do1-2016-01-13-resolucao-n-2-131-de-12-de-novembro-de-2015-22174970

DOESCHER, Andréa Marques Leão; **HENRIQUES**, Wilma Magaldi. **Plantão psicológico: um encontro com o outro na urgência**. Psicol. estud., Maringá, v. 17, n. 4, p. 717-723, dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000400018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 nov. 2020. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722012000400018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: **Pesquisa Nacional de Saúde. Atenção primária à saúde e informações antropométricas.** Acesso em 10 out. de 2020. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101758.pdf

JHA, Oliveira. **Avaliação psicológica de obesos grau III antes e depois de cirurgia bariátrica**. 2009, Psicologia: Reflexão e Crítica vol.22

M.B.C., Alessandra Akamine e **JIRJOSS**, Elias. **Por que avaliação e preparo psicológicos são necessários para o paciente candidato à cirurgia bariátrica?** Revista da ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA, 2013. Acesso em 01 nov. 2020. https://www.scielo.br/pdf/ramb/v59n4/v59n4a06.pdf

SILVA JÚNIOR, N. D.; **GONÇALVES**, G.; **DEMÉTRIO**, F. Escolha do Itinerário Terapêutico Diante dos Problemas de Saúde: considerações socioantropológicas. Acesso em: 10 out. de 2015. Revista Eletrônica Discente História.com, Cachoeira, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2013.

WANDERLEY, Emanuela Nogueira; **FERREIR**, Vanessa Alves. Obesidade: uma perspectiva plural. Ciência & Saúde Coletiva, 2007.

ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Acesso em 15 de set de 2020. https://www.scielosp.org/pdf/csc/2010.v15n1/185-194/pt

A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO TRABALHO COM AUTISTAS E A ESTIMULAÇÃO PRECOCE

Araujo, Thays Gabriela Gimenes de
Bertola, Liliana Martino

RESUMO:
A musicalidade estimula a todos os alunos, especialmente aqueles que possuem deficiência, atenuando sintomas e aguçando comportamentos principalmente sociais, diminuindo os estereotipados. A música possui uma linguagem universal e consegue deixar o indivíduo a vontade em sua expressividade, contribuindo diretamente no seu sistema nervoso central, acalmando-o, funcionando como um tipo de estímulo efetivo e positivo. Objetiva-se por meio do trabalho em questão, esclarecer o conceito de música e sua importância na educação especial especificamente, assim como entender um pouco sobre a educação especial, mais especificamente o autismo, contribuir na prática pedagógica como apoio a inclusão e a importância da estimulação precoce. A problemática envolve como conseguir envolver os indivíduos autistas na musicalidade sem que haja pressão por parte de professores e, como atrelar a música ao trabalho. Habilidades do dia a dia, como questões pertinentes ao currículo funcional, devem ser despertadas nos educandos com autismo e, por meio da musicalidade, a intervenção se diferencia fazendo-se mais sensível e espontânea. Busca-se atingir estas metas com pesquisa bibliográfica, analisando a teoria de diferentes autores. Os resultados alcançados foram positivos, uma vez que dentro da música o indivíduo pode se desenvolver de forma integral e sem que haja pressão por parte de professores e toda a equipe envolvida, ou seja, de maneira prazerosa e real.

PALAVRAS-CHAVE: Autistas. Inclusão. Música.

INTRODUÇÃO

É de fundamental segundo Bruscia (2000) a importância de identificar a música como uma linguagem universal, pelo fato que sempre esteve presente na vida do homem em todas as culturas e épocas.

Sendo assim, de acordo com Zanini (1995) a linguagem musical promove o desenvolvimento integral do indivíduo, pois possibilita a capacidade de expressão das sensibilidades e da criatividade do mesmo, sendo este deficiente intelectual ou não.

Tomas (2002) menciona o som caracterizando-o como matéria da música e contribui diretamente no sistema nervoso da criança. Portanto, desde cedo, o bebê precisa ser estimulado por meio da linguagem musical, pois até mesmo antes do seu nascimento, ainda na fase intra-uterina, o mesmo reage a estímulos do ambiente externo. Em meio a inúmeras tentativas de trabalhos com a inclusão, a música

aparece como um recurso eficaz e em forma de brincadeira, onde o indivíduo tem a oportunidade de aprender brincando e cantando.
Muitos professores encontram-se despreparados para trabalhar com a educação especial, não sabem quais recursos utilizar com os indivíduos deficientes intelectuais, sendo assim o que fazer diante dessa situação? Como propiciar uma aprendizagem significativa e ao mesmo tempo prazerosa a esses indivíduos que possuem deficiência intelectual, estimulando-os sem que se sintam pressionadas, sendo que a escola não oferece respaldo algum?
Acredita-se que a realidade musical ajudará os educandos na aprendizagem, sendo que os mesmos já possuem uma deficiência a ser levada em conta. É um trabalho menos cansativo para as mesmas e que lhes proporciona prazer, além de auxiliar os docentes (SCHAFER, 1991).
Objetiva-se melhorar o ensino da vida diária dos indivíduos que apresentam deficiência intelectual e autismo, estimulando-os com prazer ao aprendizado. Esclarecer o verdadeiro conceito a respeito de inclusão no atual contexto; esclarecer o real significado de deficiência intelectual, visto que ainda há muitos equívocos.
Desenvolver reflexão por parte dos educadores a respeito de novas estratégias de ensino, dentre elas a música como apoio pedagógico da inclusão, aos autistas.
Trata-se de um estudo de revisão de literatura que seguiu a sequência: definição e categorização do tema pesquisado, estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão para seleção bibliográfica, análise e interpretação dos dados, apresentação e discussão dos resultados da revisão, que utilizou-se os descritores: autista, inclusão e música. As fontes selecionadas para a pesquisa foram: bibliográficas. Após, foram pré-estabelecidos critérios de inclusão e exclusão da literatura pesquisada, para poder realizar um levantamento preciso das publicações de artigos em periódicos, dissertações e teses, livros e resumos. Os trabalhos selecionados foram analisados na íntegra.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA MÚSICA

No mundo tudo possui uma história e acredita-se que a música também segue o mesmo ritmo, uma vez que sua importância é farta e relevante. Mas, é preciso entender sua caminhada até o presente momento.
Existem diversos conceitos que abrangem a música, porém a noção que atualmente se tem da música como "uma organização temporal de sons e silêncios", reflete-se de civilizações antigas, as quais costumavam utilizar elementos musicais de maneira organizada (SCHAFER, 1991)**.**
Conforme Schafer (1991, p. 25) "[...] música é alguma coisa de que você gosta, é som organizado com ritmo, é som agradável ao ouvido, é uma arte, é uma atividade cultural relativa ao som". Assim, a música auxilia para uma melhor qualidade de vida, propiciando a criatividade e também a autoconfiança. Sendo assim, torna-se parte da vida do ser

humano, independente de seu interesse ou preferência sonora e pode ser utilizada de variadas formas; até mesmo como terapia.
O ser humano adentra no universo musical desde muito tempo, pois de acordo com Menuhin (1990), o homem primitivo utilizava tambores, flautas e ossos como instrumentos musicais, ainda na Era Glacial. Acredita-se que o mesmo se comunicava por meio desses instrumentos, liberando sentimentos e emoções, visto que não utilizavam palavras.
A música iniciou-se, de acordo com Menhuin (1990) com os índios, que por sua vez utilizavam instrumentos rústicos ao realizar seus rituais que cultuavam aos deuses, através de danças, batendo os pés, palmas, chocalhos, entre outros. Assim como ainda nesta mesma época os padres tentavam ensinar aos mesmos, músicas sacras e estes uniam a seus instrumentos.
O autor ainda destaca que nessa mesma época, havia as senzalas com suas crenças e músicas africanas, ao qual costumavam relaxar enquanto cantavam e dançavam após o trabalho árduo nas fazendas. No início do século XIII na cidade do Rio de Janeiro surge a música popular brasileira instrumental em suas primeiras manifestações, com a Proclamação da República (SCHAFER, 1991).
As manifestações musicais começaram a aparecer e foram ganhando espaço dentro do espaço mundial, cada um a sua maneira e costume, mas que aos poucos foi sendo difundido.
Segundo Tomas (2002), é essencial que enfoque a presença da música na educação, já que a mesma alcançou êxito e propagou-se. A mesma iniciou-se na área educacional por meio do canto coletivo. Conforme as ideias da Nova Escola foram aumentando a criatividade ampliou-se de modo que no século XX outras maneiras de organizações musicais surgiram aliadas a novas propostas pedagógicas.
Alguns educadores de destaque divulgaram a relevância da música na educação, incluindo-a no currículo a ser trabalhado com os alunos; como por exemplo: João Sturn, Comenius, Pestalozzi. Através destes estudiosos até mesmo as jovens quando decidiam estudar para se tornarem professoras tinham aulas de música. Sem contar, na visão de Eby (1970) que até mesmo a LDB 9394/96 incorporava o ensino de artes no currículo que por sua vez contava com aulas musicais, assegurando ao educando o direito a arte e também a cultura artística.

EFEITOS DA MÚSICA NA CRIANÇA COM DÉFICIT INTELECTUAL

A música é algo que certamente manifesta alguns efeitos nas pessoas, e dependendo pode ajudar na situação em que as mesmas estão vivendo. Tomas sugere:

> Música é o conhecimento prático da melodia, que consiste de som e canção [...]. Visto que o som é coisa dos sentidos, passa para um tempo passado e é impresso na memória. A não ser que os sons sejam carregados na memória do homem, eles parecem porque não podem ser escritos (2002, p. 15).

O autor enfatiza que a música pode despertar sentimentos, recordações, emoções que ficam adormecidos até serem surpreendidos pela melodia que causa arrepios, alegria. E isso acontece com as crianças especiais que possuem deficiência intelectual, o som pode acalmá-las e devolver a alegria às mesmas, permitindo que corra uma maior interação e envolvimento.

Analisa Hentschke (1994), que a música se caracteriza como a "alquimia" que organiza sons de variadas qualidades, gerando formas sonoras que desencadeiam expressividade, pensamentos, percepções dos indivíduos que apresentam deficiência intelectual, contribuindo muito para sua recuperação e autonomia dentro do contexto ao qual encontra-se inserido.

Para Ruud (1990), é necessário compreender melhor a música, sendo preciso verificar que a mesma apresenta-se como uma linguagem emocional antes de qualquer outra coisa. Assim cita:

> A música é considerada, freqüentemente, como uma espécie de linguagem emocional, capaz de atingir áreas de nossa psique que processam informação e que nós, por vários motivos, não comunicamos com clareza a nós mesmos (p. 89).

De acordo com o autor, a música causa mudanças no indivíduo, seja de que idade for, pois a mesma consegue chegar até o seu nível psicofísico, atingindo, por exemplo: ritmo cardíaco, reflexo na comunicação, respiração, quebra das barreiras para sua comunicação. Mas essas condições dependem do estilo de música, uma vez que se um indivíduo com deficiência intelectual escutar uma canção muito agitada, a tendência é que se agite ou até mesmo fique agressivo. É preciso ter bom senso.

Bruscia engloba música aliada ao conceito de musicoterapia:

> A música é uma instituição humana na qual os indivíduos criam significação e beleza através do som, utilizando as artes da composição, da improvisação, da apresentação e da audição. A significação e a beleza derivam-se das relações intrínsecas criadas entre os próprios sons e das relações extrínsecas criadas entre os sons e outras formas de experiência humana. Como tal, a significação e a beleza podem ser encontradas na música propriamente dita (isto é, no objeto ou produto), no ato de criar ou experimentar a música (isto é, no processo), no músico (isto é, na pessoa) e no universo (2000, p.111).

O som, a melodia, as canções pode-se dizer que encontram-se presentes desde o nascimento, uma vez que ainda intra uterino o bebê recebe o reflexo de tudo que o rodeia, como o canto dos pássaros, o barulho das águas e isso influencia a vida do mesmo. E, para o autor acima, a criança que possui deficiência intelectual recebe todas essas energias também.

Continuando a idéia acima surge López (1998) que aponta para o fato de que quando as crianças que possuem deficiência intelectual entram em contato com a música e também objetos sonoros, a melodia pode

ocasionar transformações benéficas no próprio corpo, acalmando ou agitando-o, permitindo que haja expressividade de conteúdos internos e aos poucos resolução de conflitos psíquicos.
Conforme a Associação Americana de Deficiência Mental (Telford, 1978 apud Zanini 1995, p.11), "o retardamento mental se refere ao funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, que existe concomitantemente com déficits no comportamento adaptativo e que se manifesta durante o período de desenvolvimento". Para tanto, pensa-se que a música auxilia no desenvolvimento do indivíduo, mesmo que o mesmo apresente deficiência intelectual. Ajuda-o a desenvolver mais autonomia em suas ações, criar liberdade sem receio, socializar-se melhor, porém, tudo depende da forma como a mesma é aplicada. Zanini (1995) a considera uma rica estratégia, mas é preciso saber utilizá-la com cada tipo de aluno e a valorização a cada progresso é um ponto importante também.
Begley (2002) ressalta ser importante a música clássica no trabalho com a deficiência, visto que possui maior efeito no comportamento do sujeito, desencadeando sensações, estimulando-os a socialização espontânea e a tranquilidade.
Na visão do autor acima, existem melodias específicas para cada pessoa, uma vez que cada ser é único, uns preferem músicas mais agitadas; outros as mais românticas e assim por diante. O fato é que todas elas causam efeitos nos indivíduos. A música se caracteriza como um recurso eficaz no trabalho pedagógico, principalmente com alunos que possuem mais dificuldade na assimilação dos conteúdos, torna-se fonte terapêutica positiva.
A música pode ser utilizada como terapia médica e segundo Begley (2002), pode possibilitar muitas curas ou amenizar sofrimentos a crianças que possuem deficiência intelectual, uma vez que as mesmas por vezes são irritadas, apáticas, depressivas, entre outros sintomas. O cérebro dessas e outras crianças reage ao estímulo que a música promove e isso beneficia a rotina das mesmas, facilitando o trabalho do professor e de certa forma aproximando-os.
Begley (2002) esclarece que existem crianças que possuem deficiência intelectual que não conversam com ninguém, a música contribui para trabalhar esse lado, mas sem que estas percebam. Por vezes, o professor pode utilizar a musicalidade em grupo e a expressividade inicia-se, atendendo as necessidades físicas, mentais, cognitivas e sociais.
Ainda Begley (2002) descreve que a música age na deficiência intelectual aproximando a criança das demais pessoas, permitindo que a mesma se sinta a mais normal possível. Para completar, Vygotsky (1991) enfoca que para um sujeito aprender é necessário que aconteça uma relação integrada entre o mesmo e o seu meio, sendo que o produto aprendizagem promove-se devido a relações externas e internas.

Baranow (1999) aponta que a música facilita a aprendizagem da criança em todos os sentidos, possibilitando que a mesma possa viver dentro do contexto de uma sociedade sentindo-se satisfeitas, alegres, incluídas.

Ainda a música retém-se na memória infantil sem que a criança perceba, provocando sensações na mente humana e acabam também por influenciar na área emocional do indivíduo, na formação da sua identidade. Aprende a se conhecer melhor, elevando a sua auto estima e passa a se expressar mais claramente o que sente em determinado momento (BARANOW, 1999).

Por meio da música Vygotsky (1991), destaca que cria-se a oportunidade de ressaltar a importância de valores e, principalmente, permitir que a deficiência intelectual não atrapalhe o desenvolvimento satisfatório da sua afetividade, favorecendo o desenvolvimento sócio afetivo e até ajuda a sanar ou melhorar alguns problemas provocados pela diversidade acometida.

Von Baranow (1999), os indivíduos que possuem deficiência intelectual devem receber estimulação para a comunicação e para tanto a música com o som, a melodia torna-se uma ferramenta essencial, deixando as crianças mais concentradas, dispostas, melhorando o desenvolvimento da cognição e psicomotor, também possibilitando que as mesmas evoluam no interesse pelas coisas que as rodeiam, no sentido de explorar, ousar.

Uricoechea (1993) complementa afirmando que a música possui o dom de envolver qualquer que seja a criança, mesmo que possua deficiência, e ainda, não importa qual tipo de deficiência. Tem a profundidade, ou seja, consegue atingir o corpo e a mente.

O PROFESSOR E A MÚSICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial assim como as demais necessitam ser devidamente planejadas e orientadas para que o aluno alcance um bom desempenho dentro das limitações existentes.

Conforme Reily (2001) em entrevista, o professor possui papel fundamental na aprendizagem do educando, pois é o seu mediador direto, por essa razão é necessário que o mesmo escolha as estratégias adequadas respeitando a cada um. O aluno que possui necessidades especiais, não precisa se adaptar a escola e sim o professor se adequar as suas necessidades, permitindo que o mesmo se sinta acolhido e compreenda o que for trabalhado.

A autora cita também a atitude do professor, pois começa por ele o trabalho de inclusão do aluno especial, onde o mesmo deve recebê-lo de forma acolhedora, organizando o trabalho pedagógico significativamente. "O professor também organiza o trabalho pedagógico e pensa estratégias para garantir que todos tenham possibilidade de participar e aprender" (REILY, 2001, p. 1).

Porém, o professor tem o dever de unir a escola e a família no processo de inclusão da educação especial, caracterizando-se esta como uma

estratégia de ensino a ser alcançada também. O trabalho do docente é muito importante (REILY, 2001).

Em toda sua entrevista, Reily (2001) ressaltou a preocupação com a área pedagógica principalmente na educação especial, pois de acordo com a mesma, por vezes o professor depara-se com um desafio a sua frente não sabendo como trabalhar com determinado aluno. É então que deve buscar outras estratégias de ensino além das quais já possui conhecimento, o que pode exigir estudo e persistência.

A autora enfocou também que na maioria dos casos parece que os recursos encontram-se inesgotáveis, "o professor precisa identificar as possibilidades do aluno e o trajeto que ele percorre para se comunicar, para se apropriar do que está à sua volta, a fim de encontrar um caminho compatível com as possibilidades dele" (REILY, 2001, p. 1). A estratégia escolhida pelo professor precisa ser diferenciada e conforme a realidade do educando.

> Esta diversidade constitui uma nova demonstração de que a música é essencialmente um jogo, um contrato válido dentro de certos limites definidos, que não tem nenhuma finalidade útil que não seja dar prazer, relaxamento e uma elevação de espírito (Huizinga, 2000, p. 209).

A música aparece como uma rica estratégia de ensino na aprendizagem das crianças que possuem necessidades especiais, pois tal evento permite as mesmas romper barreiras, adquirir mais segurança em si próprias e nos demais a sua volta, reconquistar a alegria sem perceber (HUIZINGA, 2000).

E Huizinga (2000) ainda aponta que a música desperta a motivação na criança e enriquece o trabalho do professor, mas não é para ser ensinada como algo profissional e sim voltada para a área pedagógica, uma vez que consegue atingir escola, comunidade, alunos, família; pois os filhos e filhas cantam em suas casas. É um trabalho em parceria, diferenciado e verdadeiro.

O AUTISMO ADENTRA NA INCLUSÃO

Em 1943 o psiquiatra Leo Kanner, segundo Facion (2007) em seus estudos observou onze crianças em idade escolar que apresentavam comportamento peculiar, ou seja, diferenciado; não conseguiam manter relacionamento com outras pessoas, estabeleciam seus contatos e situações.

O transtorno autista de acordo com Facion (2002) se apresenta como uma síndrome com sintomas presentes desde o nascimento que costumam-se manifestar antes dos três anos, sendo mais o sexo masculino do que o feminino.

Para o autor, já desde pequena a criança autista ainda de colo não consegue se aconchegar; também possui ausência de movimentos antecipatórios; no berço brinca com algo de seu mundo apenas, alheia as demais pessoas; apresenta alterações em sua linguagem (ecolalia); não estabelece diálogo e nem utiliza frases. Em algumas vezes, apresenta crises de risos, de choro ou apatia.

E ainda Facion (2007) menciona que consideravelmente apresenta movimentos repetitivos, algumas alimentações influenciam desvios na conduta, costumam rejeitar mudanças e isolar-se extremamente. O trabalho com um autista deve basear-se na rotina.

Kanner apud Facion (2007) destaca que o autismo também refere-se a limitar o contato afetivo da criança com o adulto e com as demais crianças. Ou seja, a criança que possui autismo não aceita o contato afetivo com ninguém, é como "um fechamento sobre si mesma" (p. 19).

Os autistas devem receber tratamento terapêutico e acompanhamento de especialistas. Quando em contato com outras crianças, não conseguem brincar e nem conviver em grupo, isso na visão de Leboyer (1995).

Segundo o autor, para que a criança consiga viver dentro da sociedade os especialistas precisam acompanhá-la e também seus familiares, orientando-os a como lidar no dia a dia com este problema. Para Leboyer (1995, p. 15):

> O autista se comporta mais frequentemente como se estivesse só, como se os outros não existissem. Mais ainda, as crianças autistas não procuram ser acariciadas e não esperam ser reconfortadas pelos pais quando têm dor ou quando têm medo. Ás vezes, elas se interessam por uma parte do outro, sua mão, um detalhe do vestuário.

Assim, a criança autista pode deixar os pais em conflito quanto ao cuidado do dia a dia, uma vez que a maioria encontra-se leiga no que diz respeito ao assunto em questão, necessitando de esclarecimentos para poder ajudar o ente querido.

O currículo funcional surge para ajudar o trabalho com esses alunos, sendo que não irá alfabetizá-los e sim instruí-los para a vida, ou seja, de acordo com Facion (2007) é como organizar um programa que seja educativo e ao mesmo tempo útil para ser utilizado no dia a dia do aluno.

O autor ainda enfoca que o currículo funcional visa desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) e também as atividades da vida prática (AVPs), onde não será importante a alfabetização em letras, mas que o aluno saiba realizar ações básicas como lavar louça, escovar os dentes, trocar de roupa, alimentar-se sozinho, tomar banho corretamente, fazer um café e assim por diante. O intuito é que essas atividades podem colaborar para auxiliar o aluno em sua autonomia e se acontecer de ficarem sem a presença de seus pais, os mesmos possam aplicar as AVDs e AVPs com tranquilidade.

A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO PRECOCE

Atualmente é possível observar um número cada vez maior de crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista), matriculadas na rede regular de ensino. Entretanto o Autismo ainda é um assunto pouco difundido no ambiente escolar, e mesmo nos cursos de licenciatura ou especialização, os conhecimentos adquiridos não possibilitam que se

tenha todo o conhecimento necessário para que se possibilite aos alunos com TEA o desenvolvimento de forma adequada de sua comunicação e interação social.
Sendo assim, faz-se necessária a reflexão e construção de estratégias que possibilitem aos profissionais da educação mediarem a construção de um processo de comunicação efetivo, bem como de interações sociais que estimulem a aquisição de novos saberes.

> Intrinsecamente à evolução da sociedade e ao percurso histórico-social da Educação Especial (EE), vamos assistindo à mudança conceptual da Intervenção Precoce na Infância (IPI), pois vai surgindo consciência do papel que todos temos na prestação de cuidados às crianças de idade precoces, assegurando as suas necessidades educativas especiais (NEE) (…), (ALVES, 2009, p. 17).

No que se refere ao desenvolvimento da aprendizagem e do comportamento infantil, entende-se por intervenção precoce a busca, através de um processo sistematizado e com embasamento em experiências positivas, remediação ou correção de atrasos ou anormalidades relacionadas aos diversos tipos de eixos relacionados ao desenvolvimento neuropsicomotor ou comportamental.
Seu principal objetivo consiste em possibilitar que a criança supere de forma rápida e eficaz os problemas em seu desenvolvimento que podem acarretar grandes deficiências para as aprendizagens mais complexas no futuro. Trata-se de possibilitar que as crianças atinjam habilidades que ainda não possuem, mas que serão pré-requisitos para as aprendizagens futuras, o que por sua vez, o trabalho com a música se apresenta significativo. De acordo com Alves (2009, p. 15):

> "(…)os primeiros anos de vida são determinantes na construção do adulto de «amanhã», a aposta na «prevenção» em idades precoces surge-nos […] sendo realçada a importância […] das formas de agir, interagir e reagir, não só em contexto de «prevenção», como em contexto de «remediação»."

No que se refere ao Autismo, a intervenção precoce é inquestionável, pois nessa etapa há caminhos neuroplásticos que ainda se encontram livres no cérebro e prontos para receber o direcionamento e modificação através de por métodos voltados para a estimulação de habilidades ainda não arquitetadas. A intervenção precoce contribui ainda para a resolução de problemas de interação proporcionando uma rápida adaptação aos novos desafios a serem superados com o decorrer da idade, preparando a criança para uma escolarização mais tranquila no futuro. A intervenção deve ser, na visão de Cavaco (2009, p. 199):

> "(…) a mais intensiva e precoce possível. Visando reduzir os comportamentos inadaptados destas crianças, promovendo aprendizagens a nível da aquisição da linguagem e outras habilidades sociais como alguns autocuidados".

Assim, quanto mais tempo a criança ficar sem ser estimulada, estará sujeita a ter algum tipo de deficiência, principalmente quando se há tendência para esse desenvolvimento a probabilidade de intensificá-las é grande, muitas vezes originando danos que podem durar evoluindo tanto em ordem física, quanto psicológica.

> O principal objetivo dos programas de intervenção precoce é o de atuar aos diferentes níveis de prevenção, no sentido, não só de atenuar as consequências dos casos de risco estabelecido, mas igualmente de tentar evitar que situações de risco biológico e social se consolidem" (BAIRRÃO; CHAVES, 2002, p. 32).

É importante se pensar que precaução pode muitas vezes atenuar consequências negativas ou até desconsiderá-las na vida infantil, devendo enxergar os estímulos como algo positivo.

A MÚSICA NO TRABALHO COM AUTISTAS: UM ESTÍMULO IMPORTANTE

A música para uma criança autista se faz como fonte de terapia, uma vez que na visão de Padilha (2008) em sua pesquisa mostra algumas diferenças na questão da música como educação e como terapia. De acordo com Padilha (2008):

Quanto à utilização da música: na Educação Musical a música é tratada como aprendizagem instrumental e na musicoterapia a música é mediadora para produzir mudanças comportamentais, quanto ao processo: na Educação Musical é fechado, sistemático e instrutivo baseado num currículo, enquanto que na musicoterapia o processo é aberto, experimental, interativo, sistemático e evolutivo. Quanto ao conteúdo: na Educação Musical é temático e descrito num currículo e na musicoterapia é dinâmico e criados no processo. Os objetivos, na Educação Musical são generalistas e universalistas e na musicoterapia são particulares e biográficos.

A avaliação: na Educação Musical não considera valorizações iniciais e avalia linearmente a todos por igual e a musicoterapia considera uma valorização inicial e avalia segundo os objetivos dinâmicos pré-fixados na valorização. O enquadramento: na Educação Musical é convencional e na musicoterapia é especializado. A relação entre orientador e autista: na Educação Musical se faz entre professor-aluno, onde o professor é administrador dos conteúdos ou motivador da experiência de aprendizagem e na musicoterapia a relação é musicoterapeuta-paciente, onde se estabelece uma aliança terapêutica de ajuda, os conteúdos estão no aluno.

Segundo Facion (2007) com os autistas, a musicalidade adentra no universo de trabalhar e educar, reabilitando os mesmos fisicamente, mentalmente, emocionalmente e até mesmo melhorando a questão social. A música segundo Padilha (2008) intervém em prol da melhora do autismo.

> Os programas de intervenção precoce podem fazer uma diferença importante e produzir ganhos significativos e

> duradouros. Seria razoável supor que indivíduos com autismo terão um prognóstico diferente daqueles sem distúrbios severos associados, mas isso não tem sido claramente demonstrado. Sabe-se que serviços educacionais e comunitários melhores e mais disponíveis poderão mudar o prognóstico de autistas em longo prazo (GADIA; TUCHMAN, 2004 p.91).

O autismo considera as intervenções podendo as mesmas fazer um importante papel na vida do indivíduo, porém não há cura que possa modificar o diagnóstico do autista, somente períodos de melhora. Esses períodos de melhora podem ser vividos por meio da música. Efeitos da música no trabalho com autistas podem oferecer um aumento no desenvolvimento global e social, ao passo que indivíduos que não são acometidos pela utilização da musicalidade, de acordo com Padilha (2008) se comportam de forma diferenciada. No momento da música tocada, há maior troca de olhares, reciprocidade, interatividade e diminui os comportamentos estereotipados oferecendo imitação espontânea, colaborando para o progresso autista. A música aliada ao trabalho dos autistas ativa a percepção dos mesmos, podendo ainda o professor assegurar maiores conquistas e mediações.

CONSIDRAÇÕES FINAIS

Portanto, a música influencia há muito tempo a sociedade, porém, nunca se deu muita relevância pelo que a mesma pode desencadear nos indivíduos, e ainda, sem que os mesmos percebam tal mudança. Diante de tudo que foi observado percebeu-se que as AVDs e AVPs são necessárias para que a criança consiga sobreviver em sua vida diária, uma vez que a mesma precisa aprender os conhecimentos básicos.

A música como recurso no trabalho com crianças que possuem deficiência intelectual contribui para que a aprendizagem e o desenvolvimento das mesmas aconteça satisfatoriamente, principalmente no que diz respeito a socialização, que é um fator essencial nesse período.

É preciso que se façam mudanças pertinentes sobre o ato de incluir e também entender realmente a deficiência intelectual, pois a mesma propicia ao educando evolução independente de suas limitações.

O autismo encontra-se em evidência nos dias atuais, mas é preciso entendê-lo em sua complexidade, visto que ocorre em diferentes níveis. O mais importante diante dos fatos abordados no decorrer do trabalho, referindo-se ao autismo ficou transparente ser a questão de não ser necessário trabalhar com esses alunos a alfabetização em si, mas o currículo funcional, onde os mesmos possam se alfabetizar para a vida.

O trabalho com a música possui a chance de envolver os indivíduos e não se caracteriza diferente com a educação especial, sendo que alunos com deficiência intelectual conseguem por meio da mesma, exteriorizar sentimentos, medos, desejos, inquietações, a comunicação e aos poucos a aprendizagem inicia-se sem perceber. O trabalho em questão adentra na questão da qualidade de vida, visto que as

crianças, por exemplo, autistas precisam ser preparadas para atividades básicas, como por exemplo, lavar uma louça, tomar um banho adequado, preparar um chá e assim por diante.
É necessário ter em mente que alunos com deficiência intelectual necessitam da preparação que a musicalidade oferece em suas AVDs (atividades da vida diária) e AVPs (atividades da vida prática), pois pensa-se que somente dessa maneira poderão ter uma melhor qualidade de vida, principalmente no que diz respeito a autonomia, contribuindo com os autistas também. E percebeu-se também que o apoio familiar também se faz imprescindível no trabalho com esses alunos, ainda mais quando se trata de indivíduos autistas, a colaboração dos mesmos é muito importante para a eficácia dos resultados, compreendendo que a estimulação deve se iniciar cedo.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. S. A. **"Intervenção precoce e educação especial:** práticas de intervenção centradas na família*".* Viseu: Editora Psicosoma, 2009.

BAIRRÃO, J.; CHAVES, I. "Contributos para o estudo das práticas de intervenção precoce em Portugal". In: **Colecção Apoios Educativos**. n 6. Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica, 2002.

BEGLEY, S. **A importância da música para as crianças**. São Paulo: Copyrigt, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRUSCIA, K. **Definindo musicoterapia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Enelivros, 2000.

CAVACO, N. **O profissional de educação especial** – uma abordagem sobre o autismo". Lisboa: Editorial Novembro, 2009.

EBY, F. **História da educação moderna**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1970.

FACION, J. R. **Transtornos invasivos do desenvolvimento associados a graves problemas do comportamento**: reflexões sobre um modelo integrativo. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

FACION, J. R. **Transtornos do desenvolvimento e do comportamento**. 3 ed. Curitiba: Ibpex, 2007.

GADIA, C. A.; TUCHMAN, R.; ROTTA, N. T. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento*.* **J. Pediatr.** (Rio J.). 2004, vol.80, n.2, pp. 83-94.

Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/jped/v80n2s0/v80n2Sa10.pdf]. Acesso em novembro de 2020.

GASPARINE, G. (*et al*.) **Musicoterapia usa identidade música para ativar o cérebro**. Disponível em:< www.geolimichi.hpg.ig.com.br > Acesso em novembro de 2020.

HENTSCHKE, L. **Um tom acima dos preconceitos**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, ano 1, n. 3, p. 28-35, Mai/Jun. 1994.

HUIZINGA, J. **Homo ludens.** São Paulo: Perspectiva, 2000.

LEBOYER, M. **Autismo infantil – fatos e modelos**. Tradução de Rosana Guimarães Dalgalarrondo; revisão técnica de Lambert Tsu. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

LÓPEZ, A. L. L. *A* Influência das Músicas Infantis no Desenvolvimento Psicomotor da Criança. **Revista Brasileira de Musicoterapia**. UBAM, ano III, nº. 04, p. 05-26, 1998.

MENUHIN, Y. D**. A música do homem**. São Paulo: Martins, 1990.

PADILHA, M. do C. P. **A Musicoterapia no Tratamento de Crianças com Perturbação do Espectro do autismo***.* Dissertação de Mestrado em Medicina. 2008 [http://www.fcsaude.ubi.pt/thesis/upload/118/763/marisapadilhadissert.pdf]. Acesso em outubro de 2020.

REILY, L. **Estratégias pedagógicas na educação inclusiva**. 2005. Disponível em http//www.papirus.com.br/entrevista_detalhe.aspx?. Acesso em novembro de 2020.

RUUD, E. **Nos caminhos da musicoterapia**. São Paulo. Summus, 1990.

SCHAFER, M. **O ouvido pensante**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

TOMAS, L. **Ouvir o logus**: Música e Filosofia. São Paulo: UNESP, 2002.

URICOECHEA, A. S. M. **A pessoa portadora de necessidades especiais:** a música e a musicoterapia. Trabalho elaborado para o 1º curso de Especialização Musicoterapia na Educação Especial. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1993.

VALLE, E. A. I; COSTA, N. M. **Música na escola primária:** para professorandos**,** professores, orientadores pedagógicos e técnicos de educação. 4 ed. Rio de Janeiro. Livraria José Oympio. (s/a).

VASCONCELOS, C. L. (s/d) **Sobre musicoterapia**. Disponível em: <http: // www.musicoterapia.com.br>. Acesso em outubro de 2020.

VYGOTSKY, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone/Edusp, 1984.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZANINI, C. R. de O. **O processo criativo em musicoterapia como facilitador do desenvolvimento do deficiente mental***.* Monografia. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.

O ABANDONO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE JACUECANGA – ANGRA DOS REIS, A LEI DO NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO E O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Gomes, Iago Rodrigo

RESUMO:
Este trabalho evidencia os impactos ambientais do sistema sanitário de Angra dos Reis-RJ, sobretudo o que tange o distrito de Jacuecanga, tal como o abandono das estruturas de esgotamento sanitário, o descarte irregular de esgoto por instituições de grande porte em córregos a céu aberto da região - que deságuam na Praia da Verolme, sem balneabilidade desde 2008 segundo (INEA.2019) – tema dos inquéritos civis MPRJ nº680/06, 73/17, 13/19 e MPF 1.30.014.000070/2019-32 contrastando a atual condição de abandono destes sistemas em Angra dos Reis, com os desafios propostos para os gestores públicos municipais e fiscais da lei, com a publicação da lei do Novo Marco Legal do Saneamento Básico, 14.026 de 15 de julho de 2020, que reordena o saneamento básico no Brasil.

Este estudo visa expor a problemática de não se investir em reformulação de políticas públicas ambientais em ciclo, como nos casos de Jacuecanga e Japuíba, distritos de Angra dos Reis comparativamente, com sistemas de esgotamento sanitário obsoletos a mais de 30 anos e abandonados a mais de 20 anos, com as malhas de coleta de efluentes sanitários defasadas, estações de tratamento de esgoto inativas– com esgoto parado a céu aberto em tanques e focos de proliferação do *aedes aegypti* – que refletem no percentual de 14.8% de esgoto tratado no município todo, conforme (SNIS.2018).

PALAVRAS-CHAVE: Saneamento, Básico, Estação de Tratamento de EsgotoEsgotamento Sanitário.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de abordar a atual condição dos aparelhos de esgotamento sanitário do distrito de Jacuecanga, localizado no município de Angra dos Reis – RJ – sob a luz dos inquéritos civis MPRJ nº680/06, 73/17, 13/19, MPF 1.30.014.000070/2019-32 e da Lei do Novo Marco Legal do Saneamento Básico, tendo como base, o abandono das estruturas sanitárias locais, a inexistência de tratamento de efluentes sanitários, a poluição de corpos hídricos de Jacuecanga, bem como a falta de balneabilidade da Praia da Verolme.

MATERIAL E MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho pautaram-se por uma abordagem qualitativa- quantitativa para reforçar a estratégia de coleta de dados, que utilizadas conjuntamente resultaram na resposta das questões de pesquisa, também de natureza aplicada com fundo exploratório e descritivo.

Em sua execução optou-se pela pesquisa de campo que conforme Severino (2007, p. 120) explica, a pesquisa de campo ocorre quando o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio e a coleta de dados é feita em condições naturais, sem a intervenção ou manuseio por parte do pesquisador.

A fase exploratória deu-se por levantamento bibliográfico em publicações especializadas como revistas digitais eletrônicas, artigos sobre saneamento básico, direito ambiental e sanitário, bem como livros de Metodologia Científica.

O método de obtenção de informação para compor a pesquisa, conduz o pesquisador para um estudo de caso, como uma a investigação enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados. Como resultado baseia-se em várias fontes de evidências que se beneficia do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise de dados. Yin (2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com os dados levantados previamente pelos portais GEOINEA.2018, MP em MAPAS.2018, Censo IBGE.2010 e com dados complementares colhidos com o Poder Público, conseguimos chegar aos seguintes resultados:

O sistema de tratamento de esgoto do distrito de Jacuecanga – Angra dos Reis trata-se de uma estação de tratamento de esgoto, construída pelo Estaleiro Verolme na década de 70. Foi projetada para ter em funcionamento, dois módulos iguais, apesar de em 2020 ainda só ter um. (Poder Público.2017).

Em 2017, o sistema de esgotamento sanitário da localidade já era praticamente nulo, com as Estações Elevatórias de Esgoto (EEE) com problemas na manutenção das bombas elevatórias, sendo que das cinco EEE's – CEDERJ, LEITO SECAGEM, BIODIGESTOR, BNH e CEDUC – apenas a primeira funcionava na época parcialmente, além de todos os tanques de tratamento da ETE estarem paralisados, até hoje, com os resíduos largados a céu aberto, mesmo existindo disposto em memorial técnico, indicando a necessidade de retirada destes a cada ano (MPRJ.2019).

Outro ponto a se destacar, é que segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico de Angra dos Reis, datado de 2014, apresentado ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Jacuecanga era uma das únicas localidades a se ter emissário submarino, hoje também

completamente abandonado (MPRJ.2006; MPRJ. 2017; MPRJ.2019; MPF.2019).
Além disso, é possível observar segundo o inquérito civil 73/17 - que visa investigar o descarte de efluentes líquidos nos corpos hídricos de Jacuecanga pela Universidade Estácio de Sá - que mesmo o segundo módulo de tratamento de esgoto da localidade nunca ter efetivamente saído do papel, uma EEE - que deveria atender esta infraestrutura – localizada atrás da universidade em supra construída em terreno de marinha, APP de corpo hídrico e zona non aedificandi, nunca deixou de operar, possibilitando à instituição de ensino, que descartasse irregularmente seus efluentes sem tratamento, diretamente no córrego que corta o local e deságua na praia da Verolme, já que Jacuecanga não trata seus efluentes e a instituição de ensino somente construiu sua própria ETE, em meados de 2020 (MPRJ.2017; MPRJ.2019; MPF.2019).
Conta como agravante, o fato da supracitada estação de tratamento de esgoto do referido distrito, ter sido completamente abandonada em 2013 – ano da instalação da instituição de ensino, apesar da instauração de procedimento investigatório ser datado de 2017 – após sucessivos processos administrativos ambientais no INEA, por incompatibilidades às normas do CONAMA, tais como a RESOLUÇÃO 357/2005 e RESOLUÇÃO 430/2011, NT-202.R-10/INEA e DZ.215.R-1/INEA, dentre outras (Poder Público.2019).
Caso a estação de tratamento de esgoto de Jacuecanga tivesse sido concluída e estivesse em operação, atenderia cerca de 12 mil pessoas (Poder Público. 2012).
Isso significa, que com a desativação da referida estrutura de saneamento básico, cerca de 12 mil pessoas convivem com esgoto a céu aberto sendo transportado por córregos abertos, até a praia – número que poderia chegar a 25 mil beneficiados, caso a ETE de Jacuecanga, com equipamento baseado em Lodo Ativado Convencional (LAC), estivesse em plena operação, com o segundo módulo de tratamento efetivamente construído (INEA apud SAAE.2015, p.101).
De acordo com (INEA.2019), a praia da localidade está com condição péssima desde 2008, início das medições de balneabilidade do órgão.
Em 2018 após denúncia de que a ETE de Jacuecanga estaria sendo foco de *Aedes Aegypti,* O Ministério Público do Rio de Janeiro por meio da 3ª promotoria de tutela coletiva de Angra dos Reis oficiou as Secretarias de Meio Ambiente e Saúde do município, para que fizessem uma visita in loco na localidade, para averiguar as informações prestadas pelo representante (MPRJ.2019). Na oportunidade, foram constatados pelos agentes de endemias das vigilâncias ambiental e sanitária, focos de mosquitos espalhados por toda estrutura – que tem seus tanques de tratamento a céu aberto.
Em 2019, a 3ª PJTC do MPRJ volta a visitar a ETE de Jacuecanga, agora com efetivo próprio, de policiais militares e técnicos lotados no Grupo

de Apoio aos Promotores (GAP). Apesar do terreno roçado foram constatados novamente os focos de água parada e também pinos de cocaína espalhados pela infraestrutura, o que indica ser um local de tráfico de drogas, já que a ETE de Jacuecanga não conta com seguranças (MPRJ.2019)

Não é difícil se deparar com ligações clandestinas, que jorram esgoto irregularmente, nos corpos hídricos do Município de Angra dos Reis e em especial na Bacia da Vila de Jacuecanga, em córregos que deságuam na praia do local, já que apenas 14.8% do esgoto sanitário do município é realmente tratado (SNIS in MP em MAPAS.2018; MPRJ.2006; MPRJ.2017; MPRJ.2018; MPF.2019).

Pode-se observar que um dos fatores decisivos durante todos esses anos, para a deterioração dos sistemas de esgotamento sanitário do município de Angra dos Reis - sobretudo o sistema de esgotamento do distrito de Jacuecanga – é o fato de que em pouquíssimas localidades na cidade – subdividida em subprefeituras e regionais – praticam as taxas de tratamento de efluentes – já que quase todas as estruturas do município estão abandonadas – o que pode ter ocasionado a taxa de inadimplência da autarquia de saneamento, que hoje gira em torno de 60%, já que o SAAE não atende a principal praça de serviços da cidade, localizada no centro, operada mesmo sem licença de concessão pelo CEDAE (TRIBUNA LIVRE.2020).

No mesmo diapasão, nota-se que ao fazer isso, o poder público de Angra dos Reis opta por seguir a teoria da *Reserva do Possível*, quando por força da Carta Magna, deveria em tese seguir a teoria do *Mínimo Existencial*, já que o bem-estar da população do município é de responsabilidade de sua prefeitura e consequentemente de suas autarquias e secretarias municipais.

Levando em consideração, ainda, que o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Angra dos Reis, mesmo se revisado é anterior à lei 14.026 de 15 de julho de 2020 – a lei que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico – é importante instar que mesmo que a prefeitura do município de Angra dos Reis atenda todas as solicitações de correções formuladas pelo Grupo de Atuação Técnica Especializada em Meio Ambiente (GATE) do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ.2006), ainda assim irá imperar a impossibilidade de universalização das políticas públicas de saneamento básico, já que tal plano, foi originalmente formulado sob a égide da lei 11.445 de 22 de fevereiro de 2007, que não está mais em vigor, sem contar que a atualização das normas federais implicariam ao SAAE, a necessidade de aporte financeiro ainda maior, para cumprimento de todas as exigências e também, o fato de que o próprio inquérito civil 680/06, em curso foi instaurado ainda sob a vigência do marco legal anterior necessitando assim de adaptações.

Alguns dos pontos a serem explicitados sobre tal defasagem implica na centralização da regulação dos serviços na Agência Nacional de Águas

(ANA), que anteriormente ocorria à revelia de um órgão federal – imputando aos prestadores de serviços de saneamento básico novas normas e regras – além da mensagem de veto presidencial 396/2020, que impõe à lei do novo Marco Legal do Saneamento Básico, a queda do artigo 16, que versa sobre a renovação dos contratos de programa por mais 30 anos – situação que se encontra o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Angra dos Reis, que assumiu a prestação de serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água sem licitação na cidade, após decreto.

Isso acaba por inviabilizar a existência do SAAE em Angra dos Reis, principalmente por não ser uma autarquia autossustentável, mas sim, uma autarquia deficitária, que dá prejuízos econômicos ao município todos os anos e que não consegue gerir sequer o sistema de esgotamento sanitário de Jacuecanga, quem dirá do município todo.

Como medida comparativa estima-se que para recuperar o sistema de esgotamento sanitário da Japuíba – outro distrito de Angra dos Reis historicamente também com problemas sanitários a mais de 30 anos – o SAAE demandaria investimentos na casa de 199 milhões, o que é muito superior ao que a autarquia tem em caixa todos os anos (BANDNEWS.2020).

Outra inovação que veio junto do novo Marco Legal do Saneamento Básico é a possibilidade da criação de blocos prestadores de serviço por região, o que acaba com o antigo modelo de investimento cruzado – onde os municípios mais ricos aportam os municípios mais pobres – e permite que a mesma empresa privada ou pública opere mais de um sistema sanitário. Junto a isso, também são impostas metas anuais a tais empresas, que caso não as cumpram podem perder a concessão destes serviços – algo que não existia na norma anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto, o abandono do sistema sanitário do Município de Angra dos Reis, sobretudo o sistema de esgotamento sanitário de Jacuecanga ocorre a vários anos ficando visível a falta de investimentos conscientes e políticas públicas autossustentáveis, para manter um sistema sanitário tão caro, numa cidade que nas palavras do presidente da república é "a Cancún brasileira".

Quando tratamos de meio ambiente equilibrado, um bem coletivo, sobretudo de saneamento básico, um direito de todos assegurado pela constituição federal observamos a importância de sempre manter investimentos suficientes, para suprir as necessidades locais de manutenção e expansão visando assim, a universalização dos serviços, além de tempos em tempos revisar aquilo que não vem dando certo.

Ocorre que em Angra dos Reis isso já não tem sido feito há vários anos gerando assim, uma bola de neve de problemas financeiros, ecológicos, sanitários, humanitários e sociais, que não podem ser resolvidos de um dia para o outro.

Um dos principais desafios dos gestores públicos perante o Novo Marco Legal Do Saneamento Básico será a necessidade de se ter coragem, em assumir políticas públicas autossustentáveis, seguidas de políticas de austeridade, que garantam o mínimo para a população. Não temos mais espaço e nem recursos financeiros, para a manutenção de interesses escusos e mesquinhos da velha política, como a criação de uma usina de dessalinização "para disponibilidade hídrica", uma vez que o município, perde 51.69% na distribuição de água segundo dados apresentados, pela própria autarquia ao (SNIS.2018).
Por esta pesquisa não se esgotar aqui, sugere-se aos gestores públicos e fiscais da lei – nas pessoas dos promotores e procuradores de justiça e da república - não só a revisão de todo sistema de esgotamento sanitário de Angra dos Reis, sobretudo de Jacuecanga - tema deste artigo - que envolve reforma de estações elevatórias de esgoto, ampliação da estação de tratamento de esgoto, manutenção de troncos coletores de separação absoluta/emissário submarino e ampliação da malha de coleta, como também a necessidade de ajuizamento de Ações Civis Públicas para garantia de dotação orçamentária para recuperação ambiental de áreas degradadas por entes públicos e privados poluidores, como a Bacia da Vila de Jacuecanga e Baía de Jacuecanga, bem como a dragagem, o desassoreamento e a despoluição da praia da Verolme, dos córregos e rios que cortam a região, tal como a adaptação do município de Angra dos Reis à lei do novo Marco Legal do Saneamento Básico substituindo o SAAE – contrato de programa – por uma empresa privada, legitimada por ter ganho um processo de licitação, com capacidade financeira para operar os sistemas do município, algo que hoje o SAAE provou não ter.

REFERÊNCIAS

BASE DE DADOS GEO ESPACIAIS. GEOINEA. Disponível em: https://inea.maps.arcgis.com/apps/MapSeries/index.html?a ppid=00cc256c620a4393b3d04d2c34acd9ed Acesso em agosto 2020;

BRASIL. Lei N° 11.445 De 22 De Fevereiro De 2007;

BRASIL. Lei Nº 14.026 De 15 De Julho De 2020;

BRASIL. Mensagem Nº 396 De 15 De Julho De 2020;

BANDNEWS. Lançamento de Esgoto Provoca Mancha Escura na Baía da Ribeira em Angra dos Reis. Disponível em: < https://www.bandnewsfmrio.com.br/editorias-detalhes/lancamento-de-esgoto-provoca-mancha-escura-na>. Acesso em: dezembro 2020;

CONAMA. RESOLUÇÃO Nº430 DE 13 DE MAIO DE 2011;

INEA. Boletim de Qualidade de Praias: Qualificação Anual Histórica de Praias de Angra dos Reis. Disponível em: http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/angradosreisqualificacaoanu al.pdf. Acesso em: agosto 2020.

INEA. DZ.215.R-1 - Diretriz De Controle De Carga Orgânica Biodegradável Em Efluentes Líquidos De Origem Não Industrial. DOERJ de 18 de maio de 1994. Disponível em:<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mde0/~edisp/inea0014059.pdf>. Acesso em: dezembro 2020;

INEA. NT-202.R-10- Critérios e Padrões Para Lançamento de Efluentes Líquidos. DOERJ de 12 de dezembro de 1986. Disponível em: < http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/NT-202-R-10.pdf>. Acesso em: dezembro 2020;

INEA apud SAAE.2015. Diagnóstico do Setor Costeiro da Baía da Ilha Grande: Subsídios À Elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro. Volume 1, p.101. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdcz/~edisp/inea0073532.pdf>. Acesso em: Dezembro 2020;

MAPAS INTERATIVOS IBGE. Censo 2010. Disponível em: http://mapasinterativos.ibge.gov.br/atlas_ge/brasil1por1.ht ml. Acesso em: agosto 2020;

MPF. Procuradoria da República no Município de Angra dos Reis – RJ – Cível – Tutela Coletiva. Inquérito Civil nº 1.30.014.000070/2019-32 volume 1;

MPRJ em Mapas. In Loco. Disponível em: http://apps.mprj.mp.br/sistema/inloco/. Acesso em agosto 2020;

MPRJ. Inquérito Civil 680/06. 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Angra dos Reis. 5 volumes. Objeto: Visa investigar de que forma vem o Município de Angra dos Reis promovendo o tratamento do esgoto produzido no âmbito de seu território bem como de que forma vem implementando sistema de saneamento básico, em obediência aos princípios constitucionais e do Estatuto da Cidade, bem como, ainda, com base no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, sendo certo que é dever do Município promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Comunicante: Ex officio;

MPRJ. Inquérito Civil 73/17. 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Angra dos Reis. Objeto: Visa apurar o despejo de esgoto in natura no Rio Jacuecanga pela Universidade Estácio de Sá, no Município de Angra dos Reis;

MPRJ. Inquérito Civil 13/19. 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Angra dos Reis. Objeto: Apurar notícia de que a estação de tratamento de esgoto de Jacuecanga encontra-se em situação de abandono, com o acúmulo de água parada, lixo e vegetação alta, causando risco à saúde da população local. Comunicante: Iago Rodrigo Gomes. Grupo de Apoio aos Promotores. RELATÓRIO MISSÃO 015/19;

PODER PÚBLICO. Gabinete da Vereadora Jane Roseli Veiga. Requerimento nº310/2017;

PODER PÚBLICO. Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, Serviço Autônomo de Captação de Água e Tratamento de Esgoto – SAAE. Ofício n°282/2019/SAAE;

PODER PÚBLICO. Presidência da Comissão de Saneamento Ambiental

COSAN da ALERJ – Gabinete do Deputado Estadual Gustavo Schimidt. Ofício COSAN/ nº023/2019;

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007, p.120;

SNIS. Ministério do Desenvolvimento Regional divulga os Diagnósticos do SNIS 2018 sobre a prestação dos serviços de Saneamento Básico no Brasil. Disponível em: https://www.mdr.gov.br/images/Documentos/Release_SNIS_2018.pdf. Acesso em: agosto 2020;

TRIBUNALIVRE. Privatização da Cedae Coloca em Risco o Futuro do SAAE Angra. Disponível em: <https://tribunalivrejornal.com.br/privatizacao-da-cedae-coloca-em-risco-o-futuro-do-saae-angra/>. Acesso em dezembro 2020;

YIN, R. K. CASE STUDY RESEARCH DESIGN AND METHODS. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=FzawIAdilHkC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em novembro 2018.